



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO MARANHÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

São Luís, 30/03/2010



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACDI -	Agricultural Cooperative Development International
AGED- MA -	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGE -	Assessoria de Gestão Estratégica
ALP -	Área Livre da Praga
AP -	Nº de Auditorias Programadas
APPCC -	Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
AR -	Nº de Auditorias Realizadas
BASA -	Banco da Amazônia
BPF -	Boas Práticas de Fabricação
CAPTA -	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária
CBIO -	Coordenação de Biossegurança
CCA -	Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão
CEF -	Caixa Econômica Federal
CFIC -	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CFO -	Certificados Fitossanitários de Origem
CFP -	Nº de Contratos Fiscalizados Programado
CFR -	Nº de Contratos Fiscalizados Realizado
CGDS -	Coordenação-Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional
CGOFC -	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CGPI -	Coordenação-Nacional de Privilégios e Imunidades
CGPP -	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas
CGQV -	Coordenadoria Geral de Qualidade Vegetal
CGU -	Controladoria-Geral da União
CIER -	Coordenação de Infra-Estrutura Rural
CIG -	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CINPRA -	Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento
CMP -	Índice de Caseinomacropéptido
CNAE -	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAGRE -	Coordenação de Agroecologia
CPOrg-MA-	Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão
Crediamigo -	Programa de Microcrédito Rural
CTNBio-	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CTP -	Custo Total Programado
CTR -	Custo Total Realizado
CUP -	Custo Unitário Programado
CUR -	Custo Unitário Realizado
DEPROS -	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DFIA -	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DIEL -	Departamento de Infra-Estrutura e Logística
Dipoa -	Divisão de Produtos de Origem Animal
DOI -	Divisão de Operações Industriais
DRS -	Desenvolvimento Regional Sustentável



DSA -	Departamento de Saúde Animal
DSV -	Departamento de Sanidade Vegetal
EEB -	Encefalopatia Espongiforme Bovina
Embrapa -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENDESA -	Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal
ENFIT -	Encontro Nacional de Fitossanitaristas
FAO -	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FFA -	Fiscal Federal Agropecuário
Fiema -	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FIP -	Nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas
FIR -	Nº de Fiscalizações/Inspeções Realizadas
Fiscorgen -	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FP -	Nº de Fiscalizações Programadas
FR -	Nº de Fiscalizações Realizadas
FUMACOP -	Fundo Maranhense de Combate à Pobreza
GM -	Geneticamente modificado
IG -	Indicações geográficas
IP -	Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Programado
IR -	Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado
Lanagro -	Laboratório Nacional Agropecuário
LOA -	Lei Orçamentária Anual
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MP -	Nº de Monitorações Programadas
MR -	Nº de Monitorações Realizadas
OGM -	Organismos geneticamente modificados
ONU -	Organização das Nações Unidas
PBP -	Nº de Pessoas Beneficiadas Programado
PBR -	Nº de Pessoas Beneficiadas Realizado
PF -	Pessoa Física
PI -	Plano Interno
PI-Manut -	Plano Interno de Manutenção
PJ -	Pessoa Jurídica
PNCBT -	Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal
PNCRC -	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNCRH -	Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias
PNEMC -	Programa de Erradicação da Mosca da Carambola
PNSA -	Programa Nacional de Sanidade das Aves
PNSE -	Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS -	Programa Nacional de Sanidade dos Suínos
PP -	Nº de Partidas Fiscalizadas Programadas
PPA -	Plano Plurianual
PPHO -	Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional
PR -	Nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas
PrFP -	Nº de Produtos Fiscalizados Programado
PrFR -	Nº de Produtos Fiscalizados Realizado
PTV -	Permissões de Trânsito Vegetal



REF -	Regime Especial de Fiscalização
RENASEM -	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RP -	Relação Percentual
RT -	Responsável Técnico
Sagrma -	Secretaria de Agricultura do Maranhão
SDA -	Secretaria de Defesa Agropecuária
SDA -	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDC -	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Sebrae -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESA/DT-MA -	Serviço de Sanidade Agropecuária
SEFAG/DT-MA -	Serviço de Fiscalização Agropecuária
SEPDAG/DT-MA -	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
SES-MA -	Secretaria de Estado e Saúde do Maranhão
SFA/MA -	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
SFA/PR -	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná
SGTQV -	Subgrupo Técnico de Qualidade Vegetal
SIAFI -	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siconv -	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIF -	Serviço de Inspeção Federal
Sigplan -	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG -	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAG/DT -	MA- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
Siplan -	Sistema Integrado de Planejamento
SP -	Nº de Supervisões Programadas
SR -	Nº de Supervisões Realizadas
SUASA -	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TCU -	Tribunal de Contas da União
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
UJ -	Unidade Jurisdicionada
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP -	Nº de Unidades Supervisionadas Programadas
USR -	Nº de Unidades Supervisionadas Realizadas
UVAGRO -	Unidade de Vigilância Agropecuária
UVL -	Unidade de Veterinária Local da AGED-MA
VA -	Varição Absoluta
VIGIAGRO/DT-MA -	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária
VOCA -	Volunteers in Overseas Cooperative Assistance
VR -	Varição Relativa



LISTA DE TABELAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1- Dados gerais do programa 0356.....	15
Tabela 2- Dados gerais da ação 47450000.....	16
Tabela 3- Metas e resultados da ação 47450000 no exercício.....	17
Tabela 4- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 47450000.....	17
Tabela 5- Indicadores de desempenho da ação 47450000.....	19
Tabela 6- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 47450000.....	19
Tabela 7- Dados gerais da ação 47460000.....	20
Tabela 8- Metas e resultados da ação 47460000 no exercício.....	21
Tabela 9- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 47460000.....	22
Tabela 10- Despesas executadas da ação 47460000 para participação em eventos.....	23
Tabela 11- Indicadores de desempenho da ação 47460000.....	24
Tabela 12- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 47460000.....	24
Tabela 13- Dados gerais da ação 89380000.....	25
Tabela 14- Metas e resultados da ação 89380000 no exercício.....	27
Tabela 15- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 89380000.....	28
Tabela 16- Descrição da previsão e execução de recursos utilizados exclusivamente para o cumprimento da meta física no exercício da ação 89380000.....	29
Tabela 17- Descrição da previsão e execução de despesas financeiras com deslocamentos interestaduais no exercício da ação 89380000.....	29
Tabela 18- Indicadores de desempenho da ação 89380000.....	31
Tabela 19- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 89380000.....	31
Tabela 20- Dados gerais da ação 89390000.....	32
Tabela 21- Metas e resultados da ação 89390000 no exercício.....	32
Tabela 22- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 89390000.....	33
Tabela 23- Despesas executadas da ação 89390000 para participação em eventos.....	34
Tabela 24- Indicadores de desempenho da ação 89390000.....	35
Tabela 25- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 89390000.....	35
Tabela 26- Dados gerais do programa 0357.....	36
Tabela 27- Dados gerais da ação 21340000.....	36
Tabela 28- Metas e resultados da ação 21340000 no exercício.....	37
Tabela 29- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21340000.....	38
Tabela 30- Indicadores de desempenho da ação 21340000.....	39



Tabela 31- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21340000.....	40
Tabela 32- Dados gerais da ação 21390000.....	40
Tabela 33- Metas e resultados da ação 21390000 no exercício.....	41
Tabela 34- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21390000.....	41
Tabela 35- Indicadores de desempenho da ação 21390000.....	42
Tabela 36- Dados gerais da ação 21800000.....	43
Tabela 37- Metas e resultados da ação 21800000 no exercício.....	43
Tabela 38- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21800000.....	44
Tabela 39- Indicadores de desempenho da ação 21800000.....	46
Tabela 40- Dados gerais da ação 21810000.....	47
Tabela 41- Metas e resultados da ação 21810000 no exercício.....	47
Tabela 42- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21810000.....	48
Tabela 43- Indicadores de desempenho da ação 21810000.....	49
Tabela 44- Dados gerais da ação 47380000.....	50
Tabela 45- Número de armadilhas de PVC tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas em cada município para a monitoração da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2009.....	51
Tabela 46- Número de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2009.....	53
Tabela 47- Metas e resultados da ação 47380000 no exercício.....	54
Tabela 48- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 47380000.....	55
Tabela 49- Indicadores de desempenho da ação 47380000.....	59
Tabela 50- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 47380000.....	61
Tabela 51- Dados gerais da ação 48420000.....	62
Tabela 52- Metas e resultados da ação 48420000 no exercício.....	63
Tabela 53- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 48420000.....	64
Tabela 54- Despesas executadas da ação 48420000 para participação em eventos.....	65
Tabela 55- Indicadores de desempenho da ação 48420000.....	67
Tabela 56- Dados gerais da ação 85720000.....	68
Tabela 57- Metas e resultados da ação 85720000 no exercício.....	69
Tabela 58- Despesas executadas da ação 85720000 para participação em eventos.....	71
Tabela 59- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 85720000.....	72
Tabela 60- Recursos para a ação Erradicação da Mosca da Carambola descentralizados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	72
Tabela 61- Dados gerais da ação 86580000.....	74



Tabela 62- Metas e resultados da ação 86580000 no exercício.....	75
Tabela 63- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 86580000.....	76
Tabela 64- Despesas executadas da ação 86580000 para participação em eventos.....	77
Tabela 65- Indicadores de desempenho da ação 86580000.....	81
Tabela 66- Dados gerais do programa 0375.....	82
Tabela 67- Dados gerais da ação 20190000.....	82
Tabela 68- Metas e resultados da ação 20190000 no exercício.....	83
Tabela 69- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 20190000.....	83
Tabela 70- Indicadores de desempenho da ação 20190000.....	84
Tabela 71- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 20190000.....	85
Tabela 72- Dados gerais da ação 21240000.....	85
Tabela 73- Metas e resultados da ação 21240000 no exercício.....	86
Tabela 74- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21240000.....	86
Tabela 75- Indicadores de desempenho da ação 21240000.....	87
Tabela 76- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21240000.....	87
Tabela 77- Dados gerais da ação 21400000.....	88
Tabela 78- Metas e resultados da ação 21400000 no exercício.....	88
Tabela 79- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21400000.....	89
Tabela 80- Indicadores de desempenho da ação 21400000.....	90
Tabela 81- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21400000.....	91
Tabela 82- Dados gerais da ação 21410000.....	91
Tabela 83- Metas e resultados da ação 21410000 no exercício.....	92
Tabela 84- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21410000.....	92
Tabela 85- Indicadores de desempenho da ação 21410000.....	93
Tabela 86- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21410000.....	94
Tabela 87- Dados gerais da ação 21770000.....	94
Tabela 88- Metas e resultados da ação 21770000 no exercício.....	95
Tabela 89- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21770000.....	95
Tabela 90- Indicadores de desempenho da ação 21770000.....	96
Tabela 91- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21770000.....	97
Tabela 92- Dados gerais da ação 21790000.....	97
Tabela 93- Metas e resultados da ação 21790000 no exercício.....	98
Tabela 94- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 21790000.....	98
Tabela 95- Indicadores de desempenho da ação 21790000.....	99



Tabela 96- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 21790000.....	100
Tabela 97- Dados gerais da ação 29090000.....	100
Tabela 98- Metas e resultados da ação 29090000 no exercício.....	101
Tabela 99- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 29090000.....	101
Tabela 100- Indicadores de desempenho da ação 29090000.....	102
Tabela 101- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009 da ação 29090000.....	102
Tabela 102- Dados gerais do programa 0393.....	103
Tabela 103- Dados gerais da ação 2B470000.....	103
Tabela 104- Metas e resultados da ação 2B470000 no exercício.....	105
Tabela 105- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 2B470000.....	105
Tabela 106- Dados gerais do programa 1426.....	107
Tabela 107- Dados gerais da ação 86060000.....	108
Tabela 108- Metas e resultados da ação 86060000 no exercício.....	109
Tabela 109- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 86060000.....	109
Tabela 110- Indicadores de desempenho da ação 86060000.....	112
Tabela 111- Dados gerais do programa 6003.....	113
Tabela 112- Dados gerais da ação 2B170000.....	113
Tabela 113- Metas e resultados da ação 2B170000 no exercício.....	114
Tabela 114- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício da ação 2B170000.....	115
Tabela 115- Indicadores de desempenho da ação 2B170000.....	117
Tabela 116- Relação das emendas parlamentares analisadas e aprovadas pelo SEPDA/DG/DT-MA em 2009.....	121
Tabela 117- Dados gerais do programa 0750.....	122
Tabela 118- Dados gerais da ação 0750.....	122
Tabela 119- Relação dos processos de dispensas de licitação – 2009.....	124
Tabela 120- Relação de processos de inexigibilidade – 2009.....	126
Tabela 121- Relação de processos de pregão – 2009.....	127
Tabela 122- Contratos em vigor 2009/2010.....	129
Tabela 123- Relação quantitativa das atividades do Setor de Transporte.....	131
Tabela 124- Demonstrativo Orçamentário/Financeiro da Seção de Recursos Humanos.....	134
Tabela 125- Doação de material da coleta seletiva de 2008.....	134
Tabela 126- Doação de material da coleta seletiva de 2009.....	134
Tabela 127- Dados quantitativos gerais sobre o Exercício de 2009 da SFA/MA.....	137
Tabela 128- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	138
Tabela 129- Despesas por modalidade de contratação.....	141
Tabela 130- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	141
Tabela 131- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	142
Tabela 132- Evolução de gastos gerais.....	142



Tabela 133- Execução física das ações realizadas pela UJ.....	143
Tabela 134- Composição de Recursos Humanos.....	144
Tabela 135- Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	144
Tabela 136- Pagamentos de Restos a Pagar – Exercício 2009.....	145
Tabela 137- Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício.....	146



SUMÁRIO

	<u>Página</u>
Apresentação	xi
1. Identificação	01
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	02
2.1- Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	03
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	07
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	15
2.3.1. Divisão Técnica.....	15
2.3.1.1. Programa 0356- Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	15
2.3.1.1.1. Principais Ações do Programa.....	16
2.3.1.1.1.1. Ação 47450000- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	16
2.3.1.1.1.2. Ação 47460000- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	20
2.3.1.1.1.3. Ação 89380000- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	25
2.3.1.1.1.4. Ação 89390000- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	32
2.3.1.2. Programa 0357- Segurança da Sanidade na Agropecuária.....	36
2.3.1.2.1. Principais Ações do Programa.....	36
2.3.1.2.1.1. Ação 21340000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	36
2.3.1.2.1.2. Ação 21390000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	40
2.3.1.2.1.3. Ação 21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	43
2.3.1.2.1.4. Ação 21810000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	47
2.3.1.2.1.5. Ação 47380000 – Erradicação da Mosca da Carambola.....	50
2.3.1.2.1.6. Ação 48420000 – Erradicação da Febre Aftosa.....	62
2.3.1.2.1.7. Ação 85720000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	68
2.3.1.2.1.8. Ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	74
2.3.1.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	82
2.3.1.3.1. Principais Ações do Programa.....	82
2.3.1.3.1.1. Ação 20190000 – Fiscalização de Material Genético Animal.....	82
2.3.1.3.1.2. Ação 21240000 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	85
2.3.1.3.1.3. Ação 21400000 – Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário..	88
2.3.1.3.1.4. Ação 21410000 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	91
2.3.1.3.1.5. Ação 21770000 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	94



2.3.1.3.1.6. Ação 21790000 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	97
2.3.1.3.1.7. Ação 29090000 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	100
2.3.1.4. Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual..	103
2.3.1.4.1. Principais Ações do Programa.....	103
2.3.1.4.1.1. Ação 2B470000 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	103
2.3.1.5. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.....	107
2.3.1.5.1. Principais Ações do Programa.....	108
2.3.1.5.1.1. Ação 86060000 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico.....	108
2.3.1.6. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	113
2.3.1.6.1. Principais Ações do Programa.....	113
2.3.1.6.1.1. Ação 2B170000 – Fiscalização de Contratos de Repasse.....	113
2.3.1.7. Outras Atividades Desenvolvidas pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-MA).....	117
2.3.2. Serviço de Apoio Administrativo.....	122
2.3.2.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	122
2.3.2.1.1. Ação 47160000 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	122
2.4. Desempenho Operacional.....	136
2.4.1. Programação Orçamentária.....	137
2.4.2. Execução Orçamentária.....	141
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais.....	142
2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ.....	143
2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais.....	144
3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos.....	144
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	145
5. Inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	145
6. Informações sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no exercício.....	145
7. Previdência Complementar Patrocinada.....	143
8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	146
9. Renúncias Tributárias.....	146
10. Operações de Fundo.....	146
11 – A. Recomendação do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	146
11 – B. Determinações e Recomendações do TCU.....	146
12. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadorias e Pensão praticados no exercício.....	146
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	147
14. Outras Informações consideradas pelos Responsáveis como relevantes para a Avaliação da conformidade e do desempenho da Gestão.....	147
15. Informações Contábeis da Gestão.....	147
16. Conteúdos específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins.....	147
ANEXOS.....	148



Apresentação

O Relatório de Gestão constitui-se no instrumento gerencial que contém os resultados das atividades programadas nos sete Programas e 23 Ações que são desenvolvidos pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - SFA/MA. O Relatório de Gestão apresentará os principais avanços da SFA/MA, que resultaram na oferta de serviços para os diferentes setores envolvidos no agronegócio maranhense.

O presente relatório tem como objetivo divulgar, junto aos órgãos fiscalizadores e aos ligados ao setor agropecuário e à sociedade em geral, as atividades desenvolvidas pela SFA/MA durante o exercício de 2009. O mesmo enfatiza as atividades desempenhadas pelos diversos setores técnico-administrativos, os quais estão sempre preocupados em protegerem o erário e o patrimônio público; a atenderem as demandas dos órgãos centrais e a promoverem o desenvolvimento do agronegócio no Estado.

O trabalho desenvolvido por esta Superintendência no ano de 2009 contemplou uma diversidade de programas e ações centrados na inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, na fiscalização de insumos e produtos agropecuários, na defesa sanitária animal e vegetal, na vigilância internacional e no fomento às atividades agrícolas e pecuárias, os quais estão com os resultados alcançados detalhados a seguir.

Este documento, referente ao exercício 2009, é um dos elementos constituintes da composição da Prestação de Contas desta Unidade Gestora. Neste particular, atende ao que estabelece a Decisão Normativa TCU nº 100, de 07/10/2009, a Portaria TCU nº 389, de 21/12/2009 e a Portaria CGU nº 2270, de 04/11/2009.

Finalizando, elencamos abaixo os itens que não se aplicam a UJ no exercício em questão:

2.4.1- Programação Orçamentária

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de créditos ou recursos
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício
7. Previdência complementar Patrocinada
8. Fluxo financeiro de Projetos ou Programas financiados com recursos Externos.



9. Renúncias Tributárias

10. Operações de Fundo

11-A – Recomendações do órgão ou Unidade de controle Interno

11-B – Determinações e recomendações do TCU.

Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira.

Visão

Ser reconhecido pela Qualidade e Agilidade na implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.



1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: EXECUTIVO				
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 0014	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão				
Denominação abreviada: SFA/MA				
Código SIORG: 2792		Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130069
Situação: ATIVA				
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO				
Principal Atividade: REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS QUESTÕES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato: 98 2106-1960/ 2106-1961 2106-1970 / 2106-1971 FAX: (98) 2106-1969				
Endereço eletrônico: gab-ma@agricultura.gov.br				
Página da Internet: www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal: Praça da República, 147 – Diamante – CEP: 65020-500 – São Luis, Maranhão.				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Decreto Imperial nº 1067, de 28 de julho de 1860 – Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.				
Decreto nº 7.501, de 12/08/1909 foi recriada a Pasta da Agricultura.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Decreto 5.351 de 21.01.2005 – D.O.U DE 24.01.2005				
Regimento Interno publicado no D.O.U. de 20/06/2005, aprovado através da portaria Ministerial nº300 de 16/06/2005.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
As informações dos Manuais de Procedimentos e Publicações são fornecidas pelo Órgão Central do MAPA.				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Relação entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	



2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Registra-se, no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Divisão Técnica e pela Seção de Planejamento, de maneira sucinta e objetiva, as principais realizações e atividades executadas e os avanços qualitativos e quantitativos na gestão da SFA/MA no decorrer do exercício que se findou através de dados construídos de modo a atender orientações das secretarias nacionais específicas e interesses dos órgãos de fiscalização e controle. Com relação ao aspecto de avaliação, a expectativa é que as ações realizadas e inseridas neste documento revelem as prioridades assumidas, visando atingir aos objetivos da realidade estadual, apresentando indicadores de gestão com os resultados alcançados.

Esse documento está estruturado conforme a forma, os conteúdos e os prazos definidos na Decisão Normativa TCU nº 100 e nas normas de execução aprovados na forma do Anexo II da Portaria CGU nº 2270. Contudo, há itens que não se aplicaram à natureza jurídica da SFA/MA, quais foram: 7. Previdência complementar patrocinada; 8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos; 9. Renúncias tributárias; e 10. Operações de fundos.

Em consonância com as diretrizes e programas estratégicos do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2008-2011 (Lei Federal nº 11.653, de 07 de abril de 2008), o qual apresenta o intuito de superar o desafio de acelerar o crescimento econômico, de promover a inclusão social e de reduzir as desigualdades regionais e intrarregionais, o presente documento contextualiza as responsabilidades institucionais, a estratégia de atuação, as informações técnico-administrativas de natureza quantitativa e qualitativa, com a devida apresentação das metas físicas e orçamentárias programadas e executadas e a estrutura de custos da Unidade, o que se faz refletir todo o conjunto do trabalho efetivamente realizado pela SFA/MA.

É certo que o Ministério tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do Agronegócio em benefício da sociedade brasileira na perspectiva visionária de que, até o ano de 2015, venha a ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Nesse sentido, a SFA/MA realiza os principais programas de governo em



consonância com as diretrizes de planejamento, com vistas a garantir o cumprimento de ações inerentes a toda a cadeia do Agronegócio.

Este Relatório segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União com informações e dados sobre os indicadores institucionais de eficácia e eficiência, que são dois indicadores que auxiliam na análise direta dos resultados alcançados por essa Superintendência pelos órgãos de controle externo, sem desconsiderar as metas cadastradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os resultados apresentados neste Relatório medem o esforço do corpo funcional, como o do chefe da Divisão Técnica, já que estão sob sua responsabilidade as unidades encarregadas da execução da série de Programas e Ações inerentes às atividades orçamentárias de inspeção, defesa, vigilância nacional e internacional, classificação e fiscalização agropecuária, fomento e desenvolvimento agropecuário, apoio às atividades de melhoria da infra-estrutura, cooperativismo e associativismo rural.

Igualmente merece referência a atuação do chefe da Divisão de Apoio Administrativo a quem cabe a responsabilidade pelos resultados da administração de recursos materiais, financeiros, humanos e de serviços gerais, além dos resultados da programação orçamentária e financeira dos recursos alocados no PI-Manut.

É importante registrar que a magnitude dos resultados alcançados por esta SFA/MA deve-se a um conjunto de fatores que inclui o compromisso e dedicação dos servidores, às parcerias realizadas com entidades públicas e privadas e à contribuição dos órgãos de controle e de assessoria jurídica, cujas orientações foram decisivas para o cumprimento dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade que balizaram o trabalho.

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem a sua criação pela Assembléia Legislativa com a promulgação do Decreto nº 1067, de 28 de julho de 1860, com a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras



Públicas, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império. No decorrer dos tempos, a estrutura administrativa do MAPA sofreu diversas modificações, entre elas com a mudança do tipo de regime do Governo brasileiro no final do século XIX, com a Proclamação da República. Seguiram-se novas modificações nos anos de 1909 e 1930, até que em 1992 as últimas alterações na estrutura do atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se deram, sendo que para a atual denominação apenas ocorreu em 2001, incorporando-se a designação pecuária ao seu nome. Por fim, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, manteve a denominação e a estrutura organizacional, sendo-lhe suprido os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.

A SFA/MA é uma unidade da administração direta descentralizada do MAPA, instituída através do Decreto Federal nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 24/01/2005, regulamentada organicamente pela Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 20/06/2005, e alterada pela Portaria Ministerial nº 1226, de 18 de dezembro de 2008. Suas ações estão respaldadas nas leis, decretos, portarias, instruções normativas etc. vigentes.

Para cumprir com a sua missão, o MAPA, tendo como sua representante a SFA/MA no Estado do Maranhão, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação do Ministério baseia-se na busca da sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

Ademais, todo o trabalho desenvolvido pela SFA/MA visa, sobretudo, o alcance da missão do MAPA, que é “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

Essa Superintendência reúne em seu corpo funcional uma equipe multidisciplinar, com destaque para a carreira de fiscais federais agropecuários, composta por engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas, e de agentes de inspeção federal agropecuária, que, juntos, exercem um rígido trabalho para garantir a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal; a vigilância e o controle do trânsito interestadual e



internacional de vegetais e animais; a inspeção de produtos de origem vegetal e animal e as atividades de combate, erradicação e de prevenção de doenças dos vegetais.

A SFA/MA executa, concomitantemente, atividades relacionadas à promoção da exportação, ao atendimento de missões nacionais e estrangeiras, à promoção da infra-estrutura rural, ao controle da aviação agrícola, à modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

Entre as atribuições concedidas a essa Superintendência, vale destacar o arranjo funcional dado ao sistema de defesa vegetal e animal após a edição do Decreto Federal nº 5741, de 30 de março de 2006, que instituiu o SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Esse documento legal transferiu a execução de atividades de sanidade agropecuária, até então de exclusiva responsabilidade da instância central e superior, o MAPA, para outras instâncias inferiores, como a intermediária, composta pelos estados e Distrito Federal, e a Local, a qual reúne os municípios ou regiões, já que o órgão federal passou a responder pelas atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora, menos as de ordem operacional, salvo se determinadas por interesse nacional ou regional. O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo.

As atribuições regimentais da SFA/MA também são compatíveis com as orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, podendo ser compartilhadas com as esferas estadual e municipal de governo, por meio de convênios, contratos e ajustes, mantendo-se a responsabilidade pelas metas a serem alcançadas.

Também cabe registrar a parceria profícua firmada com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão, que tem como escopo a manutenção e a reestruturação da defesa agropecuária, com o intuito de manter áreas livres de pragas e doenças no Estado do Maranhão, com destaque à monitoração da ocorrência da Sigatoka Negra e da mosca da carambola e do trabalho de erradicação da febre aftosa, além de medidas de contingenciamento da Influenza Aviária, no controle e erradicação da brucelose, da



ferrugem asiática da soja e do cancro cítrico, cujas ocorrências podem causar um dano desmedido ao agronegócio estadual, com impactos diretos na geração de emprego e renda, inclusão social e superávit da balança comercial.

A SFA/MA está estruturada tecnicamente em setores, designados organicamente de Serviços, que executam, direta ou indiretamente, ações que são realizadas com o intuito de que sejam contempladas as atividades finalísticas.

Os Serviços que estão organizados na SFA/MA são:

a) O Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT-MA) tem como principais competências a programação, o controle, a orientação, a promoção e a execução das atividades zoossanitárias e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e das pragas dos vegetais. Ao SEDESA/DT-MA cabe supervisionar as atividades desempenhadas pela AGED-MA, órgão estadual executor da defesa agropecuária no Estado do Maranhão, que tem se consolidado como um valioso parceiro nas ações que estão estabelecidas no SUASA.

b) O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-MA) é responsável pela inspeção de produtos, evitando, com isso, a comercialização de produtos fraudados, adulterados e contaminados bem como a disseminação de zoonoses. Também orienta e verifica a produção de alimentos sanitariamente seguros, contribuindo para a saúde e bem estar do consumidor final. Ademais, o SIPAG/DT-MA tem o objetivo de zelar pela manutenção da higiene e segurança alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, gerando nos consumidores a confiança com relação à inocuidade e qualidade sanitária dos produtos oferecidos aos mercados tanto nacional como internacional. Sua atuação abrange as áreas de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e a Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (bebidas e vinagres).

c) O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-MA) é o responsável pela atuação no registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos, que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio. Desta forma, a produção de fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos e afins, a fiscalização de organismos geneticamente modificados, o comércio de alimentos destinados à alimentação



animal, de sementes e mudas, de materiais de multiplicação animal e vegetal e de empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários são controlados pelo SEFAG/DT-MA no Estado do Maranhão.

d) O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-MA) responde pela promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, além de promover o relacionamento institucional entre entidades públicas e/ou privadas ligados ao setor agropecuário.

e) O Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-MA), com base na Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, que instituiu o Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, tem como atribuições programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária no porto de Itaqui e no aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, ambos em São Luís, a fim de garantir a defesa e a inspeção animal e vegetal e a fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, assim como respaldar os acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O planejamento estratégico da SFA/MA tem como base os programas propostos pelo Governo Federal que fazem parte do Plano Plurianual do quadriênio 2008-2011 e que são descentralizados pelo MAPA para a execução das suas ações, pois a SFA/MA é uma unidade descentralizada e tem as suas orientações vinculadas à administração direta no atendimento de requisitos da lei. Portanto, a formulação de estratégias e das atividades de planejamento é representada prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelos órgãos centrais do MAPA, não lhe cabendo muita autonomia nas metas a serem alcançadas.

Entretanto, como compete a SFA/MA executar as ações estabelecidas pelos órgãos centrais, muitas vezes o que é planejado para o Estado acaba não sendo realizado da maneira designada, uma vez que a descentralização de recursos depende também do órgão central que



estabelece as diretrizes, implicando em reprogramações das metas físicas e orçamentárias pelos serviços técnicos.

Em 2009, a SFA/MA buscou estabelecer alguns parâmetros para que os seus serviços fossem executados de forma eficiente à sua clientela, a qual é constituída pelos consumidores em geral, pelos setores primário, secundário e terciário e pelos organismos públicos e privados dos produtores e fabricantes de insumos e produtos agropecuários.

Para tanto, a SFA/MA está colocando em prática, paulatinamente, o programa de Gestão Estratégica, o qual deverá ser implementado ao longo dos próximos anos. O referido programa implica a constante discussão e articulação com os diversos setores responsáveis pelas atividades meio e fim com vistas à detecção dos principais problemas e entraves administrativos e técnicos e definir as prioridades de ação. Estas prioridades dizem respeito à modernização, reorganização e reestruturação de serviços e processos nos setores de recursos humanos, transportes, compras, insumos de todas as naturezas e dos serviços técnicos, os quais podem ser ou não voltados diretamente à sociedade.

Num cenário de crescimento econômico, a SFA/MA formula suas estratégias de ação alinhadas à missão do MAPA e aos fundamentos de gestão com o escopo de promover e acompanhar a demanda do mercado nacional e de exportação, apontando a garantia da oferta de produtos e serviços de qualidade e da satisfação dos clientes e das pessoas, a disseminação de práticas de responsabilidade pública, o incentivo à agropecuária a fim de que se adote ferramentas da qualidade e a otimização da aplicação dos recursos financeiros.

Em virtude de contingenciamentos ocorridos ao longo do exercício, houve a necessidade de reprogramação de algumas ações previstas nos programas, a fim de que se tenha trabalhado de forma constante e no limite mínimo aceitável para que os serviços não fossem prejudicados. Cada Serviço gerenciou o(s) seu(s) programa(s) e ação(ões) a fim de atender às metas físicas e financeiras do programa ao qual pertence.

As principais mudanças que estão ocorrendo na agropecuária e que se constituem desafios às atividades da SFA/MA são o aumento da área plantada e safra de soja; maior abertura do mercado internacional às exportações estaduais, com destaque para a exportação de bovinos vivos; o aumento da competitividade dos produtos brasileiros; a responsabilidade pela manutenção de alto padrão de sanidade dos alimentos e o alinhamento e integração de



ações da SFA/MA com órgãos governamentais, representantes de classe e demais envolvidos com o segmento do agronegócio brasileiro.

O SEPDAG/DT-MA tem priorizado políticas públicas agropecuárias consoantes às estaduais e também tem atendido às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA quanto a atividades de acompanhamento de convênios e análise prévia de contratos de repasse oriundos de emendas parlamentares.

O SEPDAG/DT-MA executa atividades em três programas com diferentes unidades executoras, sendo que o Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual é de competência do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade está sob âmbito do Ministério do Meio Ambiente e o último, Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, está sob a égide do MAPA. Essa atuação em vários segmentos da esfera administrativa federal demonstra que o SEPDAG/DT-MA é um instrumento de inclusão do MAPA no acompanhamento de todos os processos de produção, da lavoura à industrialização dos produtos agropecuários, com vistas a promover o desenvolvimento dos processos produtivos e o acompanhamento dos agricultores.

Dentre os programas do SEPDAG/DT-MA executados no Estado em 2009, destacaram-se o programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário por meio da ação Fiscalização de Contratos de Repasse, que foi responsável pela fiscalização de 11 contratos de execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse da Caixa Econômica Federal com entidades públicas no segmento referente ao programa Patrulha Mecanizada nos municípios de Brejo, Barreirinhas, Colinas, Fortuna, Rosário e São Roberto. No segmento de construção, houve a atuação em fiscalização de contratos para construção de matadouro em Santa Helena, de mercado público em Barra do Corda, de um centro de abastecimento em Pedreiras e de um outro centro de abastecimento em Zé Doca. Destaca-se, do mesmo modo, a análise por parte do SEPDAG/DT-MA de 47 emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, incluindo a assinatura de cinco contratos para a construção de matadouros municipais, quatro contratos para a recuperação de estradas vicinais, 36 contratos para a implantação do programa “Patrulha Mecanizada”, um contrato para o programa Territórios da Cidadania que contemplou o município de Lago dos Rodrigues com uma



patrulha mecanizada, um contrato para reforma de mercado e, por fim, um contrato para a reforma de um mercado.

Com referência ao programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, a ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-orgânico) teve destaque em 2009 com a realização pelo SEPDA/SFA/MA, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae/MA) da V Semana dos Alimentos Orgânicos no município de Imperatriz, onde foram desenvolvidas várias atividades, as quais atraíram moradores de diversos municípios, como cursos sobre alimentos orgânicos e compostagem, oficinas nutricionais sobre educação alimentar, apresentação de dinâmicas educativas sobre orgânicos utilizando um teatro de fantoches, degustação de produtos nos supermercados e apresentação de palestras sobre produtos orgânicos e a distribuição de material de divulgação de produtos orgânicos. Cabe ainda destacar nessa ação a realização do “I Dia de Campo do APL da Horticultura na Ilha do Maranhão” que ocorreu em pólo de produção no município de Raposa e a criação da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão (CPOrg-MA), a qual desempenhará papel na organização do setor de produção de produtos orgânicos no Estado do Maranhão.

O SEDESA/DT-MA tem sob o seu arcabouço técnico, segundo o PPA 2008-2011, os programas Segurança da Sanidade na Agropecuária, o qual engloba as ações Erradicação da Febre Aftosa, Erradicação da Mosca da Carambola, Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, e o programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, com uma única ação -Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados-, sendo que esse programa também apresenta ações que são desempenhadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-MA).

Dentre os principais resultados alcançados no primeiro Programa citado, destacaram-se as 61.230 fiscalizações de cargas nas barreiras fitozoossanitárias e em blitzes nas rodovias estaduais maranhenses realizadas pela AGED-MA, sendo 13.966 referentes a cargas de origem vegetal e 47.264 referentes a caminhões boiadeiros que passaram pelas barreiras fixas do Estado. A AGED-MA também foi responsável pela visita a 17.064 propriedades



rurais respondendo a atendimentos correspondentes à vigilância passiva do sistema de atenção veterinária oficial, com destaque aos atendimentos referentes às encefalopatias de ruminantes, também pela vacinação de mais de 1,25 milhão de herbívoros, sendo representados em quase a sua totalidade por bovinos, e pelo destaque na queda da captura de morcegos hematófagos, causadores de raiva animal, que no ano passado tiveram 103 espécimes capturados. O SEDESA/DT-MA também atua preventivamente na vigilância de enfermidades que ainda não foram detectadas no Brasil ou no estado do Maranhão, como a prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina no primeiro caso e do *scrapie* dos ovinos no segundo. Com relação ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, realizou-se, em Viana, um curso de reconhecimento de encefalopatias para capacitação de médicos veterinários do Maranhão com a colaboração da AGED-MA e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O SEDESA/DT-MA também obteve reconhecimento ao ter tido dois resumos de atividades desenvolvidas aceitos pelo comitê científico do XX Congresso Internacional da Raiva nas Américas, que foi realizado na província de Quebec, no Canadá, tendo como entidades parceiras a UEMA, a AGED-MA, a Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. À cerca do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais, examinaram-se 40.631 animais para teste de brucelose e 21.192 animais foram tuberculinizados por 82 médicos veterinários habilitados pelo MAPA e que atuam no setor privado em laboratórios credenciados não pertencentes ao Ministério. O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, outra ação que é executada em parceria com a AGED-MA, estava em fase de implantação, sendo que há a necessidade de publicação de normas e regulamentos sanitários, que, em muitos casos, ainda passam por consulta pública ou que se encontram apenas como projeto.

O SEDESA/DT-MA também atuou cooperativamente, com destaque à coordenação ao deslocamento de fiscais de defesa animal estadual pertencentes ao quadro da AGED-MA à Calha do Rio Amazonas para empreenderem uma campanha de “agulha oficial” contra a febre aftosa e a peste suína clássica.

Com relação à defesa sanitária vegetal, a SFA/MA intensificou a continuação do trabalho de certificação de manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra, obtida em 2006, de manutenção do status para o Estado do Maranhão de área isenta da mosca da carambola, de erradicação do cancro cítrico e de controle da ferrugem asiática da soja. Com relação à mosca



negra dos citros, apesar de tratar de uma praga quarentenária do tipo A2, o Departamento de Sanidade Vegetal alterou o seu estado de atenção em relação a essa praga para o Estado, sendo que a partir de 2009 os esforços de erradicação foram cessados, sendo, a partir de então, obrigatória a certificação de áreas livres da praga para a comercialização de frutas cítricas para outros estados livres do inseto.

O SEDESA/DT-MA também foi atuante quanto à análise de propostas de firmamento de convênios entre a AGED-MA e o MAPA, havendo a demanda de duas propostas para a celebração de convênios na área animal e mais duas propostas para a área vegetal, deslocando-se quatro técnicos para a elaboração do pareceres.

Sobre a ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, o SEDESA/DT-MA realizou oito fiscalizações em lavouras de milho com coexistência de plantas modificadas geneticamente e de plantas convencionais em propriedades localizadas na microrregião Gerais de Balsas, cumprindo com a preconização contida na legislação publicada pelo Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Destaca-se o treinamento oferecido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná (SFA/PR) concedido a um técnico desse SEDESA sobre as condutas a serem tomadas numa ação de fiscalização de lavouras com suspeita ou presença de organismos geneticamente modificados, aprimorando, assim, o serviço de fiscalização no Estado do Maranhão.

Quanto ao SEFAG/DT-MA, esse apresenta um único programa sob sua gestão, o qual contempla sete ações na área de registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos e inoculantes) e seus respectivos produtos, bem como a fiscalização do comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, o que abrange todos os segmentos da cadeia do agronegócio.

Face o exposto acima, no escopo do SEFAG/DT-MA está o Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários com as ações Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário, Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, Fiscalização de Material Genético, Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, Fiscalização de Serviços Agrícolas, Fiscalização de Sementes e Mudanças e Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.



Sobressai-se no tocante aos resultados alcançados, a superação das metas estabelecidas pelo órgão central do MAPA, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), afiançando qualidade aos insumos agropecuários produzidos e/ou comercializados no Estado do Maranhão.

Realçam-se a ação Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário, em que realizaram-se 108 fiscalizações de estabelecimentos comerciais, sendo que a meta registrada era de 100 fiscalizações realizadas ao longo de 2009; da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, na qual 83 estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos para animais foram fiscalizados, alcançando-se uma meta 66% superior à designada; da ação Fiscalização de Material Genético, que superou em 60% a meta de criatórios de avestruzes e granja multiplicadoras de aves fiscalizadas, com 16 estabelecimentos fiscalizados; da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, que com 26 empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários fiscalizadas apresentou um resultado mais de três vezes superior à meta estabelecida; e da ação Fiscalização de Sementes e Mudas, com a fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, usuários de sementes e mudas, campos de produção de sementes e a própria fiscalização de sementes com coleta de amostras que se somaram 388, o que resulta num esforço superior a 80% do estabelecido pelo órgão central, que foi de 214 fiscalizações.

Esses resultados qualificadores foram conseguidos mesmo com o cumprimento dos trabalhos de fiscalização no interior do Estado terem sido prejudicados no transcorrer do primeiro semestre em função da incidência de elevados níveis de precipitação pluvial, o que degradou a qualidade das vias rodoviárias maranhenses. Mas se nos casos anteriores as chuvas não foram um fator que possa ter prejudicado decisivamente os resultados alcançados, em uma outra, na qual se enquadra a ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, as chuvas foram depreciadoras do resultado logrado, pois com o elevado índice de chuvas, a produção de fertilizantes e corretivos foi prejudicada, o que interferiu diretamente na demanda de fiscalizações a estabelecimentos produtores desses insumos agropecuários.

Há de se ressaltar também que para a superação das dificuldades e para o atendimento e superação das metas em cinco ações, a incorporação de dois fiscais federais agropecuários ao Serviço foi preponderante.



O SIPAG/DT-MA realizou ações de inspeção e fiscalização permanente e periódica no âmbito estadual através de visitas e supervisões técnicas aos estabelecimentos produtores, de acordo com as determinações dos departamentos, coordenações, divisões e auditorias nacionais, o que consolida as atribuições técnicas do serviço desfechando um cenário efetivo de realizações dos objetivos e metas planejadas para o ano de 2009. Metas essas que foram superadas na ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais com a fiscalização de 2.332,66 t de produtos de origem vegetal, sobrepujando a meta de 1.800 t de produtos a serem fiscalizados. Na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, a meta ficou muito próxima da desejada, com a realização de mais de 94% do número determinado de estabelecimentos inspecionados. A meta não foi alcançada em função de uma solicitação da Coordenação Geral de Bebidas e Vinho para que fosse priorizada a fiscalização e inspeção às indústrias, as fortes chuvas que inviabilizaram o acesso a algumas cidades do interior do Estado nos meses de março e abril e a alteração da sistemática de fiscalização executada nas indústrias, despendendo-se muito mais tempo para a execução de uma fiscalização.

Quanto à gestão da vigilância agropecuária, a SFA/MA, através do VIGIAGRO/DT-MA, procurou desenvolver ações no porto de Itaqui no sentido de impedir a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária estadual e nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados. Com isso, foram fiscalizadas 560 partidas de origem vegetal e duas de origem animal, referentes às ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, respectivamente, alcançando uma taxa de eficiência de 80,46% para a primeira ação e de 100% para a segunda. No caso da meta da ação de produtos de origem vegetal, a não realização da meta é explicada pela queda do fluxo de cargas de trânsito internacional advinda com a crise econômica internacional que eclodiu no último trimestre de 2008.

Convém ressaltar que o quadro funcional da SFA/MA hoje apresenta-se com um déficit de pessoal tanto na área técnica como principalmente na área administrativa, e esta última está sendo suprida atualmente pela mão-de-obra de pessoal terceirizado e estagiários, havendo necessidade de realização de concursos públicos para sanarem tais discrepâncias.



Mesmo com dificuldades crônicas e também ocasionais, a exemplo da irregularidade na distribuição dos recursos pelo MAPA, déficit de pessoal na atividade meio e carência de pessoal de suporte, a SFA/MA buscou alcançar, em 2009, um salto qualitativo na realização de suas ações, e acredita no resultado de um esforço conjunto de todos os servidores deste órgão.

Mesmo com problemas de descontinuidade na liberação de recursos financeiros em muitos programas e ações, que, de certa forma, dificultaram o cumprimento das metas físicas, o desempenho da SFA/MA foi positivo, tendo a sua equipe técnica e administrativa realizado com maior frequência eficientemente e eficazmente as suas atribuições, de modo a oferecer serviços mais qualitativos e adequados às novas demandas do setor de agronegócio do Estado do Maranhão.

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1. Divisão Técnica

2.3.1.1. Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela 1- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do programa	Não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio José dos Santos / Roberto Carlos Negreiros de Arruda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.



2.3.1.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1.1. Ação 47450000 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Tabela 2- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI Fiscorgen) contribuiu para que os órgãos governamentais tenham o controle da área cultivada com culturas transgênicas no país, cujo plantio se encontra assegurado por lei.

Em 2009, foram fiscalizados plantios comerciais de milho geneticamente modificado (GM) com o objetivo de se verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), de 16 de agosto de 2007, que estabeleceu as regras de coexistência entre o milho geneticamente modificado (GM) e o convencional.

Com esse objetivo, foram previstas nove fiscalizações, tendo sido realizadas oito fiscalizações de plantios comerciais de milho GM, todos plantios localizados na região de Balsas e Riachão, no período da safra 2009/2009 (safrinha) (Tabela 3). Não foram detectadas irregularidades, ou seja, não verificou-se a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área com milho GM fiscalizada, como estipula a Resolução nº 4/2007, da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, que liberou comercialmente o milho geneticamente modificado.

Para essas fiscalizações, utilizaram-se os seguintes recursos: R\$ 1.339,48 no elemento de despesa Diárias – Civil para o deslocamento de um fiscal federal agropecuário,



um fiscal de defesa vegetal da AGED-MA e de um motorista e de R\$ 591,87 no elemento de despesa Material de Consumo para a aquisição de combustível, totalizando-se R\$ 1.931,35 (Tabela 4). A meta financeira prevista foi de R\$ 2.863,63.

Tabela 3- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira¹	R\$ 126.478,19	R\$ 4.553,45	3,60%
Física	9 fiscalizações realizadas	8 fiscalizações realizadas	88,89%

¹ Na meta financeira foram previstos recursos para a aquisição de um veículo tipo caminhonete (R\$ 120.000,00), para a participação de um técnico em reunião realizada em Salvador-BA (R\$ 3.614,16) e para o cumprimento da meta física (R\$ 2.863,63).

Tabela 4- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	1.679,69	1.593,26	94,85
3390-30	Material de Consumo	1.437,50	591,87	41,17
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.000,00	2.007,54	66,92
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	361,00	360,78	99,94
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	120.000,00	0,00	0,00
TOTAL		126.478,19	4.553,45	3,60

As fiscalizações de propriedades na safra 2008/2009 não foram realizadas pelo fato de não haver disponíveis kits de identificação de milho GM no campo, o que impossibilitou a execução das fiscalizações. Entretanto, esse problema foi sanado com o envio dos kits pela Coordenação de Biossegurança (CBIO), o que viabilizou a realização das fiscalizações no período da safrinha.

Nas fiscalizações do PI Fiscorgen, houve a colaboração de um fiscal da AGED-MA, com conhecimento da região, o que foi de primordial importância, pois a área a ser fiscalizada é muito extensa e de difícil acesso.

Além das fiscalizações em propriedades, houve a participação de um fiscal federal agropecuário (FFA) na reunião técnica de atividades com organismos geneticamente modificados (OGM) realizada em Salvador/BA, cujos custos foram de R\$ 614,56 com diárias e de R\$ 2.622,10 com passagens aéreas, totalizando R\$ 3.236,66.



Foi de grande importância para a realização das atividades desse PI a participação de um FFA nas atividades de fiscalização de OGM no Paraná, o que serviu como um treinamento. Todas as despesas dessa atividade foram custeadas pela SFA-PR.

Foram liberados recursos no valor de R\$ 120.000,00 para aquisição de um veículo para auxiliar nas ações de fiscalização. Realizou-se o processo de licitação, entretanto nenhuma empresa apresentou proposta de venda, o que impossibilitou a aquisição do veículo e o recurso não foi utilizado.

Desempenho Operacional

Em 2009, foram realizadas oito fiscalizações de plantio comercial de milho GM, enquanto que o programado eram nove fiscalizações (Tabela 5). Essa diferença entre o programado e o realizado deveu-se à falta de kits de identificação do milho GM no campo durante a safra, não tendo sido possível a fiscalização nessa época. Diante disso, obteve-se uma eficácia de 88,9%.

Com a disponibilização pela CBIO de kits de identificação de OGM's em campo em tempo hábil e com o treinamento do fiscal federal agropecuário responsável pelas fiscalizações de OGM dessa unidade da Federação, os problemas enfrentados para o cumprimento da meta física deverão ser minimizados. Ressalta-se que os recursos financeiros foram liberados com muita presteza e em tempo hábil.

O custo unitário realizado (R\$ 241,42) foi 24,12% menor que o programado (R\$ 318,18), principalmente devido ao recurso que foi disponibilizado para os elementos de despesa Material de Consumo para a aquisição de combustível.

Com uma melhor programação das atividades a serem desenvolvidas e com o treinamento de pessoal para realizá-las, pôde-se verificar que os indicadores de desempenho institucionais taxa de eficiência e a eficácia melhoraram entre 2007 e 2009 (Tabela 6). A taxa de eficácia saiu de 15%, em 2007, e alcançou 88,9% em 2009, enquanto que a taxa de eficiência de 55,6% para -24,12%. Ou seja, o número de propriedades fiscalizadas em relação ao programado aumentou e o custo realizado com relação ao programado diminuiu, resultando em melhoria nos indicadores de desempenho.



Tabela 5- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 241,42 / fiscalização realizada	88,89%
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 1.931,35 / 8)$ CUR = R\$ 241,42</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 2.863,63 / 9)$ CUP = R\$ 318,18</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 241,42 - R\\$ 318,18$ VA = R\$ 43,64</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(241,42 / 318,18) - 1] * 100$ VR = -24,12</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 8 - 9$ VA = -1</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (8 / 9) * 100$ RP = 88,89%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Tabela 6- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	51,66	-43,80	-24,12
Eficácia (%)	15	30	88,89



2.3.1.1.2. Ação 47460000 - Padronização, Classificação, Fiscalização e

Inspeção de Produtos Vegetais

Tabela 7- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidades executoras	SFA/MA

A execução da ação em referência (PI Padclassif) é a forma de assegurar ao consumidor a qualidade dos produtos vegetais em consonância com a legislação que rege a classificação vegetal, através da fiscalização de entidades credenciadas que executam a classificação, bem como pela aferição da identidade e da qualidade desses produtos diretamente junto a processadores, embaladores, distribuidores e comerciantes em geral, evitando-se, dessa forma, um serviço de classificação de forma incorreta, inadequada ou insegura; a destinação para consumo de produtos desclassificados ou em desconformidade com os padrões de classificação aplicáveis, ou, ainda, o empacotamento e comercialização de



produtos sem a devida classificação vegetal obrigatória, levando-se a uma incorreta marcação das especificações de qualidade na embalagem por parte dos embaladores, iludindo, dessa forma, o consumidor.

O produto desta ação é produtos fiscalizados, expressos em toneladas, sendo que havia sido programada a fiscalização de 1800 t de produtos, porém, a taxa alcançada foi 29,59% superior, ou seja, fiscalizaram-se 2.332,66 t de produtos (Tabela 8).

Tabela 8- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 49.823,43	R\$ 34.891,75	70,03%
Física	1.800,00 produtos fiscalizados (t)	2.332,66 produtos fiscalizados (t)	129,59%

Além da meta física cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, essa ação dispõe de duas outras metas, quais sejam: o número de amostras coletadas para fins de classificação fiscal, que teve uma meta programada de 30 em 2009, e o número de estabelecimentos fiscalizados, cuja meta fora de 120.

Com relação a essas outras metas, os resultados obtidos não foram menos significativos, sendo que nos dois casos as metas foram transpostas, sendo que realizaram-se 56,67% mais coletas de amostras, algumas envolvendo perícia, e 12,50% mais estabelecimentos fiscalizados. Adicionalmente, também foram realizadas seis fiscalizações às entidades credenciadas (Companhia Nacional de Abastecimento, GMS e SGS).

Esse aumento verificado na quantidade de produtos fiscalizados, de amostras coletadas e de estabelecimentos fiscalizados deu-se também em função da demanda do órgão central para avaliação da qualidade geral de certos produtos processados comercializados no país, quais sejam: óleo de soja, farinha de mandioca, farinha de trigo, fécula e polvilho.

Dessas ações realizadas, foram geradas 33 intimações, 29 autos de infração, 13 advertências, 10 processos encaminhados para a dívida ativa da União, R\$ 82.728,16 em multas aplicadas, R\$ 27.588,00 em multas arrecadadas, dentre outros.

Os recursos financeiros utilizados em 2009 corresponderam a 70,03% dos recursos programados (Tabela 9).



Tabela 9- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	20.646,50	18.897,01	91,53
3390-30	Material de Consumo	4.476,93	3.555,33	79,41
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.150,00	3.433,32	82,73
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.550,00	5.243,11	94,47
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	3.762,98	25,09
TOTAL		49.823,43	34,891,75	70,03

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 25.223,64, pois para a realização da meta física não foram utilizados os recursos dos elementos de despesa Passagens e Despesas de Locomoção e de parte dos recursos descentralizados no elemento de despesa Diárias – Civil, que somados totalizaram R\$ 9.668,11, que foram empregados para a participação de eventos (Tabela 10), e do elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente.

Portanto, para a realização da meta física, foram utilizados efetivamente R\$ 21.460,86 de R\$ 25.155,32 disponibilizados, o que fez uma taxa de utilização de 85,31%. A taxa de utilização não foi maior devido às fortes chuvas que caíram no Estado do Maranhão durante o primeiro semestre do ano, o que impossibilitou por algum tempo as fiscalizações no interior do Estado.

Desempenho Operacional

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado menor que o programado da ordem de 34,19%, ou seja, o custo da fiscalização realizada apresentou uma economia um pouco acima de um terço do valor do custo da fiscalização programada (Tabela 11). Essa redução justificou-se pela circunstância de terem sido enfrentadas dificuldades para a realização de viagens de fiscalização no primeiro semestre do exercício devido ao fato de que algumas estradas encontravam-se interditadas em função de danos provocados pelas chuvas no Estado.



Tabela 10- Despesas executadas para participação em eventos.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	PROGRAMADO (R\$)	EXECUTADO (R\$)
Curso sobre controle higiênico-sanitário em produtos de origem vegetal (São Paulo/SP) – passagens aéreas	1.642,05	1.642,05
Reunião do Subgrupo Técnico de Qualidade Vegetal (SGTQV nº 1) (Brasília/DF) - diárias e passagens aéreas	1.453,81	1.453,81
4ª Reunião do Subgrupo Técnico de Qualidade Vegetal (SGTQV nº 2) e reunião nacional com representantes do agronegócio (Brasília/DF) – diárias e passagens aéreas	3.453,45	3.453,45
4ª Reunião do Subgrupo Técnico de Qualidade Vegetal (SGTQV nº 1) referente ao regulamento técnico sobre fiscalização (Brasília/DF) – diárias	1.074,40	1.074,40
Reunião técnica de Responsáveis Técnicos da Qualidade Vegetal e Gestores do PNCRC (Belo Horizonte/MG) - diárias	2.044,40	2.044,40
TOTAL	9.668,11	9.668,11

No cálculo do indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 129,59% da meta física programada, significando que o número de fiscalizações realizadas foi além da meta física programada em 532,66 t de produtos fiscalizados. Esse resultado só foi possível face ao desdobramento da fiscalização na sede (região metropolitana de São Luís), em virtude dos danos causados às rodovias pelo excesso de chuvas, dificultando as viagens ao interior do Estado.

Com relação ao histórico dos resultados verificados para o período de 2007 a 2009, verificou-se que em 2007 a taxa de eficiência foi a menor do período pelo fato que o SIPAG/DT-MA recebera recursos oriundos da CGQV e das SFA's de São Paulo, Piauí e Minas Gerais que foram utilizados na força tarefa empenhada na região Oeste do Maranhão objetivando diagnosticar a qualidade geral do arroz comercializado na região de incidência do beribéri (Tabela 12). Tal operação envolveu uma colaboração tanto física quanto financeira das unidades citadas, arcando cada qual com os seus recursos, motivo do baixo custo da fiscalização realizada (63%) e do alto índice de eficácia (155%).



Tabela 11- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por tonelada de produto fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de produtos fiscalizados (t) realizados em função do programado
Unidade de medida:	R\$/produto fiscalizado (t)	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 9,20 / produto fiscalizado (t)	129,59%
Fonte:	SIPAG/DT-MA	SIPAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / PrFR2009)$ $CUR = (R\\$ 21.460,86 / 2.332,66)$ CUR = R\$ 9,20</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / PrFP2009)$ $CUP = (R\\$ 25.155,32 / 1.800,00)$ CUP = R\$ 13,98</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 9,20 - R\\$ 13,98$ VA = - R\$ 4,78</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(9,20 / 13,98) - 1] * 100$ VR = - 34,19%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Produtos Fiscalizados Realizado e Produtos Fiscalizados Programado em 2009: $VA = PrFR2009 - PrFP2009$ $VA = 2.332,66 - 1.800,00$ VA = 532,66</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Produtos Fiscalizados Realizado e o número de Produtos Fiscalizados Programado: $RP = (PrFR / PrFP) * 100$ $RP = (2.332,66 / 1.800,00) * 100$ RP = 129,59%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PrFP: nº de Produtos Fiscalizados Programado; PrFR: nº de Produtos Fiscalizados Realizado; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Tabela 12- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	63	74	85,31
Eficácia (%)	155	95	129,59



No ano de 2008, constatou-se, através do indicador de eficiência (74%), que o custo unitário realizado foi menor que o programado. Essa redução justificou-se, principalmente, pelo fato de terem sido desenvolvidas outras ações além do produto principal, as quais estiveram relacionadas com o beribéri, que não haviam sido programadas e que também carregaram recursos outros, como do PI Resíduos, o que colaborou para a baixa utilização dos recursos programados. Quanto à taxa de eficácia, da ordem de 94,55%, as atividades com o beribéri consumiram parte do tempo que poderia ter sido direcionado exclusivamente à fiscalização da classificação vegetal, o que, conseqüentemente, poderia ter gerado melhores resultados.

Em 2009, como já foi descrito, tanto para o indicador de eficácia como para o de eficiência obtiveram-se resultados mais promissores, mesmo com as dificuldades geradas pelas fortes precipitações nos primeiros meses do ano, o que denota o empenho desse Serviço na realização dessa ação.

Apesar dos resultados apresentados, alguns fatores ainda contribuem negativamente para que se alcance uma melhor performance da ação, tais como:

- inexistência do Serviço de Classificação Vegetal no Estado para atendimento do público envolvido com a atividade;
- deficiência de pessoal para ampliar os trabalhos de fiscalização da classificação no Estado.

2.3.1.1.1.3. Ação 89380000 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Tabela 13- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de



	abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Inspeção – CGI/ DIPOA
Coordenador nacional da ação	Judi Maria da Nóbrega
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (InspAnimal3) exerce efetiva ação de manutenção da saúde pública em níveis aceitáveis e combate à fraude econômica, determinando, com isso, a defesa do consumidor por meio de ações de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários beneficiados em indústria sob a sua égide, bem como em investidas fiscais na comercialização quando das fiscalizações e re-inspeções no consumo.

O SIPAG/DT- MA trabalha nas cadeias produtivas da carne, peixe, leite e seus derivados e do mel. Seu trabalho é feito basicamente de duas formas: a primeira é a chamada Inspeção Sanitária, onde um fiscal federal agropecuário, de forma permanente ou periódica, realiza nas agroindústrias as atividades previstas na Regulamentação Federal de Inspeção Industrial e Sanitária. A outra maneira consiste na realização de fiscalizações e auditorias periódicas e adoção de outros mecanismos previstos nas normas.

Os resultados encontrados para essa ação foram promissores, sendo que a meta física cadastrada no Sigplan, de 269 estabelecimentos inspecionados no exercício, foi atingida



em sua totalidade (Tabela 14). Esse resultado foi alcançado porque há um entendimento na Divisão de Produtos de Origem Animal (Dipoa) de que todo estabelecimento registrado, ou seja, que esteja ativo e com seus produtos aprovados no SIPAG/DT/-MA/Dipoa e devidamente rotulados, é um estabelecimento inspecionado.

Tabela 14- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 272.785,60	R\$ 246.877,02	89,74%
Física	269 estabelecimentos inspecionados	269 estabelecimentos inspecionados	100,00%

Além da meta indicada no Sigplan, cabe informar que essa ação dispõe de uma segunda meta física, denominada de fiscalizações/inspeções em estabelecimentos registrados, que foi estabelecida e normatizada pelo Ofício Circular DOI nº 4, de 08 de abril de 1998.

Essa segunda meta física tem como atribuição verificar as conformidades de processos e produtos, a qual é realizada através de coleta de amostras, e que objetiva verificar a inocuidade dos produtos inspecionados. Ela também tem o caráter de fiscalizar/inspecionar parte dos estabelecimentos inspecionados a que se referem a meta física do Sigplan, e, por isso, a sua meta programada estava restringida à fiscalização/inspeção de 43 estabelecimentos. Todavia, a sua taxa de execução foi de 58,13%, pois foram realizadas 25 fiscalizações/inspeções. Isso ocorreu pela impossibilidade de se realizar viagens de fiscalização/inspeção ao interior do Estado por dois meses em virtude de um atraso na entrega de cartões corporativos aos servidores envolvidos e por repetidas licenças de FFA's alocados nessa atividade.

Considerando-se a descentralização total de recursos, foram utilizados R\$ 246.877,02 de um montante despendido de R\$ 272.785,60, que equivaleu a uma taxa de emprego de 90,50% (Tabela 15).



Tabela 15- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	97.258,58	96.882,07	99,61
3390-30	Material de Consumo	24.984,43	14.651,01	58,64
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	26.200,00	26.000,00	99,24
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	14.248,15	13.329,53	93,45
33.90-92	Despesas de Exercícios Anteriores	94,44	94,44	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	110.000,00	95.919,97	87,20
TOTAL		272.785,60	246.877,02	90,50

Para a realização das fiscalizações levadas a efeito, os custos foram referentes às fiscalizações/inspeções de estabelecimentos registrados e não à meta física do Sigplan, em função do que já fora explicado anteriormente. Nesse caso, foram utilizados recursos no valor de R\$ 106.352,88, que conduziu a um índice de aplicação de 96,36% dos R\$ 110.365,60 disponibilizados, pois foram desconsiderados os recursos que não foram utilizados para o cumprimento das fiscalizações/inspeções, como a realização de viagens interestaduais, que custaram R\$ 44.509,73, pois foram incluídas aí as despesas com passagens, locomoção e diárias, as despesas com investimento em material permanente e equipamentos, que apresentaram um custo de R\$ 95.919,97, e os recursos utilizados para o pagamento de despesa de exercícios anteriores (R\$ 94,44) (Tabelas 16 e 17).

A taxa de utilização dos recursos utilizados na atividade de fiscalização/inspeção não foi maior devido aos mesmos motivos que prejudicaram a execução da meta física, ou seja, atraso na entrega dos cartões corporativos dos servidores envolvidos e as repetidas licenças de FFA's.



Tabela 16- Descrição da previsão e execução de recursos utilizados exclusivamente para o cumprimento da meta física no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	76.535,03	76.158,52	99,51
3390-30	Material de Consumo	16.822,19	14.651,01	87,09
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.213,82	2.213,82	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	14.794,56	13.329,53	90,10
TOTAL		110.365,60	106.352,88	96,36

Tabela 17- Descrição da previsão e execução de despesas financeiras com deslocamentos interestaduais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	20.723,55	20.723,55	100,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	23.786,18	23.786,18	100,00
TOTAL		44.509,73	44.509,73	100,00

Ainda em relação aos resultados obtidos, além dos 25 estabelecimentos inspecionados/fiscalizados, foram coletadas 56 amostras para análise de produtos do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), das quais 18 foram recebidas e analisadas, estando conformes, 20 foram descartadas pelo laboratório, 13 foram recebidas com prazo para recebimento vencido e cinco amostras não foram recebidas pelo laboratório. Na mesma linha, coletaram-se amostras de leite em pó e pasteurizado para análises físico-químicas em laboratório oficial e credenciado das empresas registradas no Maranhão, num total de 22 amostras, sendo que 14 apresentaram não conformidades em seus produtos amostrados e duas empresas foram colocadas em Regime Especial de Fiscalização (REF) devido ao Índice de Caseinomacropéptido (CMP) em amostras de leite em pó, o que configurou-se como leite fraudado. Das empresas registradas em outros estados e que comercializam seus produtos no Maranhão, foram coletadas 15 amostras de 13 empresas distintas de leite em pó e pasteurizado para análises físico-químicas em laboratório oficial, das quais duas apresentaram não conformidades para o índice CMP.

Ressalte-se que para o devido cumprimento das responsabilidades e necessidades do SIPAG/DT-MA, o mesmo detém um número reduzido de técnicos, o que, apesar de



configurar como um fator limitante, não impediu o alcance das metas com a utilização racional dos recursos disponibilizados pela Coordenação de Ação Nacional.

Desempenho Operacional

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado maior que o programado da ordem de 65,76%, ou seja, o custo da inspeção/fiscalização realizada foi maior que o custo da fiscalização programada (Tabela 18). Esse aumento justifica-se por repetidas licenças de FFA's, o que gerou um aumento das despesas devido ao deslocamento de outros FFA's lotados em unidades no interior do Estado com o objetivo de desenvolverem atividades na sede do SIPAG/DT-MA em São Luís e também para substituir a FFA Josélia Cristina Gomes Santos, encarregada do Serviço de Inspeção Federal (SIF) 4600, localizada em Bacabal, que, após ser transferida do município de Imperatriz para Bacabal, voltou ao município de origem por decisão judicial.

No cálculo do indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 58,14% da meta física programada, significando que o número de estabelecimentos registrados supervisionados foi menor que a meta física programada em 18 inspeções/fiscalizações. Esse resultado foi ocasionado pelo atraso em dois meses na entrega dos cartões corporativos aos servidores envolvidos, o que impossibilitou de serem realizadas as inspeções/fiscalizações.

Com relação ao histórico dos resultados verificados para o período de 2007 a 2009, verificou-se que em 2008 a taxa de eficiência foi a melhor do período pelo fato de ter sido desenvolvido um maior número de ações, especialmente as direcionadas ao monitoramento dos produtos de origem animal das empresas registradas (coleta de amostras), ocasionando também um aumento de despesas (Tabela 19).

No ano de 2007, constatou-se, através do indicador de eficiência (29,85%), que o custo unitário realizado foi maior que o programado. Esse aumento foi devido o número de estabelecimentos registrados, solicitações de vistoria de terrenos e novos registros de estabelecimentos, ocasionando um custo mais elevado.

Em 2009, como já fora descrito, tanto para o indicador de eficácia como para o de eficiência, obtiveram-se resultados distintos do programado, ocasionado pelo problemas com os cartões corporativos e as licenças dos FFA's.



Tabela 18- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por fiscalização/inspeção em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações/inspeções realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização/inspeção	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 4.257,89/ fiscalização/inspeção	58,14%
Fonte:	SIPAG/DT-MA	SIPAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FIR2009)$ $CUR = (R\\$ 106.352,88 / 25)$ CUR = R\$ 4.254,11</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FIP2009)$ $CUP = (R\\$ 110.365,60 / 43)$ CUP = R\$ 2.566,41</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 4.254,11 - R\\$ 2.566,41$ VA = 1.687,70</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(4.254,11 / 2.566,41) - 1] * 100$ VR = 65,76%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e Fiscalizações/Inspeções Programadas em 2009: $VA = FIR2009 - FIP2009$ $VA = 25 - 43$ VA = -18</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e o número de Fiscalizações/Inspeções Programadas: $RP = (FIR / FIP) * 100$ $RP = (25 / 43) * 100$ RP = 58,14%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FIP: nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas; FIR: nº de Fiscalizações/Inspeções Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Tabela 19- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	29,85	9,63	65,76
Eficácia (%)	44,18	89,47	58,14

Apesar dos resultados apresentados, alguns fatores ainda contribuíram negativamente para que não fosse alcançada uma melhor performance da ação, tais como:

- dificuldades na logística com os Lanagro's;
- dificuldades na movimentação e transferência de servidores.



2.3.1.1.4. Ação 89390000 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de

Origem Vegetal

Tabela 20- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/ DIPOV
Coordenador nacional da ação	Hélder Moreira Borges
Unidades executoras	SFA/MA

Os recursos financeiros utilizados em 2009 na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IpVegetal2) equivaleram a 96,38% do total disponibilizado, que foi de R\$ 28.099,82 (Tabela 21). Com relação à meta física cumprida foi de 94,17%, pois foram inspecionados 113 estabelecimentos no segmento de bebidas e vinagres de uma meta prevista de 120 estabelecimentos.

Tabela 21- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 28.099,82	R\$ 27.082,34	96,38%
Física	120 estabelecimentos inspecionados	113 estabelecimentos inspecionados	94,17%



Como pôde ser verificado também, não ocorreram maiores variações quanto às metas físicas e financeiras, pois cumpriu-se a programação em quase sua totalidade nas duas metas consideradas.

Não se atingiu a marca de 100%, como no exercício anterior, porque esse SIPAG/DT-MA recebeu uma solicitação da Coordenação Geral de Bebidas e Vinho para que fosse focalizada a fiscalização e inspeção às indústrias, deixando a fiscalização e inspeção de estabelecimentos comerciais para eventuais ações quando objeto de denúncias. Outro motivo que impediu o alcance do cumprimento total da meta física foram as fortes chuvas que inviabilizaram o acesso a algumas cidades do interior do Estado nos meses de março e abril, o que fez com que as inspeções fossem paralisadas nessa parte do Maranhão. Além disso, a sistemática de fiscalização executada nas indústrias foi alterada, pois a mesma está sendo realizadas através de uma lista de verificação de mais de 100 itens, na qual se exige a verificação desde a documentação até o produto final.

As inspeções e fiscalizações foram cumpridas com ênfase à cobrança através de documentos fiscais expedidos e a melhorias na infra-estrutura física e de equipamentos, parâmetros estes que contribuem diretamente para a melhoria do produto oferecido ao consumidor.

Apreciando a meta financeira realizada, observou-se que as principais despesas da ação estiveram relacionadas aos elementos de despesa Diárias – Civil e Material de Consumo, ambos necessários para a realização da fiscalização e inspeção de bebidas e vinagres na capital e no interior do Estado (Tabela 22).

Tabela 22- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	18.810,87	18.730,82	99,57
3390-30	Material de Consumo	3.280,95	2.913,47	88,80
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.658,00	4.323,05	92,81
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.350,00	1.115,00	82,59
TOTAL		28.099,82	27.082,34	96,38

No que diz respeito a treinamento e participações em eventos nacionais, foram gastos recursos R\$ 5.679,70 nos elementos de despesas Diárias – Civil e Passagens e Despesas



com Locomoção para o custeamento de despesas com um treinamento na área de inspeção de estabelecimentos industriais de bebidas no que diz respeito à segurança alimentar, na cidade de Porto Alegre/RS, e uma participação em uma força tarefa na cidade de Curitiba/PR para a análise e instrução de processos administrativos para apuração de infrações (Tabela 23).

Tabela 23- Despesas executadas para participação em eventos.

Evento	3390-14 Diárias – Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		TOTAL	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Força Tarefa para análise de processos de registro de produtos (Curitiba/PR)	552,06	552,06	3.000,00	2.473,74	3.552,06	3.025,80
Treinamento em Boas Práticas de Fabricação (Porto Alegre/RS)	1.234,60	1.234,60	1.400,00	1.419,30	2.634,60	2.653,90
TOTAL	1.786,66	1.786,66	4.400,00	3.893,04	6.186,66	5.679,70

Desempenho Operacional

O indicador de eficiência obtido nesse exercício indicou que o custo de uma inspeção foi superior em 3,72% ao custo unitário de uma inspeção programada (Tabela 24). Apesar disso, o resultado obtido não pode ser considerado de todo ruim, pois a variação negativa esteve dentro de uma margem de 5%. Tal desempenho girou em torno da intensificação das ações fiscais nas indústrias da Capital e do interior do Estado, conforme foi recebida uma demanda da Coordenação de Bebidas e Vinhos.

O índice do indicador de eficácia alcançado foi da ordem de 94%, pois o número de fiscalizações realizadas ficou aquém da meta física programada em 7 estabelecimentos inspecionados.

Ao observar os índices de eficiência no período de 2007 a 2009, verificou-se que uma tendência de decréscimo nas taxas conseguidas (Tabela 25). Quanto ao índice de eficácia, após ter sido alcançada em 2008 a superação da meta física, em 2009 isso não foi possível pelo o que foi explicado anteriormente. Ainda em relação à taxa de 2009, a mesma foi melhor que a de 2007.



Tabela 24- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento inspecionado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos inspecionados realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$/estabelecimento inspecionado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 189,40/estabelecimento inspecionado	94,17%
Fonte:	SIPAG/DT-MA	SIPAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / IR2009)$ $CUR = (R\\$ 21.402,64 / 113)$ CUR = R\$ 189,40</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / IP2009)$ $CUP = (R\\$ 21.913,66 / 120)$ CUP = R\$ 182,61</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 189,40 - R\\$ 182,61$ VA = R\$ 6,79</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(189,40 / 182,61) - 1] * 100$ VR = 3,72%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado e Estabelecimentos Inspeccionados Programado em 2009: $VA = IR2009 - IP2009$ $VA = 113 - 120$ VA = - 7</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado e o número de Estabelecimentos Inspeccionados Programado: $RP = (IR / IP) * 100$ $RP = (113 / 120) * 100$ RP = 94,17%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; IP: nº de Estabelecimentos Inspeccionados Programado; IR: nº de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Tabela 25- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-63,92	-21,33	3,72
Eficácia (%)	88,19	114,12	94,17

Para o exercício de 2010, foi programado através do Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) a inspeção a 108 estabelecimentos industriais de bebidas e vinagres.



2.3.1.2. Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tabela 26- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Mínimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Roberto Carlos Negreiros de Arruda / Roberval Diniz Serra.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

2.3.1.2.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.2.1.1. Ação 21340000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito

Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tabela 27- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Descentralizada.
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da ação	André Felipe Carrapatoso Peralta da Silva
Unidades executoras	SFA/MA

Os principais objetivos dessa ação (PI Vigifito) são a defesa e a vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias e a capacitação técnica.



A fiscalização do trânsito interestadual de vegetais no Estado é realizada pela AGED-MA e supervisionada pelo SEDESA/DT/SFA-MA.

Em 2009, a taxa de cumprimento da meta física cadastrada no Sigplan do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi de 85,99%, com 13.500 fiscalizações de cargas efetuadas nos postos de vigilância fitozoossanitária fixas e em blitz nas rodovias do Estado, segundo relatórios técnicos das ações realizadas pela Coordenação de Defesa Vegetal da AGED-MA (Tabela 28).

Tabela 28- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 5.051,00	R\$ 4.194,02	83,03%
Física – Sigplan	15.700 fiscalizações	13.500 fiscalizações	85,99 %
Física – Institucional	18 unidades supervisionadas	18 unidades supervisionadas	100,00%

Como essa é uma ação descentralizada, o SEDESA/DT-MA lançou mão da meta física institucional unidades supervisionadas como indicador da realização dos serviços pela AGED-MA nas barreiras fitozoossanitárias distribuídas pelo Estado do Maranhão. Com essa meta física institucional, pôde-se averiguar se as fiscalizações de cargas vegetais estavam ocorrendo.

Nessas supervisões foram vistoriadas a estrutura física da unidade de fiscalização, os recursos humanos deslocados à cada unidade bem como a sua qualificação, o cumprimento dos requisitos de fiscalização, como a exigência de documentação legal sanitária para as cargas que estão sendo transportadas e, por fim, a documentação que ateste o número de fiscalizações realizadas. Para cada unidade supervisionada, preencheu-se um questionário de avaliação e as não-conformidades observadas foram apresentadas à AGED-MA na forma de relatório solicitando-se as correções das anomalias estruturais detectadas.

Durante o ano de 2009, foram realizadas pelo SEDESA/DT-MA, 03 viagens de supervisão e inspeccionadas 18 unidades de fiscalização fitozoossanitária da AGED-MA (barreiras fitozoossanitárias e escritórios locais). Os resultados obtidos nas supervisões revelaram a existência de problemas a serem solucionados nos postos, como, por exemplo: instalações nas quais reformas eram necessárias; falta de treinamento dos funcionários alocados nos postos de vigilância em relação aos procedimentos fiscais; ausência de



documentos fiscais; e falta de segurança nos postos. Os problemas identificados e sugestões indicadas para solucionar os problemas diagnosticados foram relatados ao Diretor-Geral da AGED-MA e ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) para conhecimento e providências.

Dos recursos financeiros, foram utilizados 83,03% do total solicitado, sendo que o elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica foi o responsável pela queda na taxa de utilização total dos recursos em função da sua desnecessária utilização nas viagens realizadas (Tabela 29).

Tabela 29- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	3.251,00	3.178,26	97,76
3390-30	Material de Consumo	1.500,00	1.015,76	67,72
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300,00	0,00	0,00
TOTAL		5.051,00	4.194,02	83,03

Desempenho Operacional

O indicador de eficiência utilizado (custo unitário realizado), para a meta unidades supervisionadas, mostra que houve uma redução de 16,97% em relação ao valor estimado inicialmente (Tabela 30). Isso se explica pela não utilização integral dos recursos disponibilizados no elemento de despesa Material de Consumo, que é utilizado para a compra de combustível nos deslocamentos realizados; pela não utilização de qualquer recurso no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que é utilizado apenas em eventualidades nos deslocamentos, como, por exemplo, para a realização de serviços mecânicos; e pelo uso eficiente dos recursos programados.

O cumprimento de 100% da meta física (unidades supervisionadas), indica o alcance da eficácia desejada dos serviços.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do SEDESA/DT-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente, computadores, veículos e infra-estrutura física) foram adequados e suficientes.



Tabela 30- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de unidade supervisionada da AGED-MA em relação à estimativa inicial	Número de unidades supervisionadas realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$/ supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 233,00 / supervisão	100,00%
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / USR2009)$ $CUR = (R\\$ 4.194,02 / 18)$ CUR = R\$ 233,00</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / USP2009)$ $CUP = (R\\$ 5.051,00 / 18)$ CUP = R\$ 280,61</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 233,00 - R\\$ 280,61$ VA = - R\$ 47,61</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(233,00 / 280,61) - 1] * 100$ VR = - 16,97%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e Unidades Supervisionadas Programadas em 2009: $VA = USR2009 - USP2009$ $VA = 18 - 18$ VA = 0</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e o número de Unidades Supervisionadas Programadas: $RP = (USR / USP) * 100$ $RP = (18 / 18) * 100$ RP = 100,00%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; USP: nº de Unidades Supervisionadas Programadas; USR: nº de Unidades Supervisionadas Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Na avaliação do triênio 2007-2009, sempre conseguiu-se reduzir os custos de cada supervisão executada em relação à programada, sendo que em 2009 essa redução foi a menor, indicando que a programação está sendo aperfeiçoada a cada exercício (Tabela 31). Com relação à taxa de eficácia, nos dois últimos anos conseguiu-se executar todas as metas físicas previstas. Portanto, o SEDESA/DT-MA está conseguindo realizar toda a meta física desejada com redução de custos, o que é um comportamento elogiável por se tratarem de recursos públicos.



Tabela 31- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-28,6	-25,6	-5,9
Eficácia (%)	77,7	100	100

2.3.1.2.1.2. Ação 21390000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito

Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Tabela 32- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Descentralizada.
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação do Trânsito e Quarentena Animal – CTQA/DSA
Coordenador nacional da ação	Luiz Felipe Ramos Carvalho
Unidades executoras	SFA/MA

Esta ação (PI Vigizoo), de cunho descentralizado, vem sendo executada, principalmente, pela AGED-MA nos postos fixos ou volantes de fiscalização fitossanitária no Estado.

Considera-se como realizado na meta física cadastrada no Sigplan, o número de fiscalizações de caminhões boiadeiros nos postos fixos das barreiras fitozoossanitárias da AGED-MA (Tabela 33). Como essa ação é descentralizada, o SEDESA/DT-MA tem o papel de auferir o número de fiscalizações em função de supervisão aos postos fixos e através dos relatórios mensais das atividades realizadas elaborados pela Coordenação de Defesa Animal daquele órgão estadual. Nessas supervisões, que tornaram-se a meta física institucional, fiscalizam-se os barreiristas e o chefe imediato dessas barreiras, verificam-se os relatórios de animais em trânsito interno ou externo e também a documentação dos bovinos vivos que são exportados para a Venezuela através do porto de Vila do Conde, no Pará.



Tabela 33- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 1.593,00	R\$ 1.264,68	75,62%
Física – Sigplan	47.700 fiscalizações	47.264 fiscalizações	99,08%
Física - Institucional	1 supervisão	1 supervisão	100,00%

Segundo os dados obtidos junto à AGED-MA, foram inspecionadas 47.264 cargas nas barreiras fixas no Estado do Maranhão, obtendo-se uma taxa de 99,08% do número de fiscalizações em relação ao programado.

Para a única supervisão ao posto de vigilância fitozoossanitária, foram utilizados R\$ 1.204,68 no elemento de despesa Diárias – Civil (Tabela 34) e R\$ 764,07 que foram disponibilizados para Passagens e Despesas de Locomoção na ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. Concomitantemente à supervisão, realizou-se um acompanhamento do controle de vacinação contra brucelose dos animais com destino ao Pará.

Tabela 34- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	1.593,00	1.204,68	75,62
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	764,07	764,07	100,00
TOTAL		2.357,07	1.968,75	83,52

Não foram necessários recursos para deslocamento, pois essa supervisão foi executada simultaneamente a uma segunda ação.

Pode-se constatar que não estiveram disponibilizados muitos recursos para as supervisões desta ação, entretanto, foram suficientes para detectar as falhas existentes e se sugerir as correções necessárias, além do que a supervisão ao nível nacional (auditoria) complementa a análise e respalda o SEDESA/DT-MA a fazer com que as fiscalizações e estruturação do Estado sejam melhoradas a cada ano.



Desempenho Operacional

Para que se a meta física contida no Sigplan fosse atestada pelo SEDESA/DT-MA, haja vista que essa é uma ação completamente descentralizada, foi necessária a realização de uma supervisão à barreira zoonossanitária de Estreito, região de Imperatriz/MA, pela sua proximidade com o Estado do Pará.

Os índices de desempenho eficiência e eficácia obtidos foram satisfatórios, pois o custo por supervisão foi 16,47% inferior ao estimado e a meta física foi cumprida (Tabela 35).

Tabela 35- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de supervisão aos postos fixos de vigilância da AGED-MA em relação à estimativa inicial	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$/ supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.968,75 / supervisão	100,00 %
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / SR2009)$ $CUR = (R\\$ 1.968,75 / 1)$ CUR = R\$ 1.968,75</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / SP2009)$ $CUP = (R\\$ 2.357,07 / 1)$ CUP = R\$ 2.357,07</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.968,75 - R\\$ 2.357,07$ VA = - R\$ 388,32</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.968,75 / 2.357,07) - 1] * 100$ VR = - 16,47%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2009: $VA = SR2009 - SP2009$ $VA = 1 - 1$ VA = 0</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de supervisões realizadas e o número de supervisões programadas: $RP = (SR / SR) * 100$ $RP = (1 / 1) * 100$ RP = 100,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; SP: nº de Supervisões Programadas; SR: nº de Supervisões Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.		



2.3.1.2.1.3. Ação 21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito

Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tabela 36- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	SFA/MA

Esta ação (PI Fisplanta2) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada no país de pragas e doenças exóticas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem vegetal exportados para outros países.

O produto desta ação cadastrada no Sigplan é fiscalização realizada, expressos em unidades (Tabela 37). Porém, o VIGIAGRO/DT-MA executa, de fato, sua meta física baseada em partidas fiscalizadas, a qual está cadastrada no Siplan, e que compõe, em determinadas situações, várias fiscalizações, como as em silos de cereais, em embarques de navios, de coletas de amostras, etc, que geram vários laudos de fiscalizações. Portanto, uma partida fiscalizada pode gerar várias fiscalizações.

Tabela 37- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 50.000,00	R\$ 7.655,83	15,31%
Física – Sigplan	fiscalizações realizadas	fiscalizações realizadas	-
Física – Siplan	696 partidas fiscalizadas	560 partidas fiscalizadas	80,46%

A execução física dessa ação foi de 80,46% do total programado para o exercício, e isso pode ser explicado devido à crise internacional que atingiu o país no ano de 2009, que fez com que a atividade comercial internacional tivesse uma queda, influenciando fortemente na redução dos



embarques de ferro gusa com suportes de madeira e de outros produtos agrícolas, como a soja para exportação e o trigo para o caso de importação.

Os recursos financeiros totais utilizados em 2009 corresponderam a 15,31% dos recursos programados (Tabela 38). Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 6.346,61 da quantia de R\$ 7.655,83 liberados, pois a diferença, de R\$ 1.309,22, foi utilizada para uma viagem para participação de evento.

Tabela 38- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	5.000,00	706,67	14,13
3390-30	Material de Consumo	15.000,00	6.346,61	42,31
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00	602,55	12,05
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	10.000,00	0,00	0,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL		50.000,00	7.655,83	15,31

A baixa taxa de execução financeira se deveu à não liberação de recursos nos elementos de despesa Equipamentos e Material Permanente e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que juntos representaram 50% do total de recursos solicitados.

A programação de partidas fiscalizadas é feita com base no histórico dos anos anteriores. Em decorrência, não é possível realizar uma programação com dados e ações que dependam do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional. Ademais, a demanda de fiscalizações depende do mercado internacional, de negociações que envolvem não somente os exportadores e importadores brasileiros, além de preços competitivos no mercado internacional. No ano de 2009, por exemplo, a crise mundial afetou tanto as exportações quanto as importações brasileiras.

Além das fiscalizações de cargas nos pontos de ingresso e egresso, o VIGIAGRO/DT-MA também executou fiscalização de bagagens, de lixo de bordo, de produtos de alimentação de navios e de aeronaves.



Desempenho Operacional

O custo unitário realizado em 2009, utilizado para o cálculo do indicador de eficiência, foi de R\$ 11,33 por partida fiscalizada, sendo, portanto, inferior ao custo unitário programado para 2009, R\$ 71,84 por partida inspecionada (Tabela 39). O custo realizado foi inferior ao programado em virtude de os recursos descentralizados terem sido inferiores àqueles programados, bem como parte dos recursos terem sido descentralizados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.



Tabela 39- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por partida fiscalizada em relação à estimativa inicial	Número de partidas fiscalizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/ partidas fiscalizadas	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 11,33 / partidas fiscalizadas	80,46%
Fonte:	VIGIAGRO/DT-MA	VIGIAGRO/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / PR2009)$ $CUR = (R\\$ 6.346,61 / 560)$ CUR = R\$ 11,33</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / PP2009)$ $CUP = (R\\$ 50.000,00 / 696)$ CUP = R\$ 71,84</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 11,33 - R\\$ 71,84$ VA = - R\$ 60,51</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(11,33 / 71,84) - 1] * 100$ VR = -84,22%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e Partidas Fiscalizadas Programadas em 2009: $VA = PR2009 - PP2009$ $VA = 560 - 696$ VA = -136</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e o número de Partidas Fiscalizadas Programadas: $RP = (PR / PP) * 100$ $RP = (560 / 696) * 100$ RP = 80,46%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PP: nº de Partidas Fiscalizadas Programadas; PR: nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.		

O indicador de eficácia demonstrou que a execução da programação física foi reduzida em quase 20% em 2009, o que pode ser atribuído à redução do número de partidas fiscalizadas no ano de 2009 em função da crise econômica internacional do final de 2008 que reduziu fortemente os embarques de gusa com suportes de madeiras e de produtos agrícolas.



2.3.1.2.1.4. Ação 21810000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Tabela 40- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	SFA/MA

Esta ação (PI Fiscaanimal1) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada de doenças exóticas, contribuindo, sobremaneira, para a sanidade dos rebanhos, a saúde pública e o meio ambiente, atuando como fatores determinantes do desenvolvimento econômico e social do país. E ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem animal, exportados para outros países.

No Sigplan, o produto desta ação é fiscalização realizada (em unidades), porém o VIGIAGRO/DT-MA executa o produto partidas fiscalizadas, que está cadastrado no Siplan. Como resultado dessa ação, a meta física foi cumprida plenamente do total programado para o exercício (Tabela 41).

Os recursos financeiros utilizados em 2009 corresponderam a 51,93% dos recursos programados (Tabela 42). Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 1.492,60, sendo que em viagens para participação em uma reunião nacional do comitê de aeroportos foram gastos R\$ 4.291,18 e em equipamentos e material permanente R\$ 5.226,00.

Tabela 41- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 21.200,00	R\$ 11.009,78	51,93%
Física – Sigplan	fiscalizações realizadas	fiscalizações realizadas	-
Física – Siplan	2 partidas fiscalizadas	2 partidas fiscalizadas	100,00%



Tabela 42- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	1.442,42	1.413,33	97,98
3390-30	Material de Consumo	1.523,79	1.492,60	97,95
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.233,79	2.877,85	88,99
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	5.226,00	34,84
TOTAL		21.200,00	11.009,78	51,93

A baixa execução financeira deveu-se à utilização parcial dos recursos para aquisição de equipamentos de informática, porque os equipamentos solicitados foram adquiridos pela administração central do MAPA.

Desempenho Operacional

O custo unitário realizado em 2009 foi de R\$ 746,30 por partida fiscalizada, valor, esse, que apresentou uma redução de 2,05% em relação ao valor estimado inicialmente (Tabela 43). Essa redução foi provocada por uma diminuição na utilização dos recursos liberados para a aquisição de computadores, em virtude de a mesma ter sido feita pela sede do MAPA.

O indicador de eficácia de 100% identificou que a programação física foi totalmente executada.



Tabela 43- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por partida fiscalizada em relação à estimativa inicial	Número de partidas fiscalizadas realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/partida fiscalizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 746,30 / partida fiscalizada	100,00%
Fonte:	VIGIAGRO/DT-MA	VIGIAGRO/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / PR2009)$ $CUR = (R\\$ 1.492,60 / 2)$ CUR = R\$ 746,30</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / PP2009)$ $CUP = (R\\$ 1.523,79 / 2)$ CUP = R\$ 761,90</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 746,30 - R\\$ 761,90$ VA = - R\$ 15,60</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(746,30 / 761,90) - 1] * 100$ VR = - 2,05%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e Partidas Fiscalizadas Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 2 - 2$ VA = 0</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e o número de Partidas Fiscalizadas Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (2 / 2) * 100$ RP = 100,00%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PP: nº de Partidas Fiscalizadas Programadas; PR: nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		



2.3.1.2.1.5. Ação 47380000 – Erradicação da Mosca da Carambola

Tabela 44- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da ação	André Felipe Carrapatoso Peralta da Silva
Unidades executoras	SFA/MA

A mosca da carambola, *Bactrocera carambolae*, (Diptera: Tephritidae) é uma praga quarentenária do tipo A2 (praga restrita a uma região e mantida sob controle oficial) e que está restrita ao Estado do Amapá. Essa mosca das frutas representa um grande risco à economia brasileira, pois os prejuízos causados por suas larvas podem inviabilizar o comércio de frutas in natura internacional do Brasil com o bloco econômico europeu e com países, como os Estados Unidos e o Japão, acarretando perdas de grande monta à carta de exportação brasileira em função de restrições fitossanitárias caso essa praga se alastre por outros estados brasileiros. O Estado do Maranhão é classificado como de alto risco para a introdução desse inseto em seu território devido ao trânsito de vegetais e pessoas das áreas em que a praga se encontra e do deficiente serviço de vigilância fitossanitária em suas fronteiras. Por isso, o Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola, instituído por meio do Decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997, deve manter todas as atividades de monitoração desse inseto em pleno andamento.

A situação operacional vivenciada em 2009 por essa ação (PI Erradmosca) não se alterou em relação aos exercícios anteriores, sendo que as mesmas 30 armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida fosforado malationa para a detecção da mosca da carambola instaladas no ano de



2007 e monitoradas em 2008 foram mantidas e supervisionadas durante todo o transcorrer do ano de 2009 (Tabela 45).

Tabela 45- Número de armadilhas de PVC tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas em cada município para a monitoração da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2009.

Mesorregião	Microrregião	Município	Nº de Armadilhas Instaladas
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	São Luís	6
		São José de Ribamar	1
Oeste Maranhense	Gurupi	Amapá do Maranhão	2
		Boa Vista do Gurupi	4
		Cândido Mendes	1
		Carutapera	4
		Godofredo Viana	1
		Gov. Nunes Freire	3
		Junco do Maranhão	3
		Luís Domingues	2
		Maracaçumé	3
		TOTAL	

Em 2009 foram monitorados 11 municípios, sendo dois localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, onde estão instaladas sete armadilhas, e em nove municípios da microrregião do Gurupi, onde estão 23 unidades amostrais. Esses municípios são considerados áreas de elevado risco à introdução e dispersão da praga no Maranhão devido às suas características econômicas e geográficas.

Mesmo havendo a recomendação da Coordenação Nacional do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola (PNEMC) para que estados que são classificados como de alto risco à introdução desse inseto em seu território tenham instalados em pontos de risco à sua entrada 50 armadilhas, não foi dada em 2009 a autorização por parte da supra-citada Coordenação Nacional para a escolha de locais e instalação das demais 20 unidades amostrais nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré.

As atividades de monitoração da mosca da carambola foram executadas em 2009 concomitantemente pelo SEDESA/DT-MA, responsável pela coordenação estadual da ação de monitoração, e pela AGED-MA, que atua como órgão parceiro nas monitorações das armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi. Com relação às armadilhas instaladas em



São Luís e São José de Ribamar, o SEDESA/DT-MA é o único responsável pelas suas avaliações e manutenção.

Como exposto acima, não houve a instalação de nenhuma unidade de monitoração adicional no interior do Estado, e, portanto, as viagens realizadas resumiram-se à atividade de monitoração pelo SEDESA/DT-MA e pela AGED-MA.

O serviço de monitoração incluiu, em cada coleta, uma análise preliminar, ainda em campo, do piso adesivo coletado. Também procedia-se recolhendo os pisos adesivos utilizados para uma avaliação mais minuciosa por parte do SEDESA/DT-MA no Laboratório de Entomologia da UEMA e das iscas tóxicas utilizadas para que fossem dado a elas um destino adequado. Para todos os pontos amostrais (armadilhas), preenchia-se uma ficha de avaliação de coleta e inspeção para a garantia de que o ponto amostral tenha sido monitorado.

Adicionalmente, a cada coleta, avaliava-se a condição da planta hospedeira da mosca da carambola onde estava instalada a armadilha quanto ao seu estado físico, ao grau de conservação da armadilha, substituindo-se as que apresentavam avarias ou sujeira excessiva ou quando alguma armadilha tivesse sido extraviada.

Nas ocasiões em que ocorreram o extravio das armadilhas, consultava-se, quando possível, uma pessoa responsável pelo domicílio ou propriedade rural em que a armadilha estava instalada a fim de conhecer as possíveis causas do desaparecimento da unidade amostral. Em 2009, não houve a substituição de nenhuma planta hospedeira para o acondicionamento das armadilhas.

No caso da coleta ter sido realizada pela AGED-MA, todos os pisos adesivos, iscas tóxicas utilizadas e fichas de avaliação preenchidas foram entregues ao SEDESA/DT-MA. Os pisos adesivos coletados pela AGED-MA foram avaliados pelo SEDESA/DT-MA ao Laboratório de Entomologia da UEMA para certificação de que nenhum espécime da mosca da carambola tenha sido capturada. Já as fichas de avaliação preenchidas durante as monitorações realizadas pela AGED-MA estão armazenadas no SEDESA/DT-MA.

Conforme solicitadas, também realizaram-se contatos com os agricultores e moradores que cederam suas residências para a instalação das armadilhas, para os quais foram dadas informações técnicas sobre outros problemas fitossanitários para culturas agrícolas de seus interesses. Quando oportuno, também distribuíram-se pôlderes ilustrados sobre a mosca da carambola, contendo informações sobre sua importância econômica, plantas hospedeiras,



ciclo biológico, as ações de monitoração no Maranhão além de formas de contato do SEDESA/DT-MA e da AGED-MA para dúvidas e/ou informações a respeito desse inseto, bem como também distribuíram-se cartazes ilustrados também sobre esse inseto para agricultores, moradores de áreas onde estão instaladas armadilhas, para os fiscais de defesa vegetal da AGED-MA afixarem nos escritórios desse órgão e aos órgão de interesse rural.

No exercício em análise, realizaram-se sete monitorações às armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís e seis coletas às unidades amostrais instaladas na microrregião do Gurupi (Tabela 46). Apesar de todos os impedimentos gerados por falta de suprimentos materiais e financeiros para a realização das atividades de monitoração, ainda conseguiu-se executar um número razoável de supervisões, o que demonstra todo o esforço embutido pelo SEDESA/DT-MA e pela AGED-MA na execução da monitoração da mosca da carambola no Maranhão.

Tabela 46- Número de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2009.

Microrregião	Nº de Coletas Realizadas
Aglomeração Urbana de São Luís	7
Gurupi	6

Também elaborou-se, em comum acordo com a AGED-MA, um cronograma de monitoração das armadilhas instaladas no Gurupi, indicando as supervisões nas quais cada órgão seria responsável, a fim de haver um planejamento físico e financeiro sobre as viagens ao interior do Estado.

Quanto a material informativo, o SEDESA/DT-MA recebeu, em agosto, 2000 cartilhas contendo informações e ilustrações sobre a mosca da carambola. Porém, ressalva-se que as informações de contato com os órgãos de vigilância fitossanitária indicavam endereços de unidades do Estado do Amapá e Pará, o que gerou uma certa resistência por parte da AGED-MA na sua distribuição às unidades regionais e locais distribuídas no interior do Estado. Da mesma forma, em outubro, houve o recebimento de cerca de 3000 cartazes contendo informações sobre a mosca da carambola com apresentação das informações de



contato de maneira semelhante, o que, novamente, gerou insatisfação. As cartilhas foram distribuídas pelo SEDESA/DT-MA no stand da SFA/MA na Expoema/2009, realizada em São Luís em setembro. Cartilhas e cartazes foram entregues à AGED-MA para a sua distribuição ao público-alvo.

Ainda em 2009, houve a iniciativa de se realizar um curso de educação sanitária para a formação de 40 multiplicadores em mosca da carambola na microrregião do Gurupi a ser ministrado pela equipe de Educação Sanitária do PNEMC, composta por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. Porém, com recursos escassos, a Coordenação Nacional achou por bem adiá-lo para 2010. A motivação para esse curso se deve ao fato de que o Plano Executivo de Educação Sanitária 2008 da CGPP/DSV/SDA/MAPA incluiu o Estado do Maranhão no rol de unidades da Federação nos quais deverão ser executadas ações de educação sanitária.

O Plano de Sanidade Vegetal para o quadriênio 2008-2011 prevê uma programação financeira de R\$ 9.003,00 para a realização de seis monitorações na microrregião do Gurupi, onde estão instaladas 23 armadilhas. Porém, foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOFC) do MAPA R\$ 4.703,92 e executados R\$ 3.088,28, o que significou uma taxa de utilização de recursos de 65,65% (Tabela 47). A taxa de execução/previsão verificada para 2009 foi ligeiramente inferior a de 2008, que foi de 71,45% e de 2007, de 67,97%.

Tabela 47- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira¹	R\$ 4.703,92	R\$ 3.088,28	65,65%
Física – Sigplan	33.198.329 ha	33.198.329 ha	100,00%
Física institucional	6 monitorações	2 monitorações	33,33%

¹ No item meta financeira, tanto para a previsão como para a execução, estão incluídos R\$ 762,50 que foram utilizados para o pagamento de diárias e que foram provenientes do PI PCE Vegetal.

O produto da meta física que está cadastrado no Sigplan é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado. Porém, para se estimar se a meta física cadastrada no Sigplan estava sendo cumprida, lançou-me mão de um índice institucional, o número de monitorações, para que fosse embasado o alcance da meta física cadastrada no Sigplan.



Com relação à meta física do Sigplan, a mesma foi executada em 100,00%, já que nenhum exemplar a mosca da carambola foi coletada nas unidades amostrais, o que garante que o Estado do Maranhão está isento dessa praga agrícola.

Sobre a meta física institucional, houve uma depreciação dessa variável em relação a 2008, que foi de 66,67%, pois em 2009 a taxa executada foi de 33,33%. Isso se deveu aos problemas enfrentados no fornecimento de material para as monitorações e de recursos financeiros para as viagens à microrregião do Gurupi, como exposto anteriormente.

O elemento de despesa Diárias – Civil apresentou uma taxa de execução em relação à previsão de 91,88%, sendo disponibilizados a monta de R\$ 2.513,00 e tendo sido utilizados R\$ 2.308,95, sendo que por falta de recursos financeiros no PI Erradmosca, a Coordenação Nacional do PNEMC descentralizou do PI análogo PCE Vegetal a quantia de R\$ 762,50 para a complementação do pagamento de diárias em uma das duas monitorações (Tabela 48). Portanto, de recursos do PI Erradmosca foram descentralizados R\$ 1.750,50 e usufruídos R\$ 1.546,45 nesse elemento de despesa.

Tabela 48- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	2.513,00	2.308,95	91,88
3390-30	Material de Consumo	1.200,00	488,41	40,70
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	700,00	0,00	0,00
3390-93	Indenizações e Restituições	290,92	290,92	100,00
TOTAL		4.703,92	3.088,28	65,65

Em relação ao elemento de despesa Material de Consumo, foram executados R\$ 488,41 dos R\$ 1.200,00 programados, o que deu uma taxa de 40,70%. Em relação a 2008, a taxa apresentou um índice menor, que naquele ano fora de 71,03%, o que pode ser explicado pelo fato de que no exercício em análise foram solicitados recursos para a instalação e monitoração de unidades amostrais na região de Imperatriz, o que não ocorreu.

Do elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica não houve a utilização de qualquer recurso, pois esse elemento de despesa basicamente é utilizado para o pagamento de consertos de pequena quantia nos veículos em viagem e isso não foi necessário durante as duas monitorações realizadas. Anteriormente, esse elemento de despesa financiava o pagamento dos serviços da concessionária de travessia por balsa entre São Luís e Alcântara,



que, além da redução do tempo de viagem em cerca de 4 horas, evita-se percorrer cerca de 280 Km, distância que é feita a mais quando se faz a mesma viagem utilizando-se a modalidade exclusivamente rodoviária de transporte. Entretanto, com a proibição da realização de saques para pagamento de despesas dessa ordem, foi se obrigado a abdicar dessa opção de se chegar à microrregião do Gurupi mais rapidamente.

O elemento de despesa Indenizações e Restituições teve uma taxa de utilização da ordem de 100,00%, pois haviam sido programados R\$ 290,92 e foram executados o mesmo montante. Essa despesa era relativa ao valor supra-citado para o elemento de despesa Serviços de Terceiros – PJ referente a uma monitoração realizada entre os dias 10 e 14/11/2008 e que não havia sido paga em função da falta de provisão de fundos para o pagamento de despesas com combustível.

Portanto, desconsiderando-se o valor referente ao elemento de despesa Indenizações e Restituições, teve-se, efetivamente, gastos da ordem de R\$ 2.797,36 para a realização das monitorações na microrregião do Gurupi.

O PNEMC no Maranhão encontrou-se paralisado entre janeiro e maio devido à falta de pisos adesivos para reposição, o que inviabilizou a continuidade das ações de monitoração nas trinta unidades amostrais. Isso já fora alertado no Relatório de Gestão do exercício de 2008 e no Siplan, o qual é alimentado com informações atualizadas rotineiramente.

Na tentativa de que o serviço fosse retomado, haviam sido solicitados, transcrito no Ofício nº 53/2009, de 7 de abril de 2009, 150 pisos adesivos, 90 iscas tóxicas e 30 armadilhas de PVC com suporte tipo Jackson ao SEDESA/DT-AP. Posteriormente, conforme aviso da Coordenação Nacional constado no Ofício Circular nº 20/CGPP/DSV, de 27 de abril de 2009, todas as solicitações de materiais, como armadilhas, iscas tóxicas e pisos adesivos deveriam ser encaminhadas ao SEDESA/DT-AP. Também enviou-se o Ofício nº 56/2009, de 24 de abril de 2009, à Coordenadoria Geral de Proteção de Plantas com um planejamento de utilização de 330 pisos adesivos, 240 iscas tóxicas e 20 armadilhas para substituição para o restante do ano de 2009.

Ainda em abril, solicitou-se a intervenção da Coordenadoria Nacional do PNEMC para que a demanda solicitada no Ofício nº 53/2009 fosse prontamente cumprida, para que o



intervalo entre a solicitação e o recebimento seja abreviado, em nome do bom funcionamento do Programa.

Mesmo em abril havendo o recebimento de 100 iscas tóxicas enviadas pela biofábrica Moscamed[®], responsável pela fabricação das próprias, as atividades de monitoração permaneceram paralisadas.

Apenas em maio ocorreu o recebimento de pisos adesivos, sendo enviados 1.200 pisos em duas remessas enviadas pelo SEDESA/DT-AP, nas quais também totalizaram-se 300 armadilhas de PVC tipo Jackson com suportes. Também em maio a biofábrica Moscamed[®] enviou ao SEDESA/DT-MA uma segunda encomenda contendo 150 iscas.

Portanto, a partir de junho foi possível a retomada das atividades de monitoração da mosca da carambola nas 30 armadilhas instaladas com o recebimento dos suprimentos. Entretanto, uma nova paralisação nas monitorações na microrregião do Gurupi foi obrigatória nos meses de setembro e outubro no Gurupi por falta de recursos financeiros para o pagamento de diárias e de aquisição de combustível. Quanto às armadilhas da microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, as atividades tiveram prosseguimento normal nesse período.

Em novembro, todas as 30 armadilhas instaladas foram vistoriadas, graças à descentralização de recursos por parte do Departamento de Sanidade Vegetal. Também em novembro, a Coordenação Nacional enviou mais um lote de iscas tóxicas para a continuidade das monitorações no ano de 2010.

Em dezembro, apenas as sete armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foram inspecionadas, por não exigir grande deslocamento entre as unidades amostrais. Isso ocorreu porque a supervisão das armadilhas localizadas na microrregião do Gurupi, que seria executada pelo SEDESA/DT-MA, não pôde ser realizada em virtude da divulgação da Papeleta Circular GAB SFA nº 13/2009, de 19/11/2009 que deu um prazo limite para as viagens a serviço para até o dia 12 dezembro em função do encerramento do exercício. Como o técnico responsável pelo Programa Nacional esteve em um treinamento sobre o Sistema de Convênios (Siconv) na segunda semana do mesmo mês, houve, então, o impedimento da realização da monitoração em data posterior ao dia supracitado.



Com o recebimento de farto material para o desenvolvimento das atividades de monitoração, pretendia-se, ainda no terceiro quadrimestre, instalar-se as demais 20 armadilhas programadas. Porém, não houve a descentralização de recursos financeiros para a execução do serviço, e, nesse caso, com a incerteza quanto à liberação de recursos ainda em 2009, decidiu-se, juntamente com a Coordenação Nacional do PNEMC, pelo adiamento da instalação dessas unidades amostrais para 2010.

Sobre o canal de comunicação com a Coordenação Nacional do PNEMC, a mesma foi informada mensalmente da situação do andamento da ação no Maranhão através da alimentação com informações do sistema Siplan.

Desempenho Operacional

Ao utilizar-se da meta física institucional, geraram-se variáveis de indicadores de desempenho também institucionais, denominados de índice de eficiência, que mede o custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial, e de índice de eficácia, que mensura o número de monitorações realizadas em função da quantidade programada.

Em nenhuma das seis monitorações realizadas no total na microrregião do Gurupi, ou seja, nas duas realizadas pelo SEDESA/DT-MA e nas quatro realizadas pela AGED-MA, nenhum espécime da mosca da carambola foi detectado. Portanto, pode-se afirmar que nas áreas monitoradas com armadilhas para a captura da mosca da carambola não há sua infestação, e que, por extensão, pode-se considerar o Estado do Maranhão isento dessa praga quarentenária, o que proporciona o índice de 100% na meta física cadastrado no Sigplan para essa ação.

Em relação à meta física área controlada, considerou-se para fins de análise do desempenho operacional apenas a taxa número de monitorações realizadas na microrregião do Gurupi pelo SEDESA/DT-MA, em virtude de que para a realização das monitorações nessa região geográfica exigiu-se o dispêndio de recursos financeiros para os deslocamentos a partir da sede da SFA/MA. Portanto, para os cálculos dos indicadores de eficiência e eficácia, consideraram-se apenas as duas monitorações realizadas pelo SEDESA/DT-MA.



A meta física contida no Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011 de seis monitorações a serem realizadas foi cumprida plenamente (100%) graças à colaboração da AGED-MA nas ações de monitoração, haja vista que o órgão estadual foi responsável por 66,67% das ações de monitoração em 2009. Entretanto, considerando-se apenas as monitorações realizadas pelo SEDESA/DT-MA, a taxa encontrada foi de 33,33% (Tabela 49). Por conseguinte, a Variação Absoluta foi de -4 entre o número de monitorações programadas e realizadas.

Tabela 49- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial	Número de monitorações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/monitoração	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.398,68 / monitoração	33,33%
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / MR2009)$ $CUR = (R\\$ 2.797,36 / 2)$ CUR = R\$ 1.398,68</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / MP2009)$ $CUP = (R\\$ 9.003,00 / 6)$ CUP = R\$ 1.500,50</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.398,68 - R\\$ 1.500,50$ VA = - R\$ 101,82</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.398,68 / 1.500,50) - 1] * 100$ VR = - 6,78%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Monitorações Realizadas e Monitorações Programadas em 2009: $VA = MR2009 - MP2009$ $VA = 2 - 6$ VA = -4</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Monitorações Realizadas e o número de Monitorações Programadas: $RP = (MR / MR) * 100$ $RP = (2 / 6) * 100$ RP = 33,33%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; MP: nº de Monitorações Programadas; MR: nº de Monitorações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		



Apesar de que a meta física institucional contida no Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011 ser de seis monitorações, é sabido que essa não é a frequência ideal de monitorações para uma rápida detecção do inseto, a qual seria de 12, ou seja, uma monitoração ao mês, em função das características bioecológicas do inseto.

A variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado em 2009, que se traduz no índice de eficiência, foi 6,78% inferior, o que em valor absoluto equivaleu a uma economia de R\$ 101,82 por monitoração. Ainda explorando-se mais as taxas que originaram tal índice, observou-se que o valor unitário realizado foi de R\$ 1.398,68 e o valor unitário programado igual a R\$ 1.500,50.

O fato de que o índice de eficiência ter sido de -6,78%, o que pode ser considerado, à primeira vista, como um resultado não tão significativo, afinal o custo de uma monitoração foi levemente inferior ao programado, pode ser explicado pelo aumento em julho, através do Decreto Federal nº 6.907, de 21/07/2009, do valor das diárias em 71,71% para os técnicos de nível superior e de 106,00% para os servidores de ensino médio, sendo que uma das duas monitorações já foi realizada com os novos valores em vigor. Portanto, como a programação fora realizada em 2008, ou seja, com um valor de diária mais baixa e que nesse ano os valores das diárias foram majorados, o custo unitário programado por monitoração estará defasado até o final do quadriênio 2008-2011 em função disso.

Quanto ao histórico dos indicadores, observou-se que as taxas do índice de eficiência foram negativas, ou seja, o valor do custo unitário realizado por monitoração foi inferior ao custo unitário programado no triênio 2007-2009 (Tabela 50). No período dessa pequena série histórica, explica-se a economia pelo fato de que ocorreu, não necessariamente em todos os anos, uma baixa utilização de recursos em função dos seguintes fatores: taxa de recursos disponibilizados para o elemento de despesa Diárias – Civil inferior ao necessário, pequena taxa de utilização dos recursos liberados no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, descentralização de 100% a mais de recursos do que o programado no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, sendo que foi utilizada apenas a metade do valor disponibilizado, a não instalação de armadilhas na microrregião de Imperatriz, a proibição do pagamento de despesas através de saques, a baixa disponibilização dos recursos por parte do CGOFC e a realização de duas viagens para a



execução simultânea de monitorações desse PI com atividades inerentes ao extinto PI CPFRUTI. Nesse exercício, a menor economia, ocorreu, basicamente, em função do aumento do valor das diárias, já que no Plano de Sanidade Vegetal ainda são considerados os valores de diárias sem o reajuste.

Tabela 50- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-85,94	-44,63	-6,78
Eficácia (%)	200,00	66,67	33,33

Com relação ao indicador eficácia, houve uma variação na série histórica. Em 2007, realizaram-se quatro monitorações enquanto haviam sido programadas inicialmente apenas duas ações de monitoração, pois naquele ano iniciaram-se as atividades do Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Maranhão, que até então estava paralisado. Em função disso, a eficácia calculada foi igual a 200%. Em 2008 e 2009, as metas executadas ficaram abaixo do programado devido a problemas de liberação de recursos e de fornecimento de suprimentos materiais.

Como ações a serem empreendidas em 2010, encontram-se a aprovação pela Coordenação Nacional do PNEMC do Plano de Contingência para a Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, documento técnico elaborado pelo SEDESA/DT-MA, que contou com a colaboração da AGED-MA, contendo as diretrizes para as medidas emergenciais que deverão ser tomadas em caso de detecção do inseto em território maranhense.

Também inclui-se para 2010 a realização de um curso de educação sanitária para a formação de 40 multiplicadores em educação sanitária para a mosca da carambola na microrregião do Gurupi, o qual se faz necessário para a formalização da consciência sanitária, que ajudará na formação de uma população mais comprometida, mais responsável e muito mais consciente, pois um curso de educação sanitária busca promover mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras nos diversos públicos de interesse: produtores e trabalhadores rurais, consumidores, comerciantes, lideranças e escolares.

Também como evento para qualificação, a Coordenação Nacional deseja empreender um curso sobre Plano de Emergência aos fiscais de defesa vegetal da AGED-MA.



Em abril será organizado pela AGED-MA o V Curso de Certificação Fitossanitária, no qual haverá a habilitação de 30 engenheiros agrônomos e/ou florestais para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem para hospedeiros da mosca da carambola, e que será realizado em Chapadinha.

Também se espera a instalação das demais 20 armadilhas que estão previstas no PNEMC para o Estado do Maranhão, por essa ser considerada uma unidade federativa de alto risco para a entrada da mosca da carambola, e onde deveriam estar instaladas 50 armadilhas.

E, finalmente, espera-se o firmamento do convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA para a realização das monitorações. Isso será importante, pois o órgão estadual, com o seu fortalecimento da sua estrutura física, se responsabilizará pelo bom andamento da ação de monitoração, enquanto que o SEDESA/DT-MA disporá de um papel de supervisão.

Em suma, espera-se que em 2010 a Coordenação Nacional do PNEMC regularize o envio de suprimentos necessários para que haja a continuidade sem interrupções das ações de monitoração, proceda à descentralização de recursos nas épocas contidas em cronograma sugerido e que a AGED-MA mantenha-se comprometida com a execução das atividades de monitoração da mosca da carambola.

2.3.1.2.1.6. Ação 48420000 – Erradicação da Febre Aftosa

Tabela 51- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Combate as Doenças – CGCD/DSA
Coordenador nacional da ação	Plínio Leite Lopes
Unidades executoras	SFA/MA



Esta ação (PI Febreaftos) tem como finalidade imediata fazer com que o Estado do Maranhão passe da atual classificação de zona de médio risco para área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento internacional, objetivando a livre entrada de produtos de origem animal nos mercados nacional e internacional.

A ação Erradicação da Febre Aftosa é executada concomitantemente, por meio de convênio entre a AGED-MA e o MAPA, pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, com a execução das exigências em campo para a erradicação da referida doença, e pelo SEDESA/DT-MA, com a supervisão (auditoria) das atividades realizadas pelo órgão de defesa estadual.

O produto da meta física cadastrado no Sigplan é área livre, em km², com uma taxa de 331.983 km² (Tabela 52). Como uma ferramenta capaz de auxiliar na mensuração do alcance da meta governamental, lança-se mão de uma meta física institucional, o número de auditorias em escritórios da AGED-MA, a fim de se apurar a capacidade de se conseguir atingir a meta. Desse modo, com o interesse em aferir os índices de eficiência e eficácia do SEDESA/DT-MA, calcularam-se tais índices com base nos resultados obtidos na meta física institucional.

Tabela 52- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 52.391,80	R\$ 39.813,88	75,99%
Física – Sigplan	331.983 km ²	0 km ²	0,00%
Física – Institucional	35 auditorias realizadas	26 auditorias realizadas	74,28%

Na meta física institucional, o produto Supervisão Realizada refere-se às auditorias realizadas nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, nos Escritórios de Atendimento a Comunidades e nas Unidades Regionais da AGED-MA, executora da ação de Erradicação da Febre Aftosa no Maranhão.

Desse modo, realizaram-se 18 auditorias às Unidades Locais de Atenção Veterinária e 7 supervisões a Escritórios de Atendimentos a Comunidades, totalizando-se 26 auditorias realizadas, tendo-se a atenção de distribuí-las pelo maior número de Unidades Regionais, que compõem a estrutura funcional do órgão executor estadual. Com essas



auditorias realizadas, visitaram-se unidades da AGED-MA localizadas em seis de suas 18 Unidades Regionais.

Há uma necessidade e expectativa de que o Estado passe a receber o status de área livre de febre aftosa com vacinação, o que corresponderia a 331.983 km² em área. Por conta desta necessidade de adequação, no final do mês de novembro foi realizada uma auditoria técnica nacional do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa por determinação do Departamento de Saúde Animal, na qual foram avaliados nove municípios do Maranhão. Da mesma forma, uma nova auditoria nacional deverá ser realizada em março de 2010 com o objetivo de acelerar e cobrar o cumprimento das exigências que elevem o status do Maranhão à área livre da doença com vacinação.

O Estado do Maranhão manteve a classificação de médio risco para febre aftosa, a qual foi obtida junto ao MAPA em dezembro de 2004, tendo como consequência a diminuição das restrições de animais e produtos de animais suscetíveis à doença nos quinze estados brasileiros classificados como livres com vacinação.

Não faltaram recursos financeiros ao programa nacional da febre aftosa, e numa visão mais recente, cada Estado, na medida de sua possibilidade, procura fornecer ajuda a outros na forma de recursos financeiros e humanos.

Englobando-se os custos das auditorias, de eventos e de participação em força-tarefa, disponibilizaram-se R\$ 52.391,80, dos quais foram utilizados recursos da ordem de R\$ 39.813,88, o que fez uma taxa de aplicação de 75,99% (Tabela 53).

Tabela 53- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	11.685,30	9.270,70	79,34
3390-30	Material de Consumo	5.300,00	1.425,48	26,90
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	7.214,00	2.693,52	37,34
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	23.042,50	23.042,50	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.150,00	3.381,68	65,66
TOTAL		52.391,80	39.813,88	75,99

Em eventos, que incluíram a participação e organização em cursos, seminários e auditorias, foram utilizados R\$ 7.846,98, distribuídos em R\$ 4.675,46 em Diárias – Civil, R\$



478,00 em Material de Consumo e R\$ 2.693,52 em Passagens e Despesas com Locomoção (Tabela 54).

Tabela 54- Despesas executadas para participação em eventos.

Mês	Recursos Utilizados por Elemento de Despesa (R\$)			Número de Participantes	Local	Objetivo
	3390-14	3390-30	3390-33			
Março	458,12	-	1.120,68	02	CE	Reunião do Circuito Pecuário Nordeste.
	-	-	-	01	AM	Participar da “agulha oficial” do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no Amazonas ¹ .
Setembro	2.965,10	250,98	1.572,84	02	MA	Curso de emergência sanitária em Presidente Dutra.
Novembro	484,34	227,02	-	02	PI	Reunião do Circuito Pecuário Nordeste.
	767,90	-	-	01	MA	Acompanhar a auditoria do DSA – 07 unidades.
TOTAL	4.675,46	478,00	2.693,52			

¹ atividade custeada pelo órgão central no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física no valor de R\$ 23.042,50.

Uma atividade de importância executada pelo SEDESA/DT-MA e pela AGED-MA foi a participação desses órgãos na força-tarefa denominada de “agulha oficial” realizada na calha do Rio Amazonas em decorrência de atendimentos de vacinações contra a febre aftosa naquela região amazônica e também cadastramento de rebanhos e controle da peste suína clássica, para a qual foram dependidos do Orçamento Geral da União, com diárias e despesas de locomoção, R\$ 23.042,50, no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, a fiscais de defesa animal da AGED-MA e a fiscais federais agropecuários do SEDESA/DT-MA.

Efetivamente, às auditorias, foram utilizados recursos que somaram R\$ 8.924,40, distribuídos em R\$ 4.595,24 em Diárias – Civil, R\$ 947,48 em Material de Consumo e R\$ 3.381,68 em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, quantia essa que foi usada na manutenção de veículos para a realização das supervisões.

Demonstrando o ambiente harmonioso que existe entre as instâncias federal e estadual de defesa sanitária animal no Maranhão, estão parcerias entre os técnicos do SEDESA/DT-MA e da AGED-MA com propósito de levantar, elucidar e caracterizar o sistema de criação dos bovinos no Estado.



Com relação a transferência de recursos, foram analisadas duas propostas de convênio da AGED-MA com o MAPA com o objetivo de fortalecer a sanidade animal, mas os mesmos, mesmo sendo aprovados em sua análise técnica, foram impossibilitados de serem firmados por problemas administrativos do Governo do Estado do Maranhão.

Desempenho Operacional

O índice de eficiência apresentou um custo de 15,92% inferior ao programado e a eficácia foi de 74,28% (Tabela 55). Apesar de que o número de supervisões cumprido não tenha sido o programado, as 26 supervisões realizadas na ação no Estado foram suficientes para detectar as falhas existentes e a cada relatório sugerimos as correções necessárias.



Tabela 55- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de auditorias em relação à estimativa inicial	Número de auditorias realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$/ auditoria	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 343,25 / auditoria	74,28%
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / AR2009)$ $CUR = (R\\$ 8.924,40 / 26)$ CUR = R\$ 343,25</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / AP2009)$ $CUP = (R\\$ 14.288,32 / 35)$ CUP = R\$ 408,23</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 343,25 - R\\$ 408,23$ VA = - R\$ 64,98</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(343,25 / 408,23) - 1] * 100$ VR = -15,92%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e Unidades Supervisionadas Programadas em 2009: $VA = AR2009 - AP2009$ $VA = 26 - 35$ VA = -9</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Auditorias Realizadas e o número de Auditorias Supervisionadas Programadas: $RP = (AR / AR) * 100$ $RP = (26 / 35) * 100$ RP = 74,28%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; AP: nº de Auditorias Programadas; AR: nº de Auditorias Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Como um entrave para a execução plena da meta física, deve-se salientar a mudança de governador do Estado, que fez com que houvesse um limbo administrativo no comando da AGED-MA por um período de tempo, o que contribuiu para o atraso nas tomadas de decisões por aquele órgão.



2.3.1.2.1.7. Ação 85720000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas

dos Vegetais

Tabela 56- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da ação	André Felipe Carrapatoso Peralta da Silva
Unidades executoras	SFA/MA

As pragas agrícolas são um dos principais fatores que limitam a produtividade e a qualidade das culturas. Além de acarretarem em um aumento do consumo de defensivos, que podem causar danos ao ambiente, à saúde do produtor e do consumidor, elevam os custos de produção e resultam em prejuízos à cadeia produtiva em geral. As pragas são as principais causas de barreiras não-tarifárias ao comércio exterior, prejudicando o agronegócio brasileiro. Preveni-las e controlá-las torna-se extremamente importante por questões de ordem social, econômica, tecnológica e de sustentabilidade ambiental.

A ação fiscalizadora do PI PCE Vegetal no Maranhão atuou em 2009 com as culturas da soja, dos citros e da banana. Os trabalhos foram desenvolvidos pela AGED-MA e



acompanhados e supervisionados pelo SEDESA/DT-MA. As metas físicas e financeiras executadas referem-se aos trabalhos desenvolvidos com as três culturas (Tabela 57).

Tabela 57- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 1.500,00	R\$ 721,56	48,10%
Física (área controlada)	78.116 ha	78.116 ha	100,00%

Para a cultura da soja, estava previsto, em 2009, o controle/monitoração da ferrugem asiática da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* Sydow. No Maranhão, instituiu-se o vazio sanitário da soja a cada ano no período de 15 de agosto a 15 de outubro, pela Instrução Normativa AGED nº 01, de 03 de abril de 2008. Entende-se por vazio sanitário o período de ausência total de plantas vivas de soja no campo, fato esse que é fiscalizado pela AGED-MA e supervisionado pelo SEDESA/DT-MA.

Considerando-se as intensas chuvas na região produtora do Estado em 2009, que comprometeu o início do plantio para a produção de semente de soja, e considerando-se a falta de sementes de soja no mercado, que inviabilizaria a produção na próxima safra, a AGED-MA, em caráter excepcional, publicou a Instrução Normativa nº 01, de 05 de junho de 2009, alterando o calendário do vazio sanitário da soja, exclusivamente para os produtores de sementes, para o período de 15 de setembro a 15 de outubro de 2009.

Anteriormente à entrada em vigor do vazio sanitário, a AGED-MA monitorou as áreas de plantio de soja para a produção de sementes com o objetivo de se verificar a ocorrência da ferrugem asiática, que não poderia ter um índice superior a 3% da área foliar infectada, sob pena de que o campo de produção ser destruído. Constatou-se que as áreas de produção de sementes apresentaram boa condição fitossanitária e que não foi verificada a ocorrência da praga ferrugem asiática no momento da fiscalização. Essa fiscalização foi realizada com recursos do MAPA liberados para o elemento de despesa Outros Serviços – Pessoa Física para o pagamento das despesas com diárias de colaborador eventual de dois fiscais de defesa vegetal no valor de R\$ 721,56.

Durante o período do vazio sanitário da soja não foram realizadas fiscalizações nem pela AGED-MA nem pelo SEDESA/DT-MA devido a não liberação de recursos pelo órgão central, o que inviabilizou essa ação.



Com relação à cultura da banana, o MAPA, através da SDA, editou em 09 de novembro de 2006, a Instrução Normativa nº 62, criando a Área Livre da sigatoka negra no Estado do Maranhão, em conformidade com a Instrução Normativa nº 17, de 31 de maio de 2005, que, entre outras coisas, aprovou os procedimentos para a caracterização, implantação e manutenção de Área Livre da sigatoka negra, *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deigh, que visa evitar a introdução, disseminação e proteger as áreas de produção de banana do Estado do Maranhão da praga sigatoka negra. Desde então, por ser uma ação descentralizada, cabe ao SEDESA/DT-MA a supervisão e auditoria dos trabalhos executados pela AGED-MA, para impedir a entrada de tal praga no território maranhense.

Visando a manutenção da Área Livre da Praga (ALP) sigatoka negra no Maranhão, a AGED-MA realizou durante o ano de 2009 as seguintes atividades: 726 levantamentos/cadastros oficiais; 119 coletas de amostras para análise em laboratório; a fiscalização em 13.333 cargas nas barreiras fitossanitárias fixas e móveis; a realização de 100 blitze, a emissão de 142 Certificados Fitossanitários de Origem (CFO) e de 1.599 Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV); a distribuição de 2.023 unidades de materiais informativos diversos e a realização de 81 palestras sobre o tema.

O SEDESA/DT-MA não realizou nenhuma supervisão/auditoria nos trabalhos da AGED-MA realizados com essa cultura devido à falta de recursos para tal fim. De acordo com os relatórios da AGED-MA, o Estado do Maranhão continua sem a ocorrência da praga sigatoka negra em seus bananais.

Porém, em 2009, constatou-se a ocorrência de uma nova praga quarentenária A2 em plantas de citros no Estado do Maranhão, tratando-se da bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri* Vauterin, causadora do cancro cítrico. O foco da doença foi detectado no município de São Luís, em um viveiro de mudas de citros em área urbana. A AGED-MA, sob supervisão do SEDESA/DT-MA, iniciou os trabalhos de monitoração e erradicação da praga, visitando-se, a partir do foco, as propriedades vizinhas. Também foram realizadas inspeções em outros viveiros de mudas da Capital e em municípios do interior. Coletaram-se e enviaram-se amostras de material vegetal com suspeita de ocorrência da praga para análise em laboratório oficial. Nos locais onde foi confirmada a ocorrência da praga, as plantas foram erradicadas conforme determina a Portaria nº 291, de 23 de julho de 1997.



Com o propósito de treinar-se o corpo técnico da AGED-MA sobre a identificação de uma planta suspeita de estar contaminada, coleta de material e de erradicação de plantas infectadas, realizou-se um curso teórico e prático sobre o cancro cítrico, com a participação de 59 pessoas. As diárias dos técnicos que se deslocaram do interior para a capital para participarem do evento foram custeadas pelo MAPA, resultando num valor de R\$ 8.177,40 (Tabela 58).

Tabela 58- Despesas executadas para participação em eventos.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)
Reunião regional preparatória para o XIII ENFIT (Belém/PA), XIII ENFIT (Natal/RN) e I Encontro de Convênios (Brasília/DF) – diárias e passagens aéreas	11.533,42	9.759,24
Curso sobre cancro cítrico para fiscais da AGED-MA – diárias para colaborador eventual	8.200,00	8.177,40
TOTAL	19.733,42	17.936,64

Devido à falta de recursos financeiros e de materiais adequados para o prosseguimento dos trabalhos visando à monitoração e erradicação do cancro cítrico no Maranhão, os mesmos foram paralisados.

Para a melhoria dos serviços prestados, faz-se necessária a efetivação de um convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos da AGED-MA, a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA, bem como é de fundamental importância a contratação de mais fiscais (engenheiros agrônomos) para atuarem na defesa vegetal do Estado do Maranhão.

Também é importante a realização de campanhas para esclarecer produtores, comerciantes e transportadores sobre a legislação de trânsito de vegetais, sobre as pragas sigatoka negra e cancro cítrico e sobre as adequações necessárias para viabilizar o comércio de banana. Assim como é necessário que se intensifique as ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo.

A AGED-MA submeteu à apreciação uma proposta de convênio com o MAPA em 2009, o qual foi aprovado quanto à sua viabilidade técnica. Porém, devido a problemas de inadimplência do Estado, o mesmo não pôde ser formalizado.



As ações programadas pelo SEDESA/DT-MA foram inviabilizadas devido ao contingenciamento de recursos pelo DSV. Considerou-se 100% da meta física alcançada com base no trabalho desenvolvido pela AGED-MA e que mantém o Estado do Maranhão como área livre da sigatoka negra.

Em todas as atividades descritas acima, foram aplicados um montante de R\$ 18.870,60 nos diversos elementos de despesa (Tabela 59). Além disso, no PI PCE Vegetal foram disponibilizados recursos para cobrir despesas do PI Erradmosca (Tabela 60), os quais não foram computados nos cálculos para o PCE Vegetal. Com isso, o total de recursos liberados no elemento de despesa Diárias – Civil foi de R\$ 5.820,40 e no geral de R\$ 19.633,10.

Tabela 59- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	5.058,70	5.057,90	99,98
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	6.474,72	4.913,74	75,89
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	9.700,00	8.898,96	91,74
TOTAL		21.233,42	18.870,60	88,87

Tabela 60- Recursos para a ação Erradicação da Mosca da Carambola descentralizados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	2.700,00	762,50	28,24
3390-30	Material de Consumo	400,00	0,00	0,00
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	796,50	0,00	0,00
TOTAL		3.896,50	762,50	19,56

Houve a participação de FFA's do SEDESA/DT-MA nos eventos descritos a seguir e custeados pelo DSV:

- Participação de um FFA na reunião regional preparatória para o XIII ENFIT (Encontro Nacional de Fitossanitaristas), em Belém-PA;
- Participação de dois FFA's no XIII ENFIT, em Natal-RN;
- Participação de dois FFA's no I Encontro sobre Convênios, em Brasília-DF.



Também foram utilizados recursos para o pagamento de diárias dos fiscais de defesa vegetal da AGED-MA que se deslocaram para a Capital com o objetivo de participarem do curso sobre cancro cítrico.

Desempenho Operacional

Os únicos recursos liberados em 2009 foram para o pagamento de diárias de colaborador eventual e para a participação de fiscais do SEDESA/DT-MA em eventos. Não foram liberados recursos nessa ação para as demais atividades de supervisão que normalmente são realizadas pelo SEDESA/DT-MA. Dessa forma, não foi possível estabelecer os indicadores de desempenho institucional como eficiência e eficácia.

Deseja-se que os recursos financeiros devam ser liberados em tempo hábil para que as ações do SEDESA/DT-MA possam ser efetivadas. Também há a necessidade de um veículo tipo caminhonete tracionada para o desenvolvimento das atividades desse SEDESA, já que os locais das ações são de difícil acesso e as estradas, muitas vezes, precárias. O veículo que esteve, quando possível, disponível em 2009, com essas características, era do setor de defesa animal.

A meta física foi 100% cumprida, considerando-se que as atividades foram realizadas pela AGED-MA através de levantamentos e monitorações de pragas como a sigatoka negra, o moko da bananeira e a ferrugem asiática, o que contribuiriam para impedir a entrada e disseminação destas pragas no Estado.

Com relação ao histórico dos indicadores de eficiência e eficácia no triênio 2007 e 2009, como não efetuou-se o cálculo desses indicadores para 2009, concluiu-se que não haveria propósito de divulgar as taxas encontradas para os dois anos anteriores nesse documento sem haver a possibilidade de comparação.

A AGED-MA ainda apresentou vários problemas estruturais e de recursos humanos, que dificultaram uma ação mais efetiva na defesa vegetal do Estado. Para resolver muitas dessas questões, é imprescindível a contratação de um convênio entre a AGED-MA e o MAPA para liberação de recursos que possibilitem a ampliação e a consolidação das ações de defesa vegetal. Também a AGED-MA precisa contratar novos fiscais de defesa vegetal



(engenheiros agrônomos) para atender as regiões de maior demanda e também onde há falta de pessoal para exercer as atividades.

As ações de educação sanitária precisam ser implementadas com maior intensidade para esclarecer os produtores, comerciantes, transportadores, enfim, todos os envolvidos com a cadeia produtiva das culturas alvo, sobre as questões da defesa vegetal.

2.3.1.2.1.8. Ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Tabela 61- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Combate as Doenças CGCD/DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SFA/MA

É fundamental, ao bom andamento da sanidade humana, a sanidade dos animais, já que as mesmas estão relacionadas nos aspectos socioeconômicos, culturais e agropastoris. No caso do Estado do Maranhão, o mesmo está subdividido geograficamente em 5 mesorregiões, onde estão distribuídos 217 municípios, e o número de bovídeos está na ordem de 7.000.000 cabeças; destes 10% são búfalos, o que demonstra a variação de ecossistemas que há dentro de aproximadamente 93.000 propriedades rurais. Sabe-se que toda a defesa animal deve estar organizada de forma a atender os criadores aos níveis municipal e estadual.



O desenvolvimento da bovideocultura, vindo pela ótica da defesa sanitária animal, busca a oferta de produtos de qualidade em conformidade com o bem-estar animal, com o meio ambiente sustentável e com a qualidade da vida humana.

As ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais foram divididas em vários programas nacionais, os quais são descritos sucintamente.

Das várias sub-ações da área de sanidade animal, resumidamente serão abordadas as atividades do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais, do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, do Programa Nacional de Sanidade dos Suínos e do Programa Nacional de Sanidade das Aves.

No Sigplan, está cadastrado como meta física para essa ação (PI PCE Animal) o número de atendimentos a propriedades rurais (Tabela 62). Entretanto, essa ação é descentralizada, sendo a AGED-MA órgão executor responsável. No intuito de se avaliar a meta, o SEDESA/DT-MA utilizou uma meta física institucional, o número de supervisões às unidades da AGED-MA, para a medição do cumprimento da meta física do Sigplan. Dessa maneira, os índices de desempenho foram calculados considerando-se a meta física institucional.

Tabela 62- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	61.350,09	52.830,96	86,11
Física – Sigplan¹	17.296 propriedades atendidas	17.064 propriedades atendidas	98,65%
Física – Institucional	5 supervisões	4 supervisões	80,00%

¹ A meta física incluiu as atividades previstas e as executadas para todas as sub-ações incluídas nessa ação.

Na meta física, o número de propriedades atendidas supracitado correspondeu às atenções ao sistema de atenção veterinária, especificamente, em sua maioria, aos atendimentos em vigilância passiva às encefalopatias de ruminantes no Estado do Maranhão. Já os recursos corresponderam aos acompanhamentos de todos os programas atendidos no estado pelo SEDESA/DT-MA (Tabela 63). Com uma taxa de desempenho de 86,11%, foram gastos R\$ 52.830,96 do montante de R\$ 61.350,09 que foram disponibilizados. Não faltaram recursos financeiros para garantir a execução de medidas que visem promover a prevenção, controle e



erradicação de enfermidades dos animais dos programas nacionais executados no Estado. Cabe destaque a utilização de 100,00% dos recursos descentralizados no elemento de despesa Diárias – Civil.

A meta física institucional correspondeu à análise do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCBT), especificamente no desempenho de médicos veterinários de instituições privadas e públicas, que não estavam apresentando um comportamento satisfatório, daí a necessidade da realização do trabalho de monitoramento no campo.

Tabela 63- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	19.946,59	19.945,66	100,00
3390-30	Material de Consumo	10.480,00	8.743,47	83,43
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	19.800,00	16.290,45	82,28
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	973,50	619,50	63,64
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	10.150,00	7.231,88	71,25
TOTAL		61.350,09	52.830,96	86,11

Foram atendidas pelos técnicos da AGED-MA 17.064 propriedades rurais, que corresponderam às vigilâncias passivas do sistema de atenção veterinária oficial, que, em sua maioria, diziam respeito aos atendimentos em vigilância das encefalopatias de ruminantes no estado.

Realizaram-se, pelo SEDESA/DT-MA, 28 colheitas de amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais, atendendo ao Fax Circular nº 087/DSA (Departamento de Saúde Animal), de 23/08/2005, que determinou a colheita de rações em propriedades rurais e o envio dessas amostras ao Laboratório Nacional Agropecuário para fins de vigilância do uso de proteína animal, já que a mesma está proibida pela Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004. Para o ano de 2009, o SEDESA/DT-MA recebeu uma norma interna do DSA informando que fossem coletadas 28 amostras no Estado até o final do ano, o que foi prontamente cumprido com a realização de quatro baterias de coletas no interior, totalizando 26 amostras, e duas coletas realizadas em São Luís. Para a



realização das quatro baterias de coletas de amostras no interior do Estado, foram necessários o dispêndio de R\$ 4.042,92 em Diárias – Civil e de R\$ 1.103,98 em Material de Consumo.

Em atividades técnicas e cursos, totalizaram-se 17 eventos em 2009, o que para a participação do corpo técnico do SEDESA/DT-MA demandou-se em diárias R\$ 17.770,31, em despesas com materiais de consumo, foram gastos R\$ 1.515,73, e em despesas com locomoção e passagens aéreas R\$ 13.386,49 (Tabela 64).

Tabela 64- Despesas executadas para participação em eventos.

Mês	Recursos Utilizados por Elemento de Despesa (R\$)			Número de Participantes	Local	Objetivo
	3390-14	3390-30	3390-33			
Fevereiro	1.505,79	585,69	-	-	MA	Rastreamento de foco de varíola regional em Açailândia.
Março	619,56	130,00	-	02	MA	Seminário de avaliação do programa da raiva no estado do Maranhão.
	694,06	-	2.996,48	02	PE	Reunião técnica do Lanagro.
Abril	-	-	-	01	GO	I reunião técnica sobre auditoria do sistema de defesa animal ¹ .
Maiο	977,20	206,00	-	01	MA	Supervisão dos habilitados do PNCEBT.
Junho	490,23	-	1.915,14	01	SP	Workshop Internacional sobre Influenza Aviária e Doença de Newcastle e reunião nacional do PNSA (Campinas).
Julho	-	-	-	01	PE	II Curso de Atualização em Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias ² .
	-	-	-	01	RJ	Exercício de Simulação de Emergência Sanitária Suína ³ .
	-	-	-	01	RS	Exercício de emergência sanitária ³ .
	-	-	-	01	DF	II reunião técnica sobre auditoria do sistema de defesa animal ³ .
Agosto	1.544,36	406,04	-	01	MA	Supervisão dos habilitados do PNCEBT- 02 regionais.
	-	-	-	01	SE	Ministrar curso de sanidade dos eqüídeos e raiva dos herbívoros ³ .
Setembro	767,90	-	-	02	MA	Supervisão das UVL's para o PNCEBT – 03 unidades.
	905,27	-	3.284,10	02	DF	Participar de reunião no DSA e audiência no DSA.
Outubro	1.193,24	188,00	-	02	MA	Participar de curso de atualização em biologia e controle de morcegos hematófagos, raiva dos herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina.
	3.709,70	-	3.006,72	02	PB	Participação 03 de técnicos no ENDESA.
Novembro	2.363,00	-	2.184,05	01	DF	Reunião técnica sobre convênios.
TOTAL	14.770,31	1.515,73	13.386,49			

¹ atividade custeada pelo órgão central

² atividade custeada pela SFA/PE

³ atividade custeada pela SFA/SE



Quanto ao custo despendido para o elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física se referiu à participação de um professor da UEMA no Curso de Atualização em Biologia e Controle de Morcegos Hematófagos, raiva dos herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), também conhecida como Doença da Vaca Louca.

Como recursos que foram disponibilizados nessa ação e utilizados por outra, está o pagamento de Passagens e Despesas com Locomoção no valor de R\$ 764,07 para a realização de uma supervisão referente à ação 21390000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.

Portanto, efetivamente gasto para a realização das quatro supervisões foram R\$ 1.132,43 no elemento de despesa Diárias – Civil, R\$ 6.123,76 no elemento de despesa Material de Consumo e R\$ 2139,896 no elemento de despesa Passagens e Despesas com Locomoção, perfazendo-se um custo total para a realização das quatro supervisões de R\$ 9.395,48.

A execução das atividades previstas na sub-ação PNCEBT foi realizada através da habilitação de médicos veterinários que atuam no setor privado e por laboratórios credenciados não pertencentes ao MAPA, cujas ações foram monitoradas e fiscalizadas pelo SEDESA/DT-MA durante a realização de quatro supervisões.

Em 2009 houve a coleta de sangue de bovinos para a realização de sorologia para prevalência da brucelose no Estado do Maranhão; entretanto, os resultados não foram divulgados até o final do exercício. Neste sentido, houve acompanhamento em campo da coleta de sangue dos bovídeos, bem como se supervisionou as realizações de exames pela UEMA.

Ademais, supervisionou-se as atividades das Unidades Veterinárias Locais da AGED-MA em Açailândia, Bacabal, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Santa Inês e Santa Luzia e dos médicos veterinários habilitados no Maranhão para a realização de exames no PNCEBT.

No Estado, dos 1.859 animais examinados para o diagnóstico da brucelose, 265 foram reagentes, perfazendo um total de 14,25%. Dos 40.631 animais examinados para o diagnóstico da brucelose, 970 foram positivos, o que dá uma taxa de 2,39% dessa população.



Foram vacinadas, no decorrer do ano de 2009, 12.617 fêmeas no Estado, o que indica que há a necessidade de uma maior divulgação da obrigatoriedade da vacinação contra Brucelose, apesar de se já haver uma portaria federal regulamentando o assunto.

Quanto ao controle da tuberculose, no Estado foram examinadas 1.270 propriedades; destas, 13 foram positivas, representando 1,02% do total. De 21.192 animais tuberculinizados, 52 foram positivos, mostrando uma ocorrência de 0,25% dos animais. Para a realização de serviços referentes ao PNCEBT, no Maranhão, há 82 médicos veterinários privados.

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias (PNCRH), de execução pela AGED-MA, monitora e controla diversas encefalites no país, como a raiva dos herbívoros e o *scrapie* nos ovinos, e executa a prevenção da EEB, sendo que essa última apenas como vigilância, já que a mesma não existe no Brasil.

O PNCRH, em 2002, já promovia curso de reconhecimento de encefalopatias para a capacitação de médicos veterinários no Maranhão, ou seja, mesmo antes dos focos humanos de 2005, onde a raiva fora transmitida por morcego hematófago. Em 2009, um novo curso foi realizado em Viana, numa parceria entre o SEDESA/DT-MA, a AGED-MA e a Universidade Estadual do Maranhão.

Em 2009, houve a captura de 103 morcegos hematófagos no Estado, a vacinação de 1.256.994 herbívoros, em sua maioria bovinos, e apenas um foco de raiva em Arari, detectada em um bovino.

A sub-ação Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) tem como finalidade prevenir, controlar e/ou erradicar as principais enfermidades dos eqüídeos, caprinos, ovinos e abelhas.

Esta sub-ação está sendo desenvolvida em parceria com AGED-MA, principalmente em relação à ovinocaprinocultura e a criações de pequenos e médios animais, e está em fase de implantação, sendo que há a necessidade estruturação de regulamentos e normas sanitárias, muitas delas em fases de projeto e/ou consultas públicas. Em 2009, o SEDESA/DT-MA participou de reuniões da câmara setorial de ovinos e caprinos.

Com relação à sub-ação Programa Nacional de Sanidade das Aves (PNSA), especificamente sobre a atividade de prevenção da influenza aviária e da doença de Newcastle, não se conseguiu realizar nenhuma colheita de amostra em aves migratórias no final do ano,



em virtude da não descentralização de recursos a tempo. Essa atividade era importante por ser um trabalho desenvolvido em conjunto com um centro de pesquisas. Porém, a AGED-MA fez a captura de aves silvestres e anilhamento das mesmas.

Com relação ao Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS), constatou-se a ocorrência de focos de peste suína clássica no Amapá e no Rio Grande do Norte. Mesmo não sendo uma zoonose, essa doença deve ser vista como uma emergência, já que existe uma zona livre no país. Portanto, foram deslocados técnicos a fim de dar suporte ao cadastramento, vigilância e vacinação em campanha de agulha oficial (força-tarefa).

Diferentemente do ocorrido nos exercícios anteriores, não houve transferência de recursos federais de convênio para a AGED-MA para os programas sanitários. Pelos técnicos do SEDESA/DT-MA foram analisadas duas propostas de convênio entre a AGED-MA e o MAPA na área de defesa animal, entretanto houve um atraso de envio das propostas de convênio e a existência de inadimplência tributária pelo Governo do Maranhão.

Uma atividade relevante realizada pelo SEDESA/DT-MA foi o envio de dois resumos científicos ao XX Congresso Internacional da Raiva nas Américas, que aconteceu em Québec/CAN, entre os dias 18 a 23 de outubro de 2009, a saber:

- 1- Avaliação do sistema de produção bovina e estabelecimento de estratégia de controle nos focos com raiva humana e animal na microrregião do Gurupi, Maranhão, parcerias do MAPA, UEMA e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- 2- Estudo retrospectivo e espacial da raiva em herbívoros na microrregião de Codó, Maranhão, parcerias do MAPA, UEMA, AGED-MA, Secretaria de Estado e Saúde do Maranhão (SES-MA) e UFRGS.

Desempenho Operacional

Para subsidiar o cálculo do índice de eficiência, teve-se um custo programado para as supervisões de R\$ 5.150,00 (Tabela 65). Porém, foram tomados para o cumprimento da meta física um total de R\$ 9.395,48, o que gerou um custo superior realizado por supervisão superior ao programado em 28,04%. Sobre o índice de eficácia, o mesmo foi de 80,00%, com a não realização de uma supervisão do total estimado inicialmente.



Tabela 65- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de supervisão às unidades locais em relação à estimativa inicial	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$/supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 2.348,87 / supervisão	80,00%
Fonte:	SEDESA/DT-MA	SEDESA/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / SR2009)$ $CUR = (R\\$ 9.395,48 / 4)$ CUR = R\$ 2.348,87</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / SP2009)$ $CUP = (R\\$ 5.150,00 / 5)$ CUP = R\$ 1.030,00</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 2.348,87 - R\\$ 1.030,00$ VA = R\$ 1.318,87</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(2.348,87 / 1.030,00) - 1] * 100$ VR = 28,04%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2009: $VA = SR2009 - SP2009$ $VA = 4 - 5$ VA = -1</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas: $RP = (SR / SR) * 100$ $RP = (4 / 5) * 100$ RP = 80,00%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; SP: n^o de Supervisões Programadas; SR: n^o de Supervisões Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		



2.3.1.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tabela 66- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Objetivos específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	George Mendes Serra / Roberto Carlos Negreiros de Arruda.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.1.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.3.1.1. Ação 20190000 – Fiscalização de Material Genético Animal

Tabela 67- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Fiscalização de Material Genético –DMG/ DFIP
Coordenador nacional da ação	Beronete Araújo
Unidades executoras	SFA/MA



A ação Fiscalização de Material Genético Animal (PI Fiscgene) controla a criação e comercialização de ratitas no Estado, contribuindo com o rastreamento desses animais por se tratarem de serem animais exóticos.

Os recursos financeiros utilizados equivaleram a 96,20% dos recursos programados, ou seja, gastaram-se R\$ 2.257,80 do total de R\$ 2.347,00 (Tabela 68). Dos elementos de despesa, apenas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica teve uma taxa de utilização inferior a 90% (Tabela 69).

Tabela 68- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 2.347,00	R\$ 2.257,80	96,20%
Física	10 fiscalizações realizadas	16 fiscalizações realizadas	160,00%

Tabela 69- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	1.947,00	1.889,80	97,06
3390-30	Material de Consumo	350,00	330,00	94,28
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	50,00	38,00	76,00
TOTAL		2.347,00	2.257,80	96,20

O produto desta ação é fiscalização realizada, em criatórios de avestruzes e granja multiplicadoras de aves no Estado do Maranhão. A mesma foi executada por um fiscal federal agropecuário e superou-se a meta física programada em 60,00%.

Comparando-se ao ano de 2008, melhorou-se o índice alcançado em 2008, e em números absolutos de fiscalizações realizadas dobrou-se.

E, ainda, vale ressaltar que o fiscal federal agropecuário que realizava a ação era, também, responsável por mais duas ações: Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário. A partir do mês de abril foram lotados mais dois fiscais federais agropecuários, os quais assumiram as outras ações, proporcionando condições para a execução das metas físicas no segundo semestre de 2009, de tal forma que foi possível alcançar um valor de meta superior ao programado.



Desempenho Operacional

No cálculo de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado foi de menos 39,88%, ou seja, o custo da fiscalização realizada ficou abaixo do programado (Tabela 70). Esse custo foi menor por que o número de fiscalizações realizadas foi maior em relação à programada.

Tabela 70- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 141,11 / fiscalização realizada	160,00%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 2.257,80 / 16)$ CUR = R\$ 141,11</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 2.347,00 / 10)$ CUP = R\$ 234,70</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 141,11 - R\\$ 234,70$ VA = - R\$ 93,59</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(141,11 / 234,70) - 1] * 100$ VR = - 39,88%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 16 - 10$ VA = 6</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (16 / 10) * 100$ RP = 160,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		



No cálculo do indicador de eficácia, a variação relativa entre o número de fiscalizações realizadas e as programadas foi de 160,00%, significando que foram realizadas mais fiscalizações do que as programadas. Atribui-se tal resultado ao fato da lotação de mais dois fiscais federais agropecuários no SEFAG/DT-MA, os quais assumiram outras duas ações, ficando um fiscal federal agropecuário exclusivamente para executar a ação de fiscalização de material genético.

Tabela 71- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-53,08	-39,88
Eficácia (%)	68,75	32,00	160,00

2.3.1.3.1.2. Ação 21240000 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Tabela 72- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (PI Fiscinan) controla a produção e comercialização de ração, sal mineral, concentrados e matérias-primas destinados à alimentação animal, contribuindo com os criadores de animais domésticos comerciais ou de estimação no controle da qualidade desses insumos pecuários, que é expresso pela produtividade e a saúde dos animais.



O principal produto desta ação é fiscalização realizada, que pode ser em estabelecimentos produtores de alimentos para animais ou em estabelecimentos comerciais de alimentos para animais, e foi executada por dois fiscais federais agropecuários.

A meta física programada apresentou uma taxa realizada de 166,00 e a meta financeira foi de 98,30% (Tabelas 73 e 74).

Tabela 73- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 11.864,70	R\$ 11.663,36	98,30%
Física	50 fiscalizações realizadas	83 fiscalizações realizadas	166,00%

Tabela 74- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	5.964,70	5.879,96	98,58
3390-30	Material de Consumo	1.180,00	1.113,40	94,36
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.500,00	1.500,00	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.100,00	3.000,00	96,77
3390-93	Indenizações e Restituições	120,00	120,00	100,00
TOTAL		11.864,70	11.663,36	98,30

Desempenho Operacional

No cálculo do indicador de eficiência, foram considerados somente os valores que foram para as fiscalizações, ou seja, foram programados R\$ 9.075,00 e utilizados R\$ 8.873,66. Com isso, a eficiência foi positiva, com um custo por fiscalização realizada inferior em 41,10% em relação ao programado (Tabela 75).

No cálculo do indicador de eficácia, a variação relativa entre o número de fiscalizações realizadas e as programadas foi de 166,00%, significando que foram realizadas mais fiscalizações do que o programado para 2009.

Estes resultados foram possíveis devido à execução da meta física ter sido bem superior à programada, que, com a lotação, em abril, de dois fiscais federais agropecuários, foi possível realizar não somente as fiscalizações em estabelecimentos produtores de alimentos para animais, como também nos estabelecimentos comerciais de alimentos para animais.



Assim como em 2007 e 2008, a meta física foi superada, sendo que a taxa realizada ainda foi superior proporcionalmente do que nos outros dois anos do período analisado (Tabela 76). Contudo, isso foi possível ao fato da alocação de dois novos fiscais federais agropecuários no SEFAG/DT-MA.

Tabela 75- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 106,91 / fiscalização realizada	166,00%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$8.873,66 / 83)$ CUR = R\$ 106,91</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 9.075,00 / 50)$ CUP = R\$ 181,50</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 106,91 - R\\$ 181,50$ VA = - R\$ 74,59</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1]*100$ $VR = [(106,91 / 181,50) - 1]*100$ VR = - 41,10%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 83 - 50$ VA = 33</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (83 / 50) * 100$ RP = 166,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Tabela 76- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-33,33	-41,10
Eficácia (%)	120,00	116,00	166,00



2.3.1.3.1.3. Ação 21400000 – Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário

Tabela 77- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicus de S. Leandro Jr.
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário (PI Fisprovet1) controla a comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário no Estado, fortalecendo a pecuária na fiscalização desses produtos aqui comercializados, contribuindo com os programas nacionais de saúde animal.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada, sendo a fiscalização de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário, que foi executada por dois fiscais federais agropecuários, e superou a meta física programada (Tabelas 78 e 79). Os recursos financeiros utilizados em 2009 corresponderam a 93,49% do total de recursos programados.

Tabela 78- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 9.053,56	R\$ 8.464,51	93,49%
Física	100 fiscalizações realizadas	108 fiscalizações realizadas	108,00%

Vale ressaltar que no início do ano de 2009 ocorreram muitas chuvas no Estado do Maranhão que impossibilitaram fiscalizações no interior do Estado, sendo feitas fiscalizações, até junho, somente na região microrregião Aglomeração Urbana de São Luis. Além disso, apenas um fiscal federal agropecuário realizava a ação, sendo também responsável pelas ações



Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal e Fiscalização de Material Genético Animal. A partir do mês de abril foram lotados mais dois fiscais federais agropecuários que passaram a executar a ação, sendo assim possível o alcance da meta física, mesmo com as dificuldades encontradas no início do ano.

Tabela 79- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	6.956,56	6.956,56	100,00
3390-30	Material de Consumo	1.350,00	860,95	63,77
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	597,00	597,00	100,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	150,00	50,00	33,33
TOTAL		9.053,56	8.464,51	93,49

Desempenho Operacional

Para os cálculos dos indicadores de desempenho, desconsideraram-se os valores gastos nos elementos de despesa Passagens e Despesas com Locomoção e as Diárias – Civil que foram disponibilizadas em viagens realizadas de aperfeiçoamento. Com isso, o gasto efetivo com as fiscalizações de estabelecimentos comerciais foi de R\$ 6.920,91 de um total programado de R\$ 7.509,96.

No cálculo do indicador de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e programado foi menos 14,67%, ou seja, o custo da fiscalização realizada foi um pouco abaixo do custo da fiscalização programada (Tabela 80). Este resultado foi resultado da utilização de mais de 90% dos recursos financeiros programados e da execução da meta física ter sido um pouco acima do programado.

No cálculo do indicador de eficácia, a variação relativa entre o número de fiscalizações realizadas e as programadas foi de 108%, significando que foram realizadas mais fiscalizações do que o programado para 2009.

Com a lotação em abril de 2009 de dois fiscais federais agropecuários, com formação em medicina veterinária nesse SEFAG/DT-MA, foi possível alcançar esse bom resultado, mesmo com as dificuldades no início do ano com as chuvas excessivas no Estado, as quais impossibilitaram viajar ao interior do Estado, aonde se encontra a maioria dos



estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário, em virtude dos danos causados às rodovias pelo excesso de chuvas.

Tabela 80- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 64,08 / fiscalização realizada	108,00%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 6.920,91 / 108)$ CUR = R\$ 64,08</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 7.509,96 / 100)$ CUP = R\$ 75,10</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 64,08 - R\\$ 75,10$ VA = - R\$ 11,02</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(64,08 / 75,10) - 1] * 100$ VR = - 14,67%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 108 - 100$ VA = 8</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (108 / 100) * 100$ RP = 108,00%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Quando comparou-se a meta física alcançada aos anos de 2007 e 2008, percebe-se que houve uma melhora, sendo que em 2009 foi o único ano em que se cumpriu a meta planejada (Tabela 81).



Tabela 81- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-44,00	-14,67
Eficácia (%)	87,50	88,08	108,00

2.3.1.3.1.4. Ação 21410000 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e

Inoculantes

Tabela 82- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI Fisfecoi) controla a atividade de produção e comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Maranhão, contribuindo com a agricultura no controle da qualidade desses insumos agrícolas, que é expresso na produtividade agrícola.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada de estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos e a própria fiscalização de fertilizantes e corretivos com coleta de amostras com fins fiscais, sendo que a execução da ação foi realizada por um fiscal federal agropecuário.

A meta física deixou de ser cumprida por motivos diversos, nos quais se incluem a grande extensão do território maranhense, o excesso de chuvas no Estado no primeiro



semestre, a qual afetou a produção de fertilizantes e corretivos, a grande demanda administrativa, como relatórios em 1ª instância de autuações, análise e concessão de registro de estabelecimentos e produtos e as metas físicas estabelecidas pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC/DFIA/SDA) (Tabela 83).

Tabela 83- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 33.797,34	R\$ 27.729,45	82,05%
Física	198 fiscalizações realizadas	93 fiscalizações realizadas	46,97%

Os recursos financeiros utilizados foram equivalentes a 82,05% do programado, sendo satisfatório em virtude da baixa aplicação nos elementos de despesas Passagens e Despesas com Locomoção, com 55,88 de taxa de aplicação, e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com 71,91% (Tabela 84). O segundo caso é explicado pelo fato de que os recursos disponibilizados não terem sido totalmente utilizados na contratação de serviços para consertos de veículos em viagem ou em manutenção dos mesmos na sede da SFA/MA.

Tabela 84- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	14.818,08	14.605,92	98,57
3390-30	Material de Consumo	4.953,34	4.071,07	82,19
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	9.587,04	5.357,58	55,88
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	2.503,00	1.800,00	71,91
3390-92	Despesas de Exercícios Anteriores	215,88	215,88	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	1.720,00	1.679,00	97,62
TOTAL		33.797,34	27.729,45	82,05

Os recursos que foram utilizados para a realização das fiscalizações somaram-se R\$ 14.621,72, sendo que foram despendidos para essas tarefas R\$ 20.689,61. Em eventos, foram liquidados R\$ 13.107,73. Mais R\$ 1.894,88 não foram utilizados nas fiscalizações diretamente, pois estiveram relacionados aos elementos de despesa Despesas de Exercícios Anteriores e Equipamentos e Material Permanente.



Desempenho Operacional

No resultado do indicador de eficiência, verificou-se que a variação relativa entre o custo unitário realizado e programado foi 50,46%, ou seja, que o custo da fiscalização realizada ficou acima do custo da fiscalização programada em função da baixa execução da meta física, que foi de 46,97 (indicador de eficácia) (Tabela 85).

Tabela 85- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 157,22 / fiscalização realizada	46,97%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 14.621,72 / 93)$ CUR = R\$ 157,22</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 20.689,61 / 198)$ CUP = R\$ 104,49</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 157,22 - R\\$ 104,49$ VA = R\$ 52,73</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(157,22 / 104,49) - 1] * 100$ VR = 50,46%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 93 - 198$ VA = - 105</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (93 / 198) * 100$ RP = 46,97%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		



A baixa execução da meta física ocorreu em virtude do planejamento da mesma ser nacional, ou seja, a CFIC/DFIA/SDA estabeleceu as metas de acordo com a utilização destes insumos agrícolas no Estado. Entretanto, a baixa produção dos estabelecimentos produtores no Estado em decorrência do excesso de chuvas no primeiro semestre e o número insuficiente de fiscais federais agropecuários fizeram com que a meta não fosse atingida.

Portanto, para que fosse alcançado o número de fiscalizações programado, deveria se estabelecer uma meta física mais modesta ou alocar mais um técnico para atuar nessa ação.

Comparando-se os resultados do exercício em análise com os de 2008, observou-se uma melhora nos resultados alcançados (Tabela 86).

Tabela 86- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	73,24	50,46
Eficácia (%)	110,31	45,51	46,97

2.3.1.3.1.5. Ação 21770000 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Tabela 87- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenador nacional da ação	Girabis Evangelista Ramos
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização de Serviços Agrícolas (PI Fiscagric) controla o serviço de aviação agrícola no Estado, colaborando com o controle de aplicação de agrotóxicos no meio ambiente, segurança aos aplicadores e agricultores.



O principal produto desta ação é fiscalização realizada em empresas prestadoras de serviços aero-agrícolas, sendo que a execução da ação foi realizada por um fiscal federal agropecuário.

A meta física não foi alcançada, pois foram realizadas apenas 15 das 25 fiscalizações previstas (Tabela 88). Esse resultado pode ser explicado em decorrência do excesso de chuvas no primeiro semestre, época essa de maior atividade das empresas aeroagrícolas, sendo que as grandes precipitações prejudicaram as viagens para o interior do Estado, principalmente para a região de Balsas, local de maior frequência das fiscalizações empreendidas.

Tabela 88- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 18.850,00	R\$ 17.101,01	90,72%
Física	25 fiscalizações realizadas	15 fiscalizações realizadas	60,00%

Os recursos financeiros utilizados em 2009 corresponderam a 90,72% do previsto, sendo que o elemento de despesa Passagens e Despesas com Locomoção foi o único que teve aplicação abaixo de 80%, mas em virtude de que a modalidade de compra das passagens aéreas serem pelo menor preço (Tabela 89).

Tabela 89- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	6.850,00	6.614,14	96,56
3390-30	Material de Consumo	2.350,00	2.110,72	89,82
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.100,00	2.981,64	72,72
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.550,00	5.394,51	97,20
TOTAL		18.850,00	17.101,01	90,72

O gasto com viagens de aperfeiçoamento foi de R\$ 4.736,44, o que pode-se concluir que o custo realizado para as fiscalizações foi de R\$ 12.364,57 de um total de R\$ 14.113,56 programados (87,61%).



Desempenho Operacional

A taxa do indicador de eficiência foi de 46,01%, o que representa que o custo da fiscalização realizada ficou acima do valor previsto (Tabela 90). Pode-se atribuir esse resultado ao fato da baixa execução da meta física, que levou a uma taxa de eficácia de 60,00%.

Tabela 90- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 824,30 / fiscalização realizada	60,00%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 12.364,57 / 15)$ CUR = R\$ 824,30</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 14.113,56 / 25)$ CUP = 564,54</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 824,30 - R\\$ 564,54$ VA = R\$ 259,76</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(824,30 / 564,54) - 1] * 100$ VR = 46,01%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 15 - 25$ VA = - 10</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (15 / 25) * 100$ RP = 60,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		



Tabela 91- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-26,94	46,01
Eficácia (%)	126,67	84,00	60,00

2.3.1.3.1.6. Ação 21790000 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

Tabela 92- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudanças – CSM/ DFIA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI Fiscalsem1) controla a atividade de produção e comercialização de sementes e mudas no Estado, contribuindo com a agricultura na qualidade desses insumos agrícolas.

O produto desta ação é fiscalização realizada em estabelecimentos produtores, beneficiadores, comerciais ou usuários de sementes e mudas, campos de produção de sementes e a própria fiscalização de sementes com a coleta de amostras, sendo que a execução da ação foi realizada por três fiscais federais agropecuários, tendo sido realizadas 388 fiscalizações, o que fez superar em 81,31% a meta estabelecida de 214 fiscalizações (Tabela 93). Essa meta



foi alcançada em virtude de atendimentos a denúncias e da fiscalização de sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão, por solicitação da mesma.

Tabela 93- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 128.149,27	R\$ 106.707,35	83,27%
Física	214 fiscalizações realizadas	388 fiscalizações realizadas	181,31%

Os recursos financeiros utilizados em 2009 foram equivalentes a 83,27%, com destaque para a taxa de execução no elemento de despesa Diárias – Civil que foi de 97,34% (Tabela 94). Já o elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente teve baixa aplicação em virtude de problemas na compra de material permanente em pregão eletrônico.

Tabela 94- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	46.091,86	44.865,86	97,34
3390-30	Material de Consumo	16.094,88	12.028,28	74,73
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	39.214,81	28.134,36	71,74
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	1.620,96	1.315,93	81,18
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	19.346,96	18.356,12	94,88
3390-93	Indenizações e Restituições	506,80	506,80	100,00
4491-52	Equipamentos e Material Permanente	5.273,00	1.500,00	28,45
TOTAL		128.149,27	106.707,35	83,27

Desempenho Operacional

Desconsiderando-se os valores totais executados nos elementos de despesa Indenizações e Restituições e Equipamentos e Material e Permanente e nos gastos feitos com viagens de aperfeiçoamento técnico em Passagens e Despesas com Locomoção e Diárias – Civil, descobre-se que foram gastos R\$ 60.289,80 com a realização das fiscalizações de um montante descentralizado de R\$ 77.978,72 para as mesmas.



No cálculo de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado foi menor 57,36% que o programado (Tabela 95). O índice de eficácia foi de 181,31%, significando que foram realizadas mais fiscalizações do que o programado.

Atribuíram-se tais resultados em função do atendimento a denúncias e das fiscalizações de sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão.

Tabela 95- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 155,39 / fiscalização realizada	181,31%
Fonte:	SEFAG/DT-MA	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / FR2009)$ $CUR = (R\\$ 60.289,80 / 388)$ CUR = R\$ 155,39</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / FP2009)$ $CUP = (R\\$ 77.978,72 / 214)$ CUP = R\$ 364,39</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 155,39 - R\\$ 364,39$ VA = - R\$ 209,00</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(155,39 / 364,39) - 1] * 100$ VR = - 57,36%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR2009 - FP2009$ $VA = 388 - 214$ VA = 174</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (388 / 214) * 100$ RP = 181,31%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		



Tabela 96- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-65,82	-57,36
Eficácia (%)	110,34	249,49	181,31

2.3.1.3.1.7. Ação 29090000 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Tabela 97- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins- CGAA/ DFIA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SFA/MA

A ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI Fisagrotox) controla a atividade de prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, visando o controle de pragas e doenças das plantas e com baixo impacto ambiental, contribuindo com o agronegócio do Estado.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada, ou seja, a fiscalização de empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários, sendo que a execução da ação foi realizada pelos fiscais federais agropecuários da Unidade de Vigilância Agropecuária instalada no Porto do Itaqui, em São Luís (UVAGRO-Porto do Itaqui), do Serviço de



Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT-MA), pois os tratamentos (expurgos) foram feitos na área do Porto do Itaqui, onde se encontram lotados os servidores da UVAGRO-Porto do Itaqui.

Os recursos financeiros descentralizados pelo órgão central e utilizados em 2009 para essa ação foram todos utilizados em reuniões, cursos e encontros técnicos (Tabelas 98 e 99). Para o cumprimento da meta física, a qual foi superada em mais de três vezes a taxa determinada, não foi necessário o dispêndio de recursos financeiros para o seu cumprimento, pois não houve a necessidade de viagens e a estrutura e os recursos humanos utilizados foram da UVAGRO-Porto do Itaqui.

Tabela 98- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 25.114,28	R\$ 21.868,84	87,08%
Física	6 fiscalizações realizadas	26 fiscalizações realizadas	433,33%

Tabela 99- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	4.265,79	3.109,76	72,90
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	16.470,34	14.468,50	87,84
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	3.378,15	3.370,58	99,78
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00	920,00	92,00
TOTAL		25.114,28	21.868,84	87,08

Desempenho Operacional

Como não foram utilizados recursos financeiros para o cumprimento da meta física, não houve, portanto, a possibilidade de se aferir para essa ação o índice taxa de eficiência.

O indicador de eficácia calculado foi de 433,33%, significando que foram realizadas mais fiscalizações do que o programado (Tabela 100). Conforme foi previsto no Relatório de Gestão do ano de 2008, o número de fiscalizações realizadas foi aumentado, pois



o número de tratamentos fitossanitários cresceu com o maior volume de grãos para exportação.

Tabela 100- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador
	Eficácia
Descrição:	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	Porcentagem
Índice de referência:	433,33%
Fonte:	SEFAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2009: $VA = FR_{2009} - FP_{2009}$ $VA = 26 - 6$ VA = 20 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (26 / 6) * 100$ RP = 433,33%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.	

Tabela 101- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia no triênio 2007-2009.

ÍNDICE	2007	2008	2009
Eficiência (%)	-	-42,11	-
Eficácia (%)	-	133,00	433,33



2.3.1.4. Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Tabela 102- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Objetivos específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Gerente do programa	Não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

2.3.1.4.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.4.1.1. Ação 2B470000 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos

Agropecuários

Tabela 103- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	- Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais;



	<ul style="list-style-type: none">- Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG;- Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários;- Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos;- Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuário
Coordenador nacional da ação	Bivanilda Almeida Tápias
Unidades executoras	SFA/MA

Essa ação (PI Indigraf) visa o fomento à identificação de produtos agropecuários com origem no território, região ou localidade, onde a qualidade, reputação ou outras características devam-se essencialmente à origem geográfica, estabelecendo uma distinção em relação aos demais produtos de igual natureza disponíveis no mercado.

As expectativas em relação ao desenvolvimento das atividades de incentivo ao desenvolvimento da Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários para os segmentos da tiquira do Médio Paranaíba e Lençóis Maranhenses, da cachaça do Sertão Maranhense e do abacaxi de Turiaçu não chegaram a serem concretizadas por razões alheias à vontade e/ou capacidade de interação com os parceiros. Dessa maneira, não obtiveram-se avanços, muito embora tenha havido apoio suficiente de material, financeiro e de recursos humanos para o desenvolvimento das ações que haviam sido programadas.

No segmento da tiquira, realizou-se uma única viagem abrangendo os municípios de Chapadinha, Brejo, Santa Quitéria e Santana do Maranhão, onde pôde-se constatar um retrocesso no estágio de desenvolvimento da atividade produtiva, motivada pela mudança de orientação dos responsáveis pelas ações de pesquisa com a mandioca, matéria prima inicial do produto alvo, fazendo com que os experimentos fossem encerrados sem que os seus resultados tivessem chegado ao domínio da comunidade produtora.

No segmento do abacaxi, motivados pelas experiências anteriores que apontavam para a necessidade da busca de parcerias mais concretas, iniciaram-se confabulações com o Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UEMA, o qual havia iniciado um promissor trabalho de pesquisa na região. No entanto, a parceria não evoluiu em função dos compromissos anteriormente assumidos por aquele Centro.



Quanto ao segmento da cachaça, o somatório das duas realidades anteriores e o conhecimento já obtido sobre o mesmo, aliado às informações sobre a falta de evolução da realidade já conhecida e a precariedade dos meios de acesso, desestimularam esse SEPDA/DT-MA a tomar qualquer iniciativa, até que novos fatos o justifiquem futuramente.

Houve ainda a participação de um técnico do SEPDA/DT/SFA-MA na primeira reunião técnica da Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG que foi realizada na cidade de Florianópolis –SC no período de 31 de março a 03 de abril de 2009.

Dos recursos descentralizados, 58,68% foram efetivamente aplicados, sendo que as despesas com locomoção representaram o maior peso (Tabelas 104 e 105).

Tabela 104- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 8.656,00	R\$ 5.079,40	58,68%
Física – Sigplan¹	produtor atendido	produtor atendido	---
Física – Institucional	3 produtos	1 produto	33,33%

¹ por ser essa uma ação que não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, não há a divulgação de metas por parte desse órgão central, o que, de certo modo, desobriga a adoção da meta física cadastrada no Sigplan.

Tabela 105- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	3.156,00	1.493,34	47,32
3390-30	Material de Consumo	800,00	344,47	43,06
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.400,00	2.541,42	74,75
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.300,00	700,17	53,86
TOTAL		8.656,00	5.079,40	58,68

Apesar das ações deste PI não terem sido descentralizadas para o Estado do Maranhão, com base nas experiências anteriores com a execução de algumas ações de promoção das indicações geográficas (IG) de produtos agropecuários, foram estimadas a realização de algumas metas que deveriam consolidar a presença do SEPDA/DT-MA no universo de produtores envolvidos com a produção de produtos com potencial para IG.

Dessas ações, no entanto, apenas a primeira, que envolvia o segmento “Tiquira do Médio Parnaíba e Lençóis Maranhenses”, foi concretizada em parte, através de uma única



viagem à citada região, onde pôde-se constatar um quadro deveras desanimador, uma vez que os parceiros anteriormente contactados haviam abandonado o público alvo dessa ação, inviabilizando, naquele momento, qualquer ação do SEPDA/DT-MA, uma vez que não havia estrutura nem competências institucionais desse Serviço para assumir um problema de tal magnitude.

Outro agravante que veio se somar a esta realidade adversa foi o intenso período chuvoso que provocou a interdição de estradas, quedas de pontes etc., impossibilitando, dessa maneira, o acesso às áreas de ocorrências das atividades de interesse da ação.

Em vista dessa realidade, comparando-se com as situações já conhecidas dos outros dois segmentos e diante de um quadro institucional adverso, uma vez que ocorreram mudanças na governança do Estado, provocando, assim, ainda que momentaneamente, descontinuidade nas atividades em desenvolvimento, decidiu-se suspender novas investidas nesse segmento.

O baixo nível de organização dos produtores e de desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas que foram acompanhadas e estimuladas com vistas a um futuro projeto de IG, além do lamentável desaparecimento das entidades públicas que atuam ou deveriam atuar no setor agrícola, explicaram e até justificaram a incapacidade de se ter alcançado um melhor resultado na execução das atividades nesta ação, uma vez que com a estrutura física existente tornou-se quase impossível cobrir efetivamente toda a área geográfica contemplada sem uma ativa interface local de entidades parceiras e mesmo dos próprios beneficiários.

Nessa atividade, contou-se com a parceria, ainda que informal, dos escritórios do Sebrae de Balsas e Chapadinha, e já no final do ano iniciaram-se contatos bastante promissores para contar-se também com a parceria da UEMA, através do CCA.

É ainda inexpressiva a participação dos poderes estadual e municipal, através de suas organizações, voltadas para a promoção do desenvolvimento do setor agropecuário, como também a das cooperativas e organizações de produtores rurais.

Os recursos disponibilizados foram aplicados diretamente pela SFA-MA, não havendo, ainda, a formalização de instrumentos de parceria que permitissem a transferência de recursos para órgãos ou entidades parceiras.



Desempenho Operacional.

Considerando-se que essa ação não é descentralizada pelo órgão central do MAPA, portanto não ocorre um planejamento local. Dessa forma, e aliado ao estágio de desenvolvimento do nosso público alvo e os entraves já comentados anteriormente, não é possível utilizar indicadores de desempenho para aferir o desempenho operacional realizado nessa ação.

2.3.1.5. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Tabela 106- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio Dias de Moraes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.



2.3.1.5.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.5.1.1. Ação 86060000 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica –

Pró-orgânico

Tabela 107- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Agroecologia
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras	SFA/MA



A ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PI Desenorg) visa apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e estimular o crescimento deste segmento do agronegócio brasileiro.

A meta física, pessoas beneficiadas, não foi atingida em sua totalidade, porém, mais de 400 pessoas foram beneficiadas, o que caracteriza um universo significativo de pessoas envolvidas com as atividades realizadas nessa ação no ano de 2009 (Tabela 108).

Tabela 108- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 8.160,78	R\$ 7.916,92	97,01%
Física	511 pessoas beneficiadas	426 pessoas beneficiadas	83,36%

Os recursos descentralizados foram quase que efetivamente aplicados em razão de um orçamento previamente estabelecido, dirigido especificamente para ações únicas, com destaque para os elementos de despesa Diárias – Civil e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Tabela 109).

Tabela 109- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	360,78	360,78	100,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.050,00	826,14	78,68
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	6.750,00	6.730,00	99,70
TOTAL		8.160,78	7.916,92	97,01

Durante a realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos, no período de 24 a 31 de maio de 2009, várias atividades foram realizadas no município de Imperatriz, com a participação de diversos parceiros, como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e, notadamente, o Sebrae/Imperatriz. O evento teve grande participação da população do município e região.

Juntamente com os parceiros, foram realizados cursos sobre alimentos orgânicos e compostagem, oficinas nutricionais sobre educação alimentar, apresentação de dinâmicas educativas sobre alimentos orgânicos utilizando um teatro de fantoches e degustação de



produtos nos supermercados, ficando a cargo da SFA/MA a apresentação de palestras sobre produtos orgânicos e a distribuição de material de divulgação composto por camisa, avental e um jornal informativo sobre produtos orgânicos para distribuição aos parceiros e público envolvidos.

No município de Raposa, na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, também contou-se com a decisiva parceria do Sebrae e Secretaria Municipal de Agricultura de Raposa através da realização do “I Dia de Campo do APL da Horticultura na Ilha do Maranhão”, que ocorreu no pólo de produção do Povoado Alto do Farol.

Outro fator relevante foi a criação da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão (CPOrg–MA). Esta comissão desempenhará papel de grande relevância para o desenvolvimento do setor no Estado.

Por solicitação da Unidade de Negócios do Sebrae/Imperatriz, também promoveu-se uma ação de apoio à realização do 1º Seminário do Agronegócio da Região Tocantina, através da doação de kits promocionais de produção orgânica, composto por camisa e avental, para 25 pessoas envolvidas na organização do evento. Também foram enviados para distribuição entre os participantes do evento cartilhas e pôsteres sobre o mesmo assunto.

Dentre os problemas identificados no ano de 2009, destacou-se a dificuldade encontrada na demora de entrega do material de divulgação pelo MAPA que seria distribuído no decorrer da V Semana dos Alimentos Orgânicos, fato este que prejudicou, sobremaneira, a realização do evento. Somado a isso, também destacou-se o pouco comprometimento dos parceiros envolvidos na Ilha de São Luís, os quais poderiam dar maiores contribuições para este evento.

As metas previstas para os meses de setembro, outubro e novembro não puderam ser realizadas em sua plenitude pelo, entre outros motivos, envolvimento da equipe técnica do SEPDA/DT-MA com as atividades de fiscalização, análise e emissão de pareceres nos contratos de emendas parlamentares referentes ao ano de 2009.

Conforme fora destacado anteriormente, as parcerias identificadas na região de Imperatriz foram bastante envolvidas no desenvolvimento da produção orgânica daquela região. A participação do Sebrae/Imperatriz foi decisiva para a realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos e do 1º Seminário do Agronegócio da Região Tocantina.



A grande dificuldade encontrada esteve, em 2009, no pouco comprometimento dos parceiros da Ilha de São Luís em participar dos eventos do setor. Isso se refletiu na inexistência de produtores qualificados para atenderem à nova legislação de orgânicos do MAPA. Até mesmo os órgãos estaduais e municipais não manifestaram iniciativa em participar das atividades.

Desempenho Operacional

A exemplo do ocorrido na ação Fiscalização de Contratos de Repasse, em razão da falta de experiências anteriores, por ter sido o ano de 2009 como o primeiro em que as atividades dessa ação foram descentralizadas, optou-se pela utilização de apenas dois indicadores de desempenho, o de eficiência e o de eficácia.

No indicador de eficiência, verificou-se uma variação percentual maior da ordem de 17,53% entre o custo unitário programado e o custo unitário realizado. Isto ocorreu basicamente pela não realização do total da meta física programada, enquanto que o valor financeiro realizado esteve muito próximo do programado (Tabela 110). Com relação à eficácia, a taxa obtida foi da ordem de 83,36%.



Tabela 110- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por pessoa beneficiada em relação à estimativa inicial	Número de pessoas beneficiadas realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$/ pessoa beneficiada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 18,77 / pessoa beneficiada	83,36%
Fonte:	SEPDAG/DT-MA	SEPDAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / PBR2009)$ $CUR = (R\\$ 7.916,92 / 426)$ CUR = R\$ 18,77</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / PBP2009)$ $CUP = (R\\$ 8.160,78 / 511)$ CUP = R\$ 15,97</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 18,77 - R\\$ 15,97$ VA = R\$ 2,80</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(18,77 / 15,97) - 1] * 100$ VR = 17,53%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Pessoas Beneficiadas Realizado e Pessoas Beneficiadas Programado em 2009: $VA = PBR2009 - PBP2009$ $VA = 426 - 511$ VA = - 85</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Pessoas Beneficiadas Realizado e o número de Pessoas Beneficiadas Programado: $RP = (PBR / PBP) * 100$ $RP = (426 / 526) * 100$ RP = 83,36%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PBP: nº de Pessoas Beneficiadas Programado; PBR: nº de Pessoas Beneficiadas Realizado; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Entende-se que por ser este o primeiro ano da efetiva descentralização dessa ação e em razão dos problemas já relatados anteriormente, as taxas observadas dos índices podem ser considerados satisfatórios, mesmo requerendo pequenos ajustes na realização das suas metas.



2.3.1.6. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tabela 111- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Objetivos específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Gerente do programa	Não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio Dias de Moraes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

2.3.1.6.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.6.1.1. Ação 2B170000 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Tabela 112- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Infraestrutura Rural
Coordenador nacional da ação	Luciana Geffoni Padilha
Unidades executoras	SFA/MA

A implementação da ação de Fiscalização de Contratos de Repasse (PI Fiscontrato) no âmbito da SFA-MA se deu por iniciativa do Departamento de Infraestrutura e Logística do MAPA, em atendimento às orientações/determinações providas da Controladoria Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União.



A designação dos contratos de repasse objetos de fiscalização e acompanhamento por parte do SEPDA/DG/DT-MA se processou por método de amostragem do universo de contratos de repasse celebrados pelo MAPA por meio do banco Caixa Econômica Federal (CEF) nos últimos cinco anos.

Dessa maneira, foram selecionados 15 contratos de repasse celebrados entre os anos de 2007 e 2008, sendo seis de mecanização agrícola; três de eletrificação rural; quatro de centros de abastecimento municipal (mercados públicos) e dois de matadouros municipais.

O planejamento inicial previa a fiscalização de 15 contratos de repasse, mas foram fiscalizados 11 contratos ao todo (Tabela 113). No segmento referente ao objeto “Patrulha Mecanizada”, foram fiscalizados os municípios de Brejo, Barreirinhas, Rosário, São Roberto, Colinas e Fortuna (cada município possuía apenas um contrato para esse objeto). Na parte de construção, houve a fiscalização de um contrato para construção de matadouro no município de Santa Helena, de dois contratos para a construção de mercado público no município de Barra do Corda, um para a construção de um centro de abastecimento em Pedreiras e também de um centro de abastecimento em Zé Doca.

Tabela 113- Metas e resultados da ação no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 9.560,00	R\$ 6.387,26	66,81%
Física	15 contratos fiscalizados	11 contratos fiscalizados	73,33%

A princípio, havia a orientação do MAPA para que fossem fiscalizados os objetos dos contratos de repasse juntamente com suas respectivas prestações de contas. Para atender estas orientações, o planejamento de viagens havia sido realizado contanto com a presença de dois fiscais federais agropecuários do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/DG/DT-MA, de um motorista, de um servidor do setor financeiro com conhecimentos relativos a prestações de contas e de um técnico de nível superior especializado do setor elétrico. Num segundo momento, receberam-se novas orientações do MAPA para a fiscalização apenas dos objetos dos contratos, não sendo mais necessário analisar as prestações de contas. Esta segunda orientação foi repassada após o planejamento de viagens que tinha sido feito pelo SEPDA/DG/DT-MA, fato que explica o baixo índice de despesas realizadas no ano de 2009 (Tabela 114). Aliado a isso, não foi possível a contratação de um profissional



especializado do setor elétrico para o acompanhamento dos contratos de repasse para eletrificação rural nos municípios de Brejo, Rosário e São Raimundo das Mangabeiras.

Tabela 114- Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	6.360,00	5.172,66	81,33
3390-30	Material de Consumo	2.000,00	1.214,60	60,73
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.200,00	0,00	0,00
TOTAL		9.560,00	6.387,26	66,81

Os equipamentos e edificações, motivos das fiscalizações empreendidas, em sua totalidade foram encontrados e devidamente localizados. Alguns estavam cumprindo as finalidades a que se destinavam e outros, no entanto, não estavam, como no caso do município de Barreirinhas, onde o trator e a carreta se encontravam sendo utilizados na coleta de lixo urbano, assim como a grade aradora que estava sendo usada em propriedade particular. Em Fortuna, o trator e seus equipamentos foram disponibilizados através de doação feita pela Câmara Municipal ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que os alocavam em uso próprio.

As edificações já concluídas e uma em conclusão estavam em perfeita consonância com o previsto nos seus projetos.

Sem exceção, todos os tratores e seus equipamentos não atendiam às exigências de identificação preconizadas nas obrigações legais no tocante ao uso de inscrições, adesivos ou outros indicativos, sendo, portanto, motivo de recomendações deixadas no sentido de sanar tais irregularidades.

Por fim, não foi possível realizar a fiscalização dos contratos de repasse referentes à eletrificação rural nos municípios de Brejo, Rosário e São Raimundo das Mangabeiras, em decorrência da falta de disponibilidade de um profissional especializado para acompanhar as fiscalizações.

Com relação a contratações e parcerias, o MAPA possuiu em 2009 um Contrato de Prestação de Serviços com a CEF na condição de mandatária da União para a operacionalização, execução e acompanhamento de projetos referentes às emendas parlamentares consignadas em seu orçamento. Este contrato previu a obrigatoriedade da CEF em verificar a regularidade dos contratos de repasse durante toda a sua vigência, até a



prestação de contas final. O MAPA possuiu, também, a prerrogativa de fiscalizar, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados junto à CEF. O MAPA também pôde fiscalizar o cumprimento da ação proposta no Plano de Trabalho e de seu objetivo, inclusive quanto ao atendimento dos beneficiários previstos, conforme aprovado nas SFA's. Portanto, a fiscalização dos objetos para verificar-se o cumprimento da finalidade deste programa foi realizada pelas SFA's.

Desempenho Operacional

Para a avaliação do desempenho operacional, optou-se pela escolha dos indicadores institucionais de eficiência e eficácia, em razão da falta de referências históricas, uma vez que em 2009 foi o primeiro ano que se realizou tal atividade (Tabela 115).

Com relação à eficiência, o índice encontrado apresentou um número de 8,95% menor que o programado, em razão de alterações da metodologia de fiscalização que previa, inicialmente, a fiscalização não só do objeto contratado, mas também da própria prestação de contas. Em vistas disso, durante a programação foram incluídas diárias para um técnico de nível médio da área financeira que não chegaram a ser utilizadas em razão de mudanças de orientação por parte do DIEL/SDC/MAPA.

Quanto à eficácia, encontrou-se um índice de 73,33%, o que pode ser considerado muito bom, haja vista que dos quatro contratos que deixaram de ser fiscalizados, três diziam respeito à eletrificação rural e demandavam por profissionais da área de engenharia elétrica ou de técnico em eletricidade, enquanto o outro, que era de um matadouro público, situava-se num município que também tinha contrato de eletrificação rural, não sendo aconselhável, portanto, que tivessem sido fiscalizados separadamente.



Tabela 115- Indicadores de desempenho.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por contrato fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de contratos fiscalizados realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$/ contrato fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 580,66 / contrato fiscalizado	73,33%
Fonte:	SEPDAG/DT-MA	SEPDAG/DT-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2009: $CUR = (CTR2009 / CFR2009)$ $CUR = (R\\$ 6.387,26 / 11)$ CUR = R\$ 580,66</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2009: $CUP = (CTP2009 / CFP2009)$ $CUP = (R\\$ 9.560,00 / 15)$ CUP = R\$ 637,33</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2009 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 580,66 - R\\$ 637,33$ VA = - R\$ 56,67</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2009 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(580,66 / 637,33) - 1] * 100$ VR = - 8,95%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizado e Contratos Fiscalizados Programado em 2009: $VA = CFR2009 - CFP2009$ $VA = 11 - 15$ VA = - 4</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizado e o número de Contratos Fiscalizados Programado: $RP = (CFR / CFP) * 100$ $RP = (11 / 15) * 100$ RP = 73,33%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CFP: nº de Contratos Fiscalizados Programado; CFR: nº de Contratos Fiscalizados Realizado; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

2.3.1.7. Outras Atividades Desenvolvidas pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT-MA)

Participação em eventos e demais atividades realizadas pelo SEPDAG/DT-MA e que não tiveram relação com os programas 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual; 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade; e 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário:



1. Participação em reunião extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento – CINPRA, para deliberar sobre a inclusão de novos municípios no Plano Operativo de 2009, sobre a eleição da nova Diretoria e sobre o Projeto de Fortalecimento dos municípios consorciados junto ao Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP, do Governo do Estado.
Local: Auditório do Hotel Abbeville, São Luís – MA.
Período: 14/01/2009.
2. Participação em reunião Sobre os Territórios da Cidadania para formação do Colegiado Territorial.
Local: Sede do INCRA, São Luís/MA.
Período: 16/02/2009 e 30/03/2009.
3. Participação de um técnico em curso sobre Integração Lavoura/Pecuária/Silvicultura/Floresta.
Local: Auditório do Multicenter Sebrae, São Luís/MA.
Período: 19 a 20/02/2009.
4. Participação em reunião do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Turística do Meio Norte.
Local: Sala do Hotel Praia Mar, São Luís/MA.
Período: 18 a 21/03/2009.
5. Fiscalização de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agricultural Cooperative Development International – ACDI / Volunteers in Overseas Cooperative Assistance – VOCA (ACDI/VOCA), visando apoiar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Economia Social da Amazônia Legal.
Local: Municípios de Sítio Novo e Urbano Santos/MA.
Período: 16 a 19/03/2009 e 24 a 26/08/2009.
Obs: Houve aporte de recursos do PI Promocoop2 no valor de R\$ 2.089,45 para custeio do deslocamento.
6. Participação na Reunião de Implantação do DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável em Imperatriz.
Local: Sede do Sebrae, Imperatriz/MA.
Período: Maio de 2009.
7. Participação no 13º Encontro sobre Corredor Multimodal do Centro-Norte.
Local: Auditório da Fiema, São Luís/MA.
Período: Maio de 2009.
8. Participação na reunião técnica com assessores parlamentares da Região Nordeste, técnicos dos respectivos SEPDA's e assessores da CGPI/MAPA, para a discussão de assuntos referentes a emendas parlamentares.
Local: Salão Verde da Câmara dos Deputados, Brasília/DF.
Período: 29/06 a 01/07/2009.



9. Participação em reunião do Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania.

Local: Sala de Reunião do Gabinete do Superintendente do MDA, São Luís/MA.

Período: 22/07/2009.

10. Participação na Reunião Técnica de Planejamento para Aplicação dos Recursos Relativos ao Ano de 2010 pelo Banco da Amazônia – BASA.

Local: Sala de Reunião da Agência do BASA, São Luís/MA.

Período: 23/07/2009.

11. Participação no lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal – Projeto Arco Verde.

Local: Amarante do Maranhão/MA.

Período: 29/07 a 02/08/2009.

Obs: Houve o aporte de recursos do PI OrgManejo2, no valor de R\$ 919,88 para custeio do deslocamento.

12. Participação de um (1) técnico em Reunião técnica da CIG-CAPTA e do Curso de Biotecnologia e Biossegurança para os Fiscais Federais Agropecuários do MAPA.

Local: Auditório da Embrapa Recursos Genéticos, Brasília/DF.

Período: 24 a 28/08/2009.

Obs: Houve o aporte de recursos do PI Inovagro no valor de R\$ 2.541,05 para custeio do deslocamento.

13. Participação na Reunião para Criação do Centro da Embrapa no Maranhão.

Local: Auditório do Curso de Mestrado em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão.

Período: Setembro 2009.

14. Participação na Reunião de Criação da Câmara de Agronegócios pela Secretaria de Agricultura do Maranhão – Sagrima.

Local: Sala da Ceasa, São Luís/MA.

Período: Outubro de 2009.

15. Participação no Curso de Auto-avaliação de Gestão Pública – Gespública.

Local: Sala da Divisão Técnica da SFA/MA, São Luís/MA.

Período: Outubro de 2009.

16. Participação na Feira do Empreendedor.

Local: Multicenter Sebrae, São Luís/MA.

Período: 05 a 08/11/2009.

17. Participação no lançamento do Programa de Microcrédito Rural – Crediamigo.

Local: Auditório do Banco do Nordeste do Brasil, São Luís/MA.

Período: 11/11/2009.



18. Participação de um técnico na Apresentação do Relatório de Atividades da Embrapa Meio Norte dos Anos de 2008-2009.

Local: Auditório do Hotel Litorânea, São Luís/MA.

Período: 09/11/2009.

19. Despachos nos processos da Fundação Casa do Cerrado em função do convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Fundação Casa do Cerrado, visando apoiar o Projeto de Integração Lavoura Pecuária em Sistema de Plantio Direto nos Cerrados.

20. Participação de um técnico no “Curso à Distância de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio”, promovido pelo MAPA e pela Universidade Federal de Santa Catarina durante o segundo semestre do ano de 2009.

21. Participação de um técnico nas reuniões da Comissão Setorial da Ovinocaprinocultura no Maranhão.

Local: Sala de Videoconferência do Sebrae Jaracaty, São Luís/MA.

Período: Durante o segundo semestre de 2009.

22. promoção de reuniões para a criação da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão – CPOrg–MA.

Local: Auditório da SFA/MA, São Luís/MA.

Período: durante o segundo semestre de 2009.

23. Análise prévia e emissão de pareceres das propostas de contratos de repasse para 48 prefeituras de municípios do Estado do Maranhão através do Siconv.

Dentro de suas atribuições regimentais e tendo como escopo a Portaria nº 1.232/2008, o SEPDA/DAG/DT-MA analisou e deu parecer favorável em 47 (quarenta e sete) emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União e em um processo do Programa Territórios da Cidadania, o qual contemplou o município de Lago dos Rodrigues com uma patrulha mecanizada (Tabela 116).



Tabela 116- Relação das emendas parlamentares analisadas e aprovadas pelo SEPDA/DG/DT-MA em 2009.

Objeto da emenda	Nº de contratos	Municípios beneficiados	Valor do Repasse (R\$)
Construção de Matadouro Público Municipal	05	Açailândia, Brejo, Governador Nunes Freire, Palmeirândia e Urbano Santos	2.164.500,00
Recuperação de Estradas Vicinais	04	Central do Maranhão, Santa Luzia, São João do Caru e Sítio Novo.	1.949.999,90
Construção de Mercado	01	Pedreiras	390.000,00
Reforma de Mercado	01	São Luís Gonzaga	165.750,00
Patrulha Mecanizada	36	Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Belágua, Cândido Mendes, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Governador Nunes Freire, Graça Aranha, Itapecuru Mirim, Joselândia, Lago Verde, Maracaçumé, Olinda Nova, Palmeirândia (duas), Paraibano (duas), Passagem Franca (duas), Pastos Bons, Peritoró, Santa Luzia, Santa Rita (três ²), São Bento (duas ²), São José dos Basílios, São Pedro dos Crentes (duas), Sucupira do Riachão, Timbiras, Timon, Trizidela do Vale, Turiaçu e Central do Maranhão ² .	7.438.250,00
Patrulha Mecanizada do Programa Territórios da Cidadania	01	Lago dos Rodrigues	112.125,00
TOTAL GERAL	48		12.220.624,00

¹ Contempla também emendas parlamentares ao OGU/2008, que tiveram prazo de apresentação de propostas prorrogado para fevereiro de 2009.

² Os municípios de Santa Rita, São Bento e Central do Maranhão tiveram cada um uma proposta de emenda parlamentar ao OGU/2008 que foram apresentadas em 2009. Estes municípios também foram contemplados com emendas ao OGU/2009.



2.3.2. Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 117- Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Glacilene Santana Machado.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica.
Público alvo (beneficiários)	Serviços responsáveis pela execução das ações finalísticas e indiretamente a sociedade em geral.

2.3.2.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1.1. Ação 47160000 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Tabela 118- Dados gerais da ação.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Apoio as Superintendências - CGAS
Coordenador nacional da ação	José Rodrigues Lara
Unidades executoras	SFA/MA

Ao Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão – SAD/SFA/MA, compete:

I - promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e o processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados no planejamento anual;



II – realizar os procedimentos necessários à elaboração de licitações, contratos, convênios e alienação de bens móveis;

III – instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;

III - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MA nos eventos agropecuários estaduais e municipais;

IV - promover o apoio logístico às atividades gerais da SFA/MA.

O SAD dispõe do seguinte programa:

AÇÃO: 4716 – OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS - MANUT

DIFICULDADES:

- ◇ Carência de pessoal Administrativo para o atendimento nas áreas meio e fim (Administrativa e Técnica);
- ◇ O fato da SFA/MA não ser Unidade Orçamentária resulta em dificuldades para executar as ações programadas, além do orçamento ser bastante limitado às necessidades da Superintendência.

ASPECTOS POSITIVOS:

- ◇ Na administração desta Superintendência toda a Equipe tem trabalhado e produzido de modo satisfatório para atender as necessidades inerentes ao Serviço;
- ◇ A contratação de estagiários através do CIEE – Centro de Integração Empresa Escola tem contribuído para o desempenho dos trabalhos relativos a área de digitação e recepção;
- ◇ Disponibilização, ainda, em 2009 de servidores da CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento;
- ◇ Início da reforma geral do Prédio Sede da SFA/MA;
- ◇ Aquisição de novos aparelhos de Ar Refrigerado (splits) para diversas salas.



SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG/SAD/SFA-MA

Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG/SAD/SFA-MA

Patrimônio/SMP/SAG/SAD/SFA-MA

Promove conferência dos bens móveis e imóveis; institui processo de baixa, doação e cessão de bens, elabora notas de transferência interna entre os diversos grupos de bens móveis; inventários anuais por unidade e termos de responsabilidade; relatórios de movimentação de bens móveis RMB e mensalmente encaminha à SECON via mensagem; afixa plaquetas de registro patrimonial em equipamentos existentes, possui atualmente um patrimônio composto por 2.352 itens em bens móveis, que somam o valor total de R\$ 1.809.544,59. (hum milhão, oitocentos e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Compras/SMP/SAG/SAD/SFA-MA

Apresentamos a seguir, o movimento concernente às Licitações, Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, relativas ao ano de 2009, na área do SMP/SAG/SAD/SFA-MA. 23 Dispensas de Licitações; 04 Inexigibilidade e 13 Pregões Eletrônicos

Tabela 119- Relação de processos de dispensas de licitação – 2009.

DISPENSA (número)	MEMORANDO (número)	PROCESSO (número)	INTERESSADO	OBJETIVO	DATA
01	21	21022.001578/2008-61	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de água mineral sem gás.	24.11.08
02	02	21022.000015/2009-36	SAD	Pagamento pelo fornecimento de energia elétrica.	02.01.09
03	01	21022.000209/2009-31	SEDESA	Aquisição de material de consumo (embalagens para envio de material de risco em aeronaves)	26.02.09
04	05	21022.000238/2009-01	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de conserto de 07 no break.	09.03.09
05	06	21022.000332/2009-52	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da	25.03.09



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



				rede elétrica da rede lógica, pontos telefônicos e pontos lógicos, incluindo fornecimento de tomadas, cabeção e patch cords.	
06	03	21022.000497/2009-24	SEFAG	Execução de serviços gráficos para confecção de caixas e formulários.	16.04.09
07	06	21022.00059/2009-06	SAD	Execução de serviços relacionados a conserto de computadores, impressoras e notebooks.	07.05.09
08	03	21022.000633/2009-86	SEPDAG	Execução de serviços de confecção de camisas e aventais.	18.05.09
09	09	21022.000681/2009-74	SAD	Confecção de 05 (cinco) janelas e 01 (uma) porta.	01.06.09
10	08	21022.000667/2009-71	SAD	Execução de serviços de confecção de impressos gráficos (Ordem de abastecimento de combustíveis, ficha de controle de estoque na cor palha e rosa e capas de processos)	25.05.09
11	01	21022.000766/2009-52	SEPDAG	Execução de serviços de confecção de jornais informativos sobre orgânicos.	22.06.09
12	07	21022.000925/2009-19	SEPDAG	Execução de serviços de publicação de Edital de Convocação.	16.07.09
13	10	21022.000962/2009-27	SAD	Solicitação de pagamento de serviço referente à revisão obrigatória de 1 ano do veículo S-10, placa NHT-6328.	24.07.09
14	11	21022.000964/2009-16	SAD	Solicitação de pagamento de serviço referente ao conserto de cabo telefônico e de impressora.	24.07.09
15	12	21022.000976/2009-41	SAD	Solicitação de pagamento referente ao seguro do prédio.	28.07.09
16	13	21022.001002/2009-84	SAD	Aquisição de Material de Expediente.	04.08.09
17	14	21022.001146/2009-31	SAD	Execução de serviços especializados em ambientação e pintura para estruturação do stand da EXPOEMA/2009.	20.08.09



18	03	21022.001168/2009-09	SEAP	Locação de imóvel para instalação de escritório regional do MPA.	31.08.09
19	19	21022.001456/2009-55	SAD	Execução de serviços de instalação de chave seccionada de alta tensão, bastão fusível da chave seccionada e punho de manobra da chave seccionada do quadro elétrico	27.10.09
20	18	21022.001455/2009-19	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de água mineral.	27.10.09
21	16	21022.001388/2009-24	SAD	Execução de serviços de revisão obrigatória de veículo, de placa NHT-5699.	16.10.09
22	21	21022.001525/2009-21	SAD	Execução de serviços de revisão obrigatória de veículo, de placa NHT-6328.	12.11.09
23	03	21022.001634/2009-48	SEAP	Serviços de elaboração projetos.	23.11.09

Tabela 120- Relação de processos de inexigibilidade – 2009.

INEXIGIBILIDADE (número)	MEMORANDO (número)	PROCESSO (número)	INTERESSADO	OBJETIVO	DATA
01	01	21022.000016/2009-81	SAD	Pagamento de assinatura do D.O.U.	02.01.09
02	03	21022.000014/2009-91	SAD	CAEMA	02.01.09
03	04	21022.000141/2009-91	SAD	Pagamento de taxas de licenciamento de veículos.	09.02.09
04	29	21022.000335/2009-96	SEAP	Pagamento de tributos e licenciamento de veículos.	25.03.09



Tabela 121 – Relação de processos de pregão – 2009.

PREGÃO (número)	MEMORANDO (número)	PROCESSO (número)	INTERESSADO	OBJETIVO	DATA
01	01	21022.000083/2009-03	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento parcelado de combustíveis.	22.01.09
02	02	21022.000089/2009-72	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional	22.01.09
03	04	21022.000165/2009-40	SAD	Execução de serviços relacionados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da SFA/MA.	17.02.09
04	07	21022.000595/2009-61	SAD	Aquisição de material de consumo (açúcar, café e suco).	30.03.09
05	07	21022.000652/2009-11	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de limpeza e manutenção do prédio da SFA/MA.	18.05.09
06	10	21022.000682/2009-19	SAD	Aquisição de ar condicionados do tipo split.	01.06.09
07	15	21022.001210/2009-83	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica especializada em locação de equipamentos de reprografia.	14.09.09
08	207	21022.001171/2009-14	SIPAG	Aquisição de veículo do tipo Pick-up.	26.08.09
09	206 208 01 04	21022.001178/2009-36	SIPAG SIPAG VIGIAGRO SEFAG	Aquisição de equipamentos, eletrodomésticos e móveis.	26.08.09 26.08.09 31.08.09 30.06.09
10	20	21022.001567/2009-61	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de confecção de piso cimentado, revestimento de paredes, etc.	19.11.09
11	17	21022.001428/2009-38	SAD	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de telefonia fixa comutada.	23.10.09
12	19	21022.001549/2009-80	SAD	Aquisição de equipamentos e móveis.	04.11.09



Almoxarifado - SMP/SAG/SAD/SFA-MA

Ao Almoxarifado compete o recebimento, conferência e guarda os materiais adquiridos pela SFA/MA; distribuição dos materiais as área desta Superintendência, eliminação e promoção de baixa no estoque existente através do Programa Link-data; procede o lançamento contábil e fechamento no Sistema SIAFI; elabora relatório do movimento de material de consumo mensalmente - RMA O estoque do Almoxarifado em 31.12.2009 é de R\$ 38.310,22 (trinta e oito mil, trezentos e dez reais e vinte e dois centavos) conforme Levantamento Anual do Almoxarifado, efetuado por comissão instituída para esse fim.

SICAF/SMP/SAG/SAD/SFA-MA

O SICAF é responsável pelo cadastramento e atualizações de 182 (cento e oitenta e dois)) fornecedores no SIASG/MOG, através do UASG 130069, localizada nesta Superintendência. Fornece subsídio para que a Comissão Permanente de Licitação, Pregão Eletrônico e Presencial, Convites e Dispensas, tenham embasamentos para julgar as documentações nos processos licitatórios.

Fiscalização de Contratos:

No SAD por não dispor de um Setor próprio para a fiscalização dos Contratos vigentes são nomeados através de Portaria servidores das diversas áreas que ficam encarregados dessa fiscalização, apresentando relatórios mensais para a Administração: 01 (um) fiscal e substituto para cada contrato vigente. Abaixo quadro de contratos relativo ao exercício de 2009.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



Tabela 122- Contratos em vigor 2009/2010.

Unidade Gestora: **130069 - SFA/MA**

Nº	Contratada	CNPJ	Objetivo	Valor Mensal	Valor Anual	Data Inicio	Prazo Final	E. Despesa	Observações
1	SERVIS SEGURANÇA LTDA.	079456780005-10	Vig. Armada	12.496,46	162.427,98	01.12.2006	01.12.2009	3390.37	ADITIVADA ATÉ 01.12.2010
2	V M REFRIGERAÇÃO LTDA	050526650001-62	Manut. Equipamentos	1875,00	22.500,00	17.09.2007	16.09.2010	3390.39	AR CONDICIONADO
3	VIVO S.A	022607780003-27	Telefonia	458,33	5.500,00	26.02.2007	31.12.2009	3390.39	
4	LIMAN-LIMPEZA EMANUT. LTDA	015942160001-95	Limpeza	11468,44	103.215,96	20.07.2004	20.07.2009	3390.37	
5	COPIAR CENTER LTDA.	035990950001-08	Fotocópia	600,00	7.200,00	02.10.2008	02.10.2009	3390.39	
6	EMBRATEL	335304860001-29	Telefonia	3183,33	38.200,00	16.12.2004	16.12.2009	3390.39	
7	LIMAN-LIMPEZA E MANUT LTDA.	015942160001-95	Serv. Administrativo	11886,15	142.633,80	01.01.2007	31.12.2009	3390.37	ADITIVADA ATÉ 02.06.2010
8	E B C T	340283160034-71	Sedex	2916,66	35.000,00	25.04.2007	24.04.2010	3390.39	
9	E B C T	340283160034-71	Serca	2916,00	35.000,00	01.07.2008	01.07.2010	3390.39	
10	ALLEN RIO SERV. E COM DE INF.	007107990001-00	Informática	3820,00	3.820,00	10.09.2007	10.09.2009	3390.30	LICENÇA SOFTWARE
11	M F COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA.	083490800001-05	Mat. Consumo	478,50	4.785,00	04.02.2009	31.12.2009	3390.30	ÁGUA MINERAL
12	C G DE SOUSA	694257340001-80	Mat. Consumo	1150,81	12.659,00	13.02.2009	31.12.2009	3390.30	ÓLEO DIESEL
13	COMERCIAL DE POSTOS LTDA.	067003550001-70	Mat. Consumo	1541,63	16.958,00	13.02.2009	31.12.2009	3390.30	GASOLINA
14	POSTO MARAZUL	070073620001-53	Mat. Consumo	699,54	7.695,00	13.02.2009	31.12.2009	3390.30	ÁLCOOL
15	PLANET TOUR	044050890001-27	Passagem Aérea	14727,00	162.000,00	20.02.2009	31.12.2009	3390.33	
16	CEMAR	062727930001-84	Luz	14933,00	179.196,00	23.03.2009	23.03.2010	3390.39	
17	LIMPERCAR	048182780001-21	Manut. Veículos	5783,33	69.400,00	28.04.2009	28.04.2010	3390.39	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



18	N A ASSUNÇÃO ARAUJO	416191640001-89	Equipamentos	960,00	7.680,00	23.04.2009	31.12.2009	3390.39	PONTOS LOG E TELEFONICO
19	N. S. CUTRIM	102784300001-23	Açúcar e Suco	*	5.032,00	08.07.2009	31.12.2009	3390.30	*VALOR MENSAL VARIÁVEL
20	CATARINA F DE SOUSA	049319910001-87	Fornc. Café	*	3.070,00	08.07.2009	31.12.2009	3390.30	*VALOR MENSAL VARIÁVEL
21	ATRIUM-SERV. GERAIS LTDA.	079904390001-58	Limpeza	10.482,38	125.788,56	14.08.2009	14.08.2010	3390.39	
22	MARIA DE FÁTIMA BARBOSA	062.775.273-04	Locação Imóvel	9.400,00	112.800,00	17.09.2009	17.09.2010	3390.36	
23	LOUREIRO E AMARAL LTDA.	414926040001-80	Mat. consumo	-----	* 740,48	18.09.2009	09.10.2009	4490.52	*VALOR TOTAL
24	FABIANA RIMES	080045280001-95	Mat. consumo	-----	*24.160,00	18.09.2009	09.10.2009	4490.52	*VALOR TOTAL
25	MDAT-SERVIÇOS E REP. LTDA.	053911610001-77	Fotocópia	*1.600,00	19.200,00	05.11.2009	05.11.2010	3390.39	*VALOR VARIÁVEL
26	G CUNHA	096660480001-08	Reforma	-----	*112.400,00	15.12.2009	15.03.2010	3390.39	*VALOR TOTAL
27	TELEMAR NORTE LESTE S.A	330001180001-79	Telefonia	*8.165,14	97.981,77	22.12.2009	21.12.2010	3390.39	*VALOR VARIÁVEL
29	M F COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA.	083490800001-05	Mat. Consumo	*326,00	3.912,00	18.01.2010	31.12.2010	3390.30	*VALOR VARIÁVEL
30	BABAÇU VIAGENS E TURISMO	113192170001-85	Passagem Aérea	*15.789,60	173.685,60	03.02.2010	31.12.2010	3390.39	*VALOR VARIÁVEL
31	VIVO S.A	022607780003-27	Telefonia	*583,00	7.000,00	19.01.2010	31.12.2010	3390.39	*VALOR VARIÁVEL



Setor de Transporte – STR/SAG/SAD/SFA-MA

Tabela 123- Relação quantitativa das atividades do Setor de Transporte.

ATIVIDADES	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R\$)
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	1.150	-----
Emissão de controle de abastecimento de veículo oficial	253 Notas	-----
Frota de veículo oficial	28*	-----
Km rodados da frota	449.529	-----
Custo de manutenção da frota (peças e serviços)		75.307,43
Combustível consumido em litros	26.907,47 L	60.537,11
Emplacamento		2.595,64
TOTAL	-----	138.440,18

* 02 veículos sem condições de uso.

Setor de Protocolo

O Setor de protocolo é responsável pelas atividades que envolvem serviços de recebimento e expedição de correspondências, tais como: AR, Registros, Sedex e correspondências simples. Trabalhando, também em sintonia com a empresa de Correios e Telégrafos, nos recebimentos e envios de malotes desta SFA/GMA. O Setor conta com dois servidores para a execução das tarefas, no atendimento ao público interno e exteno, e atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentos – SIGID.

Seção de Recursos Humanos – SRH/SAD/SFA-MA.

A SRH/SAD/MA desenvolve as atividades de Cadastro, Pagamento, Benefícios, recadastramento dos aposentados e pensionistas admissão de servidores; entre outras, mantendo todas as informações necessárias a essa área devidamente registradas no sistema SIAPE. Para o cumprimento dessas atividades, o Setor conta com 03 servidores que exercem cargos de Agente Administrativo, e dois estagiários. Além de gerenciar atividades de capacitação, auxiliando a alta direção nas atividades que visam o desenvolvimento dos servidores na carreira. .

Para uma melhor visualização das atividades desenvolvidas pela Seção de Recursos Humanos, segue, a força de trabalho da Superintendência:



51 servidores nos cargos de Nível Superior, sendo:

- 41 Fiscais federais agropecuários
- 03 Economista
- 03 Técnicos de Nível Superior
- 01 Técnico em Assuntos Educacionais
- 01 Médico
- 02 Agrônomos

58 servidores no Nível Intermediário, sendo:

- 16 Agentes Administrativos
- 12 Agentes de Inspeção Sanitária Indústria de Produtos de Origem Animal
- 08 Agentes de Atividades Agropecuárias
- 03 Assistentes Administrativos
- 05 Auxiliar Administrativo
- 01 Agente de Serviço de Engenharia
- 06 Agentes de Vigilância
- 01 Auxiliar de Serviços Gerais
- 01 Artífice de Artes Gráficas
- 01 Agente de Portaria
- 01 Datilógrafo
- 01 Técnico de Laboratório
- 01 Técnico de Contabilidade
- 01 Telefonista

Cargos de Nível Auxiliar, sendo:

- 03 Artífice de Mecânica

Totalizando a força de trabalho na SFA/MA em **112** servidores.



TREINAMENTOS

Na Área Administrativa foram proporcionados aos servidores os treinamentos/cursos abaixo:

- Treinamento do Sistema de Cartão de Pagamento do Governo Federal – 01 servidor;
- Curso sobre Aposentadoria e Pensão – 01 servidor;
- V Semana Orçamentária, Financeira e de Contratação Pública – 02 servidores;
- Curso Formação de Pregoeiros – 01 servidor;
- I Treinamento sobre Administração Financeira no Ambiente Educacional – 01 servidor;
- I Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratação Pública do MAPA – 04 servidores.

Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/SAD/SFA-MA

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF tem por atividade a execução orçamentária e financeira da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, conforme normas do sistema de administração do Governo Federal, no que se refere à finanças, contabilidade, auditorias, análises e outros.

Em 2009 executou os programas estabelecidos pelo Órgão Central de acompanhamento e análise da programação orçamentária e financeira. Gerou notas de empenho (NE), ordens bancárias (OB), documentos de arrecadação financeira, guias da previdência social (GPS), guias de retenção de ISS (DAR), guias de depósitos bancários (GRU), e muitos documentos no subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), entre outros documentos de responsabilidade da Seção. Fez análises e pagamentos de: diárias, suprimento de fundos, dos documentos de fornecedores de materiais e serviços, auxílio funeral, convênio, indenizações, etc. eventuais despesas miúdas, todos os pagamentos foram analisados e aprovados.

As concessões de diárias e suprimentos de fundos para viagens de fiscalização e para eventuais despesas miúdas de pronto pagamento, foram também analisadas e aprovadas pelos Ordenadores de Despesas e Suporte Documental.

Abaixo a tabela que demonstra os recursos disponibilizados no exercício:



Tabela 124- Demonstrativo Orçamentário/financeiro

ELEMENTO DE DESPESA	DESCENTRALIZADO (R\$)	DISPONÍVEL (R\$)	EMPENHADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PERCENTUAL (%)
3390.14	12.140,52	-	12.140,52	-	12.140,52	100,00
3390.30	33.130,16	-	28.655,26	4.474,90	28.655,26	86,49
3390.33	17.795,40	7.397,84	10.397,56	-	10.397,56	58,42
3390.36	-	-	-	-	-	-
3390.37	445.640,57	22.282,88	423.357,69	-	423.357,69	94,99
3390.39	485.437,06	101.040,00	384.397,06	-	384.397,06	79,18
3390.92	8.817,21	-	8.817,21	-	8.817,21	100,00
3391.39	10.736,00	-	10.736,00	-	10.736,00	100,00
3391.92	5.033,00	-	5.033,00	-	5.033,00	100,00
4490.52	87.100,00	-	68.323,18	18.776,82	68.323,18	78,44
--	1.105.829,92	130.720,72	951.857,48	23.251,72	951.857,48	86,08

DECRETO 5.940/2006 – COLETA SELETIVA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Com a publicação do **Decreto 5.940/2006** do Presidente da República dispoendo sobre coleta seletiva solidária nos órgãos públicos e estabelecendo destinação a associações e cooperativas de catadores como forma de promover inclusão social desse segmento, fica evidente a preocupação com o aproveitamento de resíduos de modo sistemático. Desse modo, a SFA/MA cumprindo com o Decreto desde 2008 iniciou a campanha para arrecadação e contabilizou material que se destinaram as instituições conforme quadro abaixo:

Tabela 125- Doação de material da coleta seletiva 2008.

Instituição	Escola de Cegos	CEGEL	
Material	Papel	Latas	Garrafas Pet
Quantidade	460 kg	358 unidades	3.253 unidades

Tabela 126- Doação de material da coleta seletiva 2009.

Instituições	- Associação dos Catadores de Material Reciclável no Maranhão (ASCAMAR) - Centro de Ensino ‘Governador Edson Lobão’ (CEGEL) - Outras escolas				
Material	Papel	Garrafas Pet	Latas	Vidro	Plásticos
Quantidade	2.801 kg	5.379 unid.	138 unid.	29 kg	71,5 kg



Gestão Estratégica:

Há que se enfatizar de maneira clara e satisfatória as atividades referentes à implantação da Gestão Estratégica na SFA/MA, iniciando com o treinamento do instrumento mapa de aprendizagem, em Brasília, das facilitadoras Ana Cristina Moraes e Glacilene Santana Machado e participação da alta direção dos servidores no curso em Belém – “Exercitando a Execução de Estratégias Organizacionais: Teoria e Prática”, como forma de preparar a alta administração para as mudanças que a Organização deverá se adequar no decorrer do processo de implantação do Plano Estratégico. No segundo semestre teve início a aplicação do instrumento Mapa de Aprendizagem com a colaboração da servidora Silvia Lima da SFA- Mato Grosso que foi a facilitadora da turma que contou com a participação da alta direção da SFA/MA. E a partir daí iniciou-se o ciclo de oficinas de aplicação do mapa de aprendizagem com as facilitadoras desta SFA/MA, Ana Cristina Moraes e Glacilene Santana Machado, para divulgação do Planejamento Estratégico do MAPA. Ao todo 10 oficinas foram realizadas, incluindo uma que foi realizada no interior do estado – Imperatriz/MA, com a facilitadora Glacilene Santana Machado, onde foram capacitados 05 servidores, totalizando 59 servidores capacitados e a expectativa é que, até junho de 2010, os outros 49 servidores lotados na sede e no interior do estado também sejam preparados. A SFA/MA foi agraciada através da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE/SEDE com a realização da Oficina de Capacitação da Gerência Média e nivelamento conceitual do sistema de Gestão de Resultados Estratégicos – 2007/2010, que contou a participação de todos os servidores da SFA/MA e, ainda, com a presença dos chefes de Serviços e Responsáveis Técnicos. Vale ressaltar também a reunião dos servidores no auditório da SFA/MA para assistir o filme sobre a Gestão Estratégica no MAPA.

Análise:

No decorrer do ano de 2009 foram promovidas reuniões de trabalho com os diversos setores administrativos; houve o acompanhamento do fiel cumprimento de todas as demandas advindas da área meio da SFA/MA e tomadas decisões com objetivo de resolver as dificuldades surgidas no dia a dia. Quanto ao aspecto quantitativo, sua definição fica condicionada às atividades executadas nos setores como; SEOF, SRH e SAG (Setor de Transporte, Setor de Material e Almoxarifado, Setor de Patrimônio e Setor de Protocolo) conforme explicitado anteriormente.



Os recursos financeiros descentralizados para o PI MANUTSFAS têm como objetivo fazer frente às despesas fixas e variáveis com a manutenção das Superintendências Federais de Agricultura nos estados, sendo que a maior parte do orçamento deste programa é destinada às despesas fixas (aquelas realizadas através de contratos – Tabela 122). Deve-se registrar a existência de recursos oriundos do ressarcimento pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico (NAJ/MA) e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, relativos ao compartilhamento de despesas (Vigilância, Água, Luz, Telefone e outras), visto que esses Órgãos estão sediados no prédio sede da SFA/MA.

Quanto a quantidade de recursos aprovados no exercício de 2009, pode-se dizer que foi, relativamente, satisfatória no que se refere à manutenção, devendo ser destacados aqueles destinados à pintura do prédio sede da SFA/MA. Quanto aos investimentos foi realizada a aquisição de móveis e equipamentos.

Entende-se que a otimização dos custos é feita pela adoção da filosofia em busca da excelência partindo da conscientização dos colaboradores e adotando medidas que viabilizem a redução dos mesmos. Assim, devem ser tomadas medidas como exemplo a continuidade dos controles de energia elétrica com campanha para o seu melhor uso e a substituição por 14 novos aparelhos de ar-condicionados (splits), e ainda a utilização racional do telefone, controle esse feito pelo SAD, onde ter-se-á a partir de então e da mudança da Superintendência de Pesca e Aquicultura no Maranhão - SEAP/MA para a sua sede própria, a possibilidade real de estabelecer indicadores que possam, eventualmente, identificar o desperdício e melhorar a utilização dos recursos.

Concluindo, pode-se afirmar que a SFA/MA, durante o exercício de 2009, no tocante às atividades do MANUTSFAS obteve excelentes resultados uma vez que atendeu, praticamente, todas as suas demandas, cumprindo assim com o papel de instituição pública com legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência e, principalmente, transparência.

2.4 Desempenho Operacional

As ações de apoio são executadas e gerenciadas com base em normas legais em procedimentos regulamentados, de forma a atender os requisitos dos processos finalísticos e manter o desempenho da SFA/MA.

Apresenta-se abaixo, alguns dados que fazem parte da rotina como: tramitação de processos, controle de material, requisição de passagens e demais ações que interligadas geram dados



que conjugados aos sistemas implantados dão transparência e permitem o controle e avaliação e, conforme for se apurando no decorrer dos anos, irão gerar alguns indicadores não vinculados aos programas governamentais, os quais além de se revestirem de cunho informativo traduzirão o esforço para o melhor desempenho da SFA/MA.

Tabela 127- Dados quantitativos gerais sobre o exercício de 2009 da SFA/MA

Item	Processos	Setor	2008	2009
01	Processos tramitados	Protocolo	1.841	1.866
02	Emissão Notas de Empenho	SEOF	1.691	1.416
04	Diárias processadas na SFA/MA	SEOF	701	650
05	Pagamentos Efetivados	SEOF	1.391	1.323
06	Autorização emissão de passagens	SEOF	150	133
07	Requisição de material do almoxarifado	MATERIAL	--	140
08	Processos Licitatórios	MATERIAL	33	40
09	Concessão Auxílio Funeral	SRH	10	08
10	Concessão de Pensão	SRH	08	08
11	Concessão Aposentadoria	SRH	02	01
12	Concessão de Licenças Médicas (dias)	SRH	1.312	774
13	Concessão de Licenças Médicas (nº)	SRH	53	56
14	Realização de perícias Médicas	SRH	23	10
15	Concessão de Licença Assiduidade	SRH	4	03
16	Concessão de Adicional de Insalubridade	SRH	21	08
17	Autuação de processos Administrativos	SRH	01	05
18	Emissão de ordem de saída de veículos oficial	TRANSPORTE	1.333	1.150
19	Emissão de controle de abastecimento de veículo oficial	TRANSPORTE	314	253
20	Km rodados da frota	TRANSPORTE	303.186	449.529
21	Combustível consumido em litros	TRANSPORTE	32.018,25	26.907,47

2.4.1 Programação Orçamentária

Identificação das Unidades Orçamentárias – *NÃO SE APLICA*

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
-	-	-

Quadro “Programação das Despesas Correntes” – *NÃO SE APLICA*

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	-	-	-	-	-	-
Orçamento Aprovado	-	-	-	-	-	-
Orçamento Reformulado	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-



Quadro “Programação das Despesas de Capital” – NÃO SE APLICA

Origem dos Créditos Orçamentários	4 – Investimentos		5 – Inversões Financeira		6 – Outras Despesas de Capital		
	Exercícios	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	-	-	-	-	-	-	-
Orçamento Aprovado	-	-	-	-	-	-	-
Orçamento Reformulado	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

Quadro “Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência” – NÃO SE APLICA

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas Capital		
	Exercícios	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ	-	-	-	-	-
Orçamento Aprovado	-	-	-	-	-
Orçamento Reformulado	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Tabela 128- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito	UJ concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos SE / GCOF	130069	SAD			
			22101.20.122.0750.4716 - MANUTSFAS		883.534,29	
			22101.20.122.0750.2000 - ADM SEDE1		3.260,81	
			22101.20.182.0360.4572 - CAPACITA		23.579,37	
			22101.20.121.0360.1K40 - AGE		11.021,13	
			20101.09.272.0089.0181 - INATPENS1		18.615,83	
			TOTAL - SE		940.011,43	
	Recebidos SDC / GCOF	130101	SEPDAG			
		22101.20.572.1442.8560 INOVAGRO		2.541,05		



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



			22101.665..0393.2B47 INDGRAF	5.079,40
			22101.20.665.1426.8606 - DESENORG	7.916,92
			22101.20.122.6003.2B17 - FISCONTRATO	6.387,26
			22101.20.541.1442.8593 - ORGMANEJO2	919,88
			22101.20.128.1442.8622 - PROMOCOOP2	2.089,45
			TOTAL - SDC	24.933,96
	Recebidos SDA /GCOF	130101	SEDESA	
			22101.20.604.0357.4842 - FEBREAFTOSA	39.813,88
			22101.20.604.0357.8658 - PCEANIMAL	52.330,96
			22101.20.603.0357.8572 - PCEVEGETAL	19.633,10
			22101.20.603.0357.2134 - VIGIFITO	4.194,02
			22101.20.603.0357.4738 - ERRADMOSCA1	2.325,78
			22101.20.125.0356.4745 - FISCORGEN	4.553,45
			2251.20.604.0357.2139 - VIGIZOO2	1.204,68
			SUBTOTAL	124.055,85
			SIPAG	
			22101.20.125.0356.8939 - IPVEGETAL2	27.082,34
			22101.20.125.0356.8938- INSPANIMAL3	150.957,05
			22101.20.125.0356.4746 - PADCLASSIF	31.128,77
			22101.20.665.0356.4723 - RESIDUOS	6.615,01
			22101.20.604.0357.2181 - FISCANIMAL2	5.783,78
			SUBTOTAL	221.566,95
			SEFAG	
			22101.20.125.0375.2124 - FISCINAN	11.613,36
			22101.20.125.0375.2140 - FISPROVET1	8.464,51
			22101.20.125.0375.2019 - FISCGENE	2.257,80
			22101.20.125.0375.2909 - FISAGROTOX	20.948,84
			22101.20.125.0375.2179 - FISCALSEM1	105.207,35
			22101.20.125.0375.2141 - FISFECOI	26.050,45



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



			22101.20.125.0375.2177 - FISCAGRIC1		17.101,01
			SUBTOTAL		191.643,32
			VIGIAGRO		
			22101.20.603.0357.2180 - FISCPLANTA2		7.655,83
			SUBTOTAL		7.655,83
			TOTAL SDA		544.921,95
			TOTAL GERAL		1.683.932,50
Movimentação Externa	Concebidos	NÃO SE APLICA			
	Recebidos				
Natureza da Movimentação de Crédito	UJ Concedente ou Receptora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA			
	Recebidos SE / GCOF	130101	SAD		
			22101.20.122.0750.4716 - MANUTSFAS	68.323,18	
			TOTAL - SE	68.323,18	
	Recebidos SDC / GCOF	130101	SEPDAG		
			22101.20.605.6003.8611 - APPRODUTOR	---	
			TOTAL - SDC		
	Recebidos SDA / GCOF	130101	SEDESA		
			22101.20.603.0357.8572 - PCEVEGETAL	---	
			SUBTOTAL		
			SIPAG		
			22101.20.125.0356.8938 - INSPANIMAL3	95.919,97	
			22101.20125.0356.4746 - PADCLASSIF	8.178,98	
			22101.20.604.0357.2181 - FISCANIMAL2	5.226,00	
			SUBTOTAL	109.324,95	
			SEFAG		
			22101.20.125.0375.2141 - FISFEKOI	1.679,00	
			22101.20.125.0375.2140 - FISPROVET1	---	
			22101.20. 2909 - FISAGROTOX	920,00	



		22101.20.125.0375.2179 – FISCALSEM1	4.464,00	
		SUBTOTAL	7.063,00	
		TOTAL SDA	116.387,95	
		TOTAL GERAL	184.711,13	
Movimentação Externa	Concebidos Recebidos	NÃO SE APLICA		

2.4.2 Execução Orçamentária

Tabela 129- Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	8.852,80	-	8.852,80	-
Tomada de Preço	345.358,12	273.320,55	345.358,12	273.320,55
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	668.747,57	827.178,15	668.747,57	837.178,15
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	280.335,86	287.436,54	280.335,86	287.436,54
Inexigibilidade	54.227,67	67.316,05	54.227,67	67.316,05
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	75.810,20	68.145,37	75.224,24	68.145,37
Pagamentos de Pessoal	-	-	-	-
Pagamentos em Folha	-	-	-	-
Diárias	277.914,65	357.135,29	277.914,65	357.135,29
Outros	-	-	-	-

Tabela 130- Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processador		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	15.525,83	18.615,83	15.525,83	18.615,83	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	1.511.804,01	1.748.536,94	1.451.389,79	1.576.861,61	-	-	-	-
1º elemento de despesa	420.135,63	605.908,58	398.991,36	448.482,10	-	-	-	-



2º elemento de despesa	398.991,36	442.070,36	386.533,52	427.821,51	-	-	-	-
3º elemento de despesa	277.914,65	357.135,29	277.914,65	357.135,29	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	414.801,37	343.422,71	387.950,17	343.722,71	-	-	-	-

Tabela 131- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processador		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	228.728,00	184.711,13	228.728,00	43.968,43	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

Tabela 132- Evolução de gastos gerais.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007 (em R\$)	2008 (em R\$)	2009 (em R\$)
1. PASSAGENS	143.590,15	191.965,67	155.731,98
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	253.985,22	277.914,65	357.155,29
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	18.000,00	11.036,00	10.736,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	249.234,29	265.567,06	299.436,56
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	122.489,80	133.424,30	142.633,80
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	100.175,69	75.810,20	67.896,20
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS	-	-	-
TOTAL	887.475,15	955.717,88	1.033.569,83



2.4.4 Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

Tabela 133- Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010 ¹	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010 ²
20	603	0356	4745	A	3	fiscalização realizada	9	8	-	126478,19	4553,45	-
20	601	0356	4746	A	3	produto fiscalizado	2332,66 t	1800,00 t	-	49823,43	34891,75	-
20	602	0356	8938	A	3	estabelecimento inspecionado	269	269	-	272785,60	246877,02	-
20	601	0356	8939	A	3	estabelecimento inspecionado	120	113	-	28099,82	27082,34	-
20	603	0357	2134	A	3	fiscalização realizada	18	18	-	5051,00	4194,02	-
20	604	0357	2139	A	3	fiscalização realizada	1	1	-	1593,00	1264,68	-
20	603	0357	2180	A	3	fiscalização realizada	- ³	-	-	50000,00	7655,83	-
20	604	0357	2181	A	3	fiscalização realizada	-	-	-	21200,00	11009,78	-
20	603	0357	4738	A	3	área controlada	33198329 ha	33198329 ha	33198329 ha	4703,92	3088,28	9003,00
20	604	0357	4842	A	3	área livre	331983 km ²	0 km ²	331983 km ²	52391,80	39813,88	-
20	603	0357	8572	A	3	área controlada	78116 ha	78116 ha	-	1500,00	721,56	-
20	604	0357	8658	A	3	propriedade atendida	17296	17064	-	61350,09	52830,96	-
20	602	0375	2019	A	3	fiscalização realizada	10	16	-	2347,00	2257,80	-
20	602	0375	2124	A	3	fiscalização realizada	50	83	-	11864,70	11663,36	-
20	602	0375	2140	A	3	fiscalização realizada	100	108	-	9053,56	8464,51	-
20	601	0375	2141	A	3	fiscalização realizada	198	93	-	33797,34	27729,45	-
20	601	0375	2177	A	3	fiscalização realizada	25	15	-	18850,00	17101,01	-
20	601	0375	2179	A	3	fiscalização realizada	214	388	-	128149,27	106707,35	-
20	601	0375	2909	A	3	fiscalização realizada	6	26	-	25114,28	21868,84	-
20	601	0393	2B47	A	3	produtor atendido	- ⁴	-	-	8656,00	5079,40	-
20	601	1426	8606	A	3	pessoa beneficiada	511	426	-	8160,78	7916,92	-
20	601	6003	2B17	A	3	contrato fiscalizado	15	11	-	9560,00	6387,26	-

¹ A meta física a ser realizada em 2010 não foi informada em função de que os órgãos centrais do MAPA apenas divulgam essa informação no Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan), sendo que a meta para cada ação ainda não estava disponível em março de 2010.

² Não é possível estimar uma meta financeira para a maioria das ações, pois os recursos são solicitados ao longo do exercício conforme as necessidades.

³ O VIGIAGRO/DT-MA executa a sua meta física baseada em partidas fiscalizadas, a qual, em determinadas situações, inclui várias fiscalizações, como explicado no item 2.3.1.2.1.3.

⁴ Essa é uma ação que não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, e por isso não há a divulgação de metas por parte desse órgão central, o que desobriga a adoção da meta física cadastrada no Sigplan.



2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Os indicadores de desempenho estão descritos no final da apresentação de cada ação, inclusive com as fórmulas e mensuração.

3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

Tabela 134- Composição de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	-	-	-
Próprios	104	104	156
Requisitados	-	-	-
Celetistas	08	08	-
Cargos de livre provimento	-	-	-
Próprios	-	-	-
Requisitados	-	-	-
Terceirizados	31	31	33
Total	143	143	189

Tabela 135- Composição e custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	103	2.288.409,91	168.862,67	2.905.181,09	342.898,02	194.664,00
2008	104	2.819.241,52	216.275,80	3.761.492,04	429.576,59	199.467,17
2009	104	4.035.041,43	221.230,62	5.185.012,31	583.991,37	173.996,95
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	02	32.508,13	NA	NA	NA	3.024,00
2008	02	17.194,58	NA	NA	NA	1.512,00
2009	08	304.047,60	NA	NA	NA	12.096,00
Cargo de Livre Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	07	NA	NA	NA	NA	NA
2008	06	NA	NA	NA	NA	NA
2009	05	NA	NA	NA	NA	NA



QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	14	249.234,29	05	122.489,80	NA	NA	09	31.662,72
2008	14	265.567,06	05	133.424,30	NA	NA	11	35.197,79
2009	14	299.436,56	05	142.633,80	NA	NA	12	53.796,00

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de créditos ou recursos

** Não se aplica a natureza jurídica da UJ.*

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

Tabela 136- Pagamentos de Restos a Pagar – Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2009	4.374,93	1.053,04	3.321,89	-
2008	9.064,56	-	9.064,56	-
2007	1.300.000,00	-	1.300.000,00	-
Restos a Pagar Não-Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2009	312.418,03	5.037,14	307.380,89	-
2008	2.593.661,79	28.988,20	2.562.877,59	1.796,00
2007	418.987,34	-	407.186,35	11.800,99
Observações:				

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

. No exercício de 2009 não foi realizada transferências por não termos convênios firmados.

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repassé total até o exercício	Repassé no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



7. Previdência complementar Patrocinada

Não se aplica

8. Fluxo financeiro de Projetos ou Programas financiados com recursos Externos.

Não se aplica

9. Renúncias Tributárias

Não se aplica

10. Operações de Fundo

Não se aplica

11- A – Recomendações do órgão ou Unidade de controle Interno

Não ocorreu no exercício em questão na UJ.

11-B – Determinações e recomendações do TCU.

Não ocorreu no exercício em questão na UJ.

12. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício.

Tabela 137- Atos praticados no exercício.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão	-----	-----
Desligamento	-----	-----
Aposentadoria	01	01
Pensão	07	07



13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

** Declarações em anexo.*

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

** Não ocorreram fatos que mereceram informações consideradas pelo Gestor como relevantes para avaliação da conformidade e desempenho da gestão.*

15. Informações Contábeis da Gestão

** Declarações em anexo.*

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

** Não se aplica a natureza jurídica da UJ.*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



ANEXOS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

Código da Unidade Gestora:	130069
Nome da Unidade Gestora :	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MA
CNPJ:	00.396.895/001792

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, do Exercício de 2009, exceto no tocante a:

- a) 11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO
- b) 19962.05.00 – A APROVAR
- c) 33390.30.96 – MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECIPADO

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONT/PRO/SE/MA/PA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 – 2106-1962
Fax (98)2106-1969

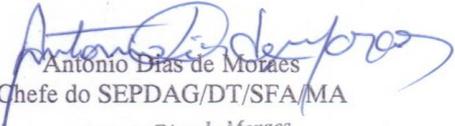


DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os Planos de Trabalho originados de propostas e emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União de 2009 do programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, consoante contrato de prestação de serviços firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento e gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, apresentados a esta Unidade Gestora através do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV estão disponíveis e atualizados no referido sistema, no limite das nossas competências estipuladas no art. 6; § 4º da Portaria nº 1232, de 23 de dezembro de 2008, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 13 do anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009; Portaria TCU nº 389, de 30 de dezembro de 2009; Portaria CGU nº 2270, de 04 de novembro de 2009 e Norma de Execução nº 03 de 04 de novembro de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2010


Antonio Dias de Moraes
Chefe do SEPDAG/DT/SFA/MA
Antonio Dias de Moraes
Fiscal Federal Agropecuário
Carteira Fiscal nº. 2510
Chefe do SEPDAG/DT/SFA/MA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 - 2106-1962
Fax: (98)2106-1969



DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 13 do Anexo II da DN TCU nº 100 de 07.10.2009, Portaria TCU nº 389, de 30.12.2009, Portaria CGU nº 2270, de 04.11.2009 e Norma de Execução nº 03 de 04.11.2009.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2010


FRANKLIN RODRIGUES PORTELA
Chefe do SMP/SAG/SAD/SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 - 2106-1962
Fax: (98)2106-1969



DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos convênios, onde analisamos as propostas das entidades convenientes, exceto os convênios formalizados diretamente pelos órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade desta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 13 do Anexo II da DN TCU nº 100 de 07.10.2009, Portaria TCU nº 389, de 30.12.2009, Portaria CGU nº 2270, de 04.11.2009 e Norma de Execução nº 03 de 04.11.2009.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2010


Genilson Ferreira Santana
Chefe Substituto do SEDESA/DT/SFA/MA